

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

DANIEL GUTIERREZ

**O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTITUIÇÃO DE
NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL**

Militância, mobilizações e oportunidades em torno da criação da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

GUTIERREZ, Daniel
O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA CONSTITUIÇÃO DE NOVAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS NO BRASIL : Militância, mobilizações
e oportunidades em torno da Criação da Universidade Federal
da Fronteira Sul / Daniel GUTIERREZ ; orientadora, Ilse
SCHERER-WARREN ; coorientadora, Ernesto SEIDL. -
Florianópolis, SC, 2017.
133 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Movimentos Sociais. 3.
Militância. 4. Engajamento político. 5. Desmobilização. I.
SCHERER-WARREN, Ilse. II. SEIDL, Ernesto. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia Política. IV. Título.

INSERIR AS ASSINATURAS DA BANCA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Agnaldo e Cássia, que desde a graduação me apoiaram mesmo quando optei por deixar o trabalho para me dedicar ao curso de ciências sociais e a vida acadêmica.

Aos meus professores de graduação Thiago Ingrassia Pereira e Luís Fernando Santos Corrêa da Silva, pela dedicação, companheirismo e pelas contribuições dadas ao projeto inicial que submeti à seleção de Mestrado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ilse- Scherer-Warren e meu coorientador Prof. Dr. Ernesto Seidl que, desde minha entrada no programa aceitaram de imediato a orientação. Agradeço também pelas conversas, puxões de orelhas e sugestões dadas ao longo desses dois anos de convivência.

Aos amigos que fiz no mestrado, que ao longo de conversas, contribuíram direta e indiretamente nas pesquisas para esta dissertação e para as tarefas de sala de aula.

Aos professores do PPGSP, que proporcionaram excelentes momentos em sala de aula e, cada um a seu modo, contribuiu para o meu processo de formação.

À UFSC, pelo excelente ambiente acadêmico, e a Capes, pela bolsa de estudo, sem a qual, seria uma tarefa muito mais difícil concluir o mestrado.

RESUMO

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul possui uma história marcada por conflitos e “lutas” em torno da disputa pela posse e permanência na terra. O contexto sócio-econômico desta região criou as condições para que na segunda metade do século XX, uma série de movimentos sociais e sindicais insurgisse através de reivindicações por direitos e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Principalmente a partir da década de 1980, grande parte desses movimentos ganham organicidade e visibilidade na esfera pública. Com o passar dos anos, a Educação passa a fazer parte das pautas de tais movimentos que, num primeiro momento, preocupavam-se apenas com questões mais restritas a produção agrícola. No ano de 2007, com a criação do REUNI pela gestão do Partido dos Trabalhadores, o governo dá uma resposta positiva a sociedade civil que, de forma isolada e regionalizada, vinha debatendo e reivindicando a criação de uma universidade federal para suas regiões. Em um acordo com o governo, a unificação das demandas possibilitou a criação do Movimento Pró-Universidade Federal, incumbido de organizar o processo de mobilização social para a construção da Universidade Federal da Fronteira Sul, instituição multicampi presente nos três Estados. Dito isso, o trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, discute-se o histórico da Mesorregião e a formação de seus movimentos sociais, assim como, questões referentes à condição periférica dessa região e a incorporação da pauta educacional pelos movimentos sociais. O Segundo capítulo trata do estudo dos movimentos sociais levando em consideração os indivíduos que deles fazem parte. Aqui, o trabalho afasta-se de teorizações mais gerais a respeito das condições para seu surgimento e se foca na análise das trajetórias de vida e carreiras militantes dos principais envolvidos no MPUF. Por fim, no terceiro capítulo, discute-se a desmobilização política do Movimento. A partir de fragmentos extraídos da pesquisa de campo, este capítulo aborda a heterogeneidade de fatores que podem levar à perda de compromisso com a militância que, por sua vez, gera custos ao movimento o levando à desmobilização.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Militância; Engajamento político; Desmobilização.

ABSTRACT

The mesoregion of Grande Fronteira do Mercosul has a history marked by conflict and struggles around the dispute over the ownership and permanence of the land. The socioeconomic context of this region has as conditions, in the second half of the twentieth century, a series of social and trade union movement insurgencies through claims for rights and public policies directed towards the region's development. Especially since the 1980s, most of the movements gain organicity and visibility in the public sphere. Over the years, education became part of the guidelines of such movements that, at first, were concerned only with restricted issues, such as agricultural production. In 2007, after the creation of REUNI by the Partido dos Trabalhadores management, the government gave a positive response to civil society that, in an isolated and regionalized way, had been debating and demanding the creation of a federal university in this region. In an agreement with the government, the unification of the demands made possible the creation of the Movimento Pró-Universidade Federal, commissioned to organize the process of social mobilization for the construction of the Universidade Federal da Fronteira Sul, a multicampus institution located in three states. That said, this work is organized as follows: the first chapter discusses the mesoregion's history and the formation of its social movements, as well as the questions concerned with the peripheral conditions of this region and the incorporation of the education agenda by its social movements. The second chapter is about the study of social movements, considering the individuals who are part of them. At this point the work moves away from more general theorizations about emergency conditions and focuses on the analysis of life trajectories and the militant careers of the main actors involved in the MPUF. Finally, the third chapter discusses the political demobilization of the movement. By means of fragments extracted from the field research, this chapter addresses the heterogeneity of factors to the loss of militancy commitment, which, in turn, generates costs to the movement and leads to demobilization.

Key Words: Social movements; Militancy; Political engagement; Demobilization.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio
ARPIN-SUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CC – Conselho Comunitário
CES – Conselho Estratégico Social
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CONSUNI – Conselho Universitário
COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragem
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
CREDENOR – Conselho de Desenvolvimento Regional Norte.
EOP – Estrutura de Oportunidade Política
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IES – Instituições de Ensino Superior
JOC – Juventude Operária Católica
MPUF – Movimento Pró-Universidade Federal
MEC – Ministério da Educação
MASTER – Movimentos dos Agricultores sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
ONG – Organização não Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
PROMESO – Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TMR – Teoria da Mobilização de Recursos
TPP – Teoria dos Processos Políticos
TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNOCHAPECO – Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, luta por demandas sociais e a ação social organizada.....	23
1.1. A construção social de um modelo regionalista: processos de politização de questões e políticas públicas.....	37
1.2. O Movimento Pró-Universidade Federal: processos de mobilização social e mediação política.....	47
CAPÍTULO 2. Apontamentos em torno do estudo dos movimentos sociais e do engajamento político.....	58
2.1. Trajetórias individuais, “carreiras” políticas e militância múltipla.....	68
2.2. Das particularidades de cada itinerário: socialização e investimentos militantes	79
2.2.1. Engajamento “tradicional”: catolicismo, militância social e partido	79
2.2.2. Do empreendedorismo à militância: um engajamento de ocasião	96
2.2.3. Da pequena propriedade à liderança sindical: identidade local, reconhecimento e profissionalização.....	99
CAPÍTULO 3. Da mobilização à desmobilização: apontamentos em torno dos contextos específicos de transformação nas estruturas de oportunidades de compromisso.....	103
3.1. A desmobilização política e o desengajamento por um viés interacionista e configuracional.	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	127

INTRODUÇÃO

Se por muito tempo a análise em torno dos movimentos sociais e da ação coletiva pautou-se através de teorias que os entendiam como fenômenos revolucionários ou meros reflexos da anomia social, nas últimas décadas a Sociologia têm desenvolvido grandes esforços para produzir novas explicações, se afastando daqueles antigos pressupostos que pouco contribuía para a compreensão dos motivos concretos que possibilita o surgimento e a perpetuação de um movimento. A identificação e o estudo de um movimento social requerer parâmetros, no intuito de evitar confusões conceituais entre movimentos e manifestações coletivas. Desta forma, torna-se necessária a criação de tipologias que servem para nos orientar na classificação de tais eventos. De acordo com a definição de Ilse Scherer-Warren (2014, p. 14), movimentos sociais podem ser identificados levando em consideração algumas de suas características básicas, sendo estes “organizados com algum arranjo institucional que vise sua continuidade temporal, principais objetivos políticos definidos ou em construção pelos militantes e um projeto ou utopia de mudança social, política ou cultural. Usam periodicamente o recurso das manifestações públicas para reivindicações e protestos específicos de suas lutas e para obter visibilidade política na esfera pública”.

Nesse sentido, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou investigar um fenômeno social bastante recente: a articulação política e social entre um grupo expressivo de entidades civis e movimentos sociais que possibilitou o surgimento de um movimento mais amplo, denominado Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF. Nos últimos dez anos, este movimento foi responsável pelo processo de organização social em torno da disputa pela conquista de mais uma universidade federal para a região Sul do país. Contudo, o surgimento de tal movimento não deve ser entendido como ponto de partida de um processo reivindicatório, e sim, como resultado de processos político-sociais mais amplos, contínuos e de longa data, de setores sociais que, nas últimas décadas, têm diversificado suas pautas.

Como será demonstrado, os conflitos que têm por base o direito e a permanência na terra, longe de ser uma questão irrelevante e periférica na organização social e política da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, passou a ensejar novas agendas sociais, promovendo, aos poucos, uma pluralização de agentes sociais e ações coletivas, tanto no campo quanto na cidade. Similar ao que ocorreu com

a maioria dos movimentos sociais no Brasil (GOHN, 2013; SCHERER-WARREN, 1993) e no mundo (SANTOS, 1995, 2006; CASTELLS, 1999), as pautas dos movimentos sociais dessa região também se alteraram, algumas das quais resignificadas e ampliadas e, outras, incorporadas como novos campos de interesse e atuação. No bojo dessa reinvenção política coube destacar a incorporação da pauta educacional, mais precisamente, a do ensino superior público e gratuito.

A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – região contemplada com os *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul –, assim como as demais regiões de fronteira do país, possui uma história na qual, a luta pela sobrevivência na terra e uma certa “ausência” do Estado, se apresentam como um traço característico que ainda hoje pode ser observado, mesmo com todas as transformações ocorridas nas últimas décadas. Esta região, ao longo do tempo vivenciou diversos conflitos e foi palco do surgimento de um número significativo de movimentos sociais e sindicais ligados às “causas do campo”, empenhados na luta por direitos de cidadania e por melhores condições de trabalho e permanência na terra, cobrando do Estado uma postura mais ativa no que diz respeito à promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional.

A década de 1980 é um marco importante por ser o período no qual, grande parte dos principais movimentos sociais da região e do país, começa a ganhar organicidade e visibilidade política na esfera pública. Por outro lado, este foi um período de grandes mobilizações e agitação política decorrentes do processo de abertura democrática que resultaria na Constituição de 1988. O retorno da democracia proporcionou um novo folego para os movimentos, que passaram a ganhar espaço e novos canais de atuação e de expressão para suas reivindicações.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, as estruturas de oportunidade política se reconfiguram. Movimentos sociais que já possuíam um conjunto significativo de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) passam a se beneficiar com mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político, assim como, dos processos “propriamente políticos”¹ que favorecem o surgimento de novos canais e formas de visibilidade política. Nesse sentido, a política institucional passa a interagir mais

¹ Toda vez que este termo aparecer, seu significado estará fazendo alusão à política institucional.

com os movimentos sociais, inclusive transformando seus *modus operandi* e sua relação com o Estado.

Por outro lado, tenta-se demonstrar neste trabalho, como os movimentos sociais não existem por si sós. Estes são constituídos de indivíduos que possuem trajetórias de vida muito diferentes, que se associam a diferentes tipos de organizações e que buscam retribuições que também são diferentes dependendo das expectativas e dos recursos que cada um mobiliza.

Buscar compreender os itinerários de cada militante/dirigente de um movimento social, identificando os vínculos estabelecidos entre os indivíduos, ou, entre os indivíduos e as organizações sociais, permite a apreensão da intensidade de tais laços, favorecendo o entendimento da posição social que cada um ocupa na hierarquia social/institucional. Por sua vez, o capital político que é fruto da reconversão de um conjunto de outros capitais (culturais, econômicos, sociais, etc) deve ser pensado também levando em consideração o capital militante, entendido como as aprendizagens adquiridas durante o engajamento político, favorecendo a orientação dentro do espaço político.

A respeito do objeto de pesquisa aqui estudado, é preciso destacar que, por se tratar de um fato recente da história regional, muita coisa foi/é dita e transmitida no âmbito da esfera pública a respeito não só da importância de tal conquista, mas também, do papel central que a “sociedade civil organizada” – na figura do MPUF – teve para a efetividade da “luta social” na conquista de uma universidade federal.

No imaginário geral/coletivo dos indivíduos que residem nas regiões que foram contempladas com os *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul e que, minimamente conhecem a história da universidade, para certo entendimento de que a conquista da universidade é fruto de uma “luta social” histórica, na qual a pauta da “educação superior” foi, depois de algum tempo, incorporada por diversos e diversificados movimentos sociais e sindicais que foram gestados nessas regiões, e que, a partir deles, e de suas atuações políticas, é que foi possível criar as condições necessárias para que esse projeto fosse levado adiante e implementado na prática.

É inegável a capacidade que o MPUF adquiriu em agregar uma expressiva quantidade de atores sociais, instituições variadas, movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, partidos políticos, instituições de educação etc, que, se servindo de todo tipo de “capital político e social” que essa causa os proporcionava, foram os responsáveis por atribuir os méritos da conquista a este amplo movimento – e a si mesmos –, sobrevalorizando muitas vezes o

simbolismo da “luta” e das agendas perseguidas por seus integrantes em detrimento das estruturas propriamente políticas e sociais, do âmbito institucional, que “corroboraram” com a conquista da universidade.

Do ponto de vista de um observador inserido nesta instituição como estudante de graduação, posso afirmar que o simbolismo do “mito criador” da universidade também se faz presente no âmbito acadêmico/institucional. Por alguns anos, pude presenciar e, também, fazer parte de grupos e de momentos de discussão que tratavam de forma, mais ou menos direta, sobre uma suposta “identidade institucional” que diferenciaria a Universidade Federal da Fronteira Sul das demais Instituições de Ensino Superior – IES públicas do país devido à sua história de criação e, também, devido à perseguição de um projeto “popular” de universidade que, segundo a própria instituição, é uma herança deixada pelos movimentos sociais que a idealizaram.

Foi a partir de minha inserção nesses espaços, e por ser estudante desta instituição, que se desenvolveu meu interesse pelo estudo dos movimentos sociais, principalmente pelo MPUF. No entanto, ao iniciar a pesquisa de campo algumas dificuldades iniciais se apresentaram. Em primeiro lugar, estava diante de um movimento extremamente amplo, formado por entidades e indivíduos de três Estados, e havia a necessidade de mapeamento. Isso fez com que a pesquisa se focasse apenas nas figuras mais expressivas do movimento que, após a consolidação da universidade, se tornaram presidentes dos Conselhos Comunitários e do Conselho Estratégico Social. Em segundo lugar, constatou-se a inexistência, quase completa, de trabalhos acadêmicos a respeito do objeto de pesquisa aqui estudado. As poucas referências encontradas dizem respeito a trabalhos produzidos por Joviles V. Trevisol (2011; 2014) – que é professor da UFFS –, que contam um pouco da história e do envolvimento dos movimentos sociais na luta pela universidade.

Dito isso, os capítulos estão organizados do seguinte modo. No primeiro capítulo, é apresentada a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul como sendo nossa referência espaço-temporal, retratando os diversos conflitos que marcaram as disputas pela terra e pelo território nos séculos XIX e XX, reafirmando o caráter histórico de tais eventos. Nessa mesma linha de pensamento, discutem-se os conflitos em torno da terra que permanecem após o processo de imigração e colonização, problematizando concepções de desenvolvimento sócio-econômico regional que, após a década de 1960, foram intensificadas através da constante modernização da agricultura, processo que se convencionou chamar de “revolução verde”. Esse fenômeno foi responsável pelo

surgimento de um conjunto de movimentos sociais que manifestavam suas insatisfações e seu desejo de trabalhar e permanecer na terra, reforçando certa identidade camponesa. Da mesma forma, o “novo movimento sindical” aparece não apenas na defesa dos pequenos agricultores, mas se coloca como oposição ao antigo modelo sindical pensado pelo Estado, e com pouca “autonomia”. Ainda é parte deste primeiro capítulo, uma discussão de cunho mais sociológico a respeito da ideia de construção social de uma região diferenciada. Aqui, discutem-se as disputas simbólicas e materiais que geram fronteiras, entendendo que toda fronteira se apresenta como fruto de um ato jurídico/político a fim de delimitar algo, produzindo diferenças culturais ao mesmo tempo em que é fruto das mesmas. Ao se perceber enquanto periferia e, na tentativa de reverter essa situação de desigualdade social e econômica, é que o projeto de criação de uma universidade federal ganha apoio regional, passando a ser defendida como uma das formas/ferramentas para alavancar o desenvolvimento em suas múltiplas faces. Este entendimento se consolidou não apenas nos movimentos sociais que passaram a aderir às pautas educacionais, mas também num conjunto heterogêneo de entidades e associações que comporiam o Fórum da Mesorregião e o MPUF, no intuito de pleitear junto ao governo federal a criação da UFFS, num momento favorável de expansão do ensino superior através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

No segundo capítulo, o trabalho destaca a importância do debate feito em torno de duas, dentre as três grandes escolas de pensamento que, nas últimas décadas, vem tentando construir respostas ao surgimento e a longevidade de movimentos sociais. No entanto, o trabalho opta por se afastar de teorizações mais gerais a respeito do surgimento de tais movimentos e passa a procurar elementos a partir do estudo individual de seus militantes. Assim, se discute a militância através da perspectiva sociológica disposicional, que enfatiza as características e os atributos que são adquiridos ao longo da vida que podem influenciar no gosto e na propensão ao engajamento político; e da perspectiva sociológica retributiva, que se foca na aquisição e perda de retribuições (materiais e simbólicas) que são esperadas da militância. Sendo assim, as contribuições oferecidas pela Teoria da Mobilização de Recursos (com as análises do conjunto de recursos materiais e humanos mobilizados), assim como, as contribuições advindas da Teoria do Processo Político (através das análises das estruturas de oportunidade política), se fazem entrelaçar com a sociologia da militância e do engajamento que busca traçar o perfil individual de determinados grupos

ou agentes sociais (elites política). A análise das carreiras políticas nos ajuda a entender o papel de tais indivíduos para o sucesso do MPUF, assim como, a relação destes com seus movimentos de origem e o Estado.

No terceiro e último capítulo, é trabalhada a questão da desmobilização política – visto que o MPUF estagnou-se após a consolidação da universidade – e do desengajamento militante através de um viés interacionista que tenta apreender os motivos que levam ao processo de frustração e deserção dos militantes. Essa perspectiva leva em consideração a multiplicidade de espaços sociais nos quais os indivíduos estão inseridos e, entende que, em muitos casos, as lógicas e regras sociais destes espaços acabam entrando em conflito, gerando custos à manutenção dos compromissos. Ao mesmo tempo, se observa a importância das mudanças no cenário político para a manutenção destes compromissos. Observa-se também, questões que estão ligadas a percepção individual de cada militante a respeito do ganho ou da perda de recursos esperados do engajamento; questões ligadas à ideologia do movimento e a fé na causa, ou a perda dela; e, por fim, as redes de sociabilidade dentro do próprio movimento que podem explicar a formação de barreiras a novos integrantes. Enfim, neste capítulo são abordados diversos aspectos que podem contribuir para a perda de compromisso, na busca de explicações para a desmobilização do movimento.

No que diz respeito ao procedimento metodológico, o trabalho foi construído tendo por base a pesquisa prosopográfica, embasada principalmente em entrevistas e análises documentais. Foram realizadas entrevistas com 7 (sete) lideranças, cujo envolvimento se deu entre os anos de 2005 a 2016. Ressalta-se que a vinculação institucional desses líderes não se limita ao MPUF. Todos eles mantêm vinculação com outros movimentos sociais e sindicais, assim como, com a esfera acadêmica e o Estado, que se imbricam com a militância no Movimento.

Este método de pesquisa, nos últimos quarenta anos recebeu nomes distintos segundo as diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, os historiadores modernos a chamam de “biografia coletiva”, enquanto que alguns cientistas sociais a chamam de “análise de carreiras”, mas, o termo prosopografia advém dos antigos historiadores. Independente da terminologia adotada, este método desenvolveu-se como uma das mais valiosas e familiares técnicas do pesquisador histórico.

Pode-se dizer que a prosopografia investiga as características comuns de um grupo de agentes na história por meio de um estudo

coletivo de suas trajetórias de vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação. Desta forma,

“a prosopografia é usada como uma ferramenta com a qual se atacam dois dos mais básicos problemas na história. O primeiro refere-se às origens da ação política: o desvelamento dos interesses mais profundos que se considera residirem sob a retórica da política; a análise das afiliações sociais e econômicas dos agrupamentos políticos; a revelação do funcionamento de uma máquina política e a identificação daqueles que manipulam os controles. O segundo refere-se à estrutura e à mobilidade sociais: um conjunto de problemas envolve a análise do papel na sociedade, especialmente as mudanças nesse papel ao longo do tempo, de grupos de status específicos (usualmente da elite), possuidores de títulos, membros de associações profissionais, ocupantes de cargos, grupos ocupacionais ou classes econômicas; um outro conjunto de problemas refere-se à determinação do grau de mobilidade social em determinados níveis por meio de um estudo das origens familiares (sociais e geográficas), dos novatos [*recruits*] de um certo status político ou posição ocupacional, o significado dessa posição em uma carreira e o efeito de deter essa posição sobre as fortunas da família; um terceiro conjunto de problemas lida com a correlação de movimentos intelectuais ou religiosos com fatores sociais, geográficos, ocupacionais ou outros. Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a

natureza dos movimentos em seu interior”
(STONE, 2011, p. 115-116).

No tocante à entrevista como técnica de pesquisa, o material produzido é entendido como uma co-construção entre entrevistado e entrevistador (POUPART, 2008). É importante a uma boa entrevista considerar as fontes de vieses – do entrevistador, do entrevistado, do roteiro, etc. – que podem afetar a entrevista, problematizando o papel da interação social para a qualidade dos dados. Além disso, conforme argumenta Haguette (1999), informações conflitantes produzidas pelo entrevistado, além de expressarem sua subjetividade, podem levar a descobertas importantes e, portanto, não podem ser sumariamente descartadas. Ainda segundo a autora, é central relacionar os dados produzidos por meio da entrevista com outras fontes, visando à garantia da consistência e validade das informações. A técnica da entrevista é importante para que se compreenda o ponto de vista de cada agente que, ao mesmo tempo, é relacionado às fontes documentais para que seja possível apreender também sua conduta objetiva. Assim, a utilização de mais de um método nesta pesquisa visa uma maior segurança e objetividade aos dados produzidos.

CAPÍTULO 1. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, luta por demandas sociais e a ação social organizada

Sendo o Brasil um país de proporções continentais, multicultural e que carrega consigo histórias muito distintas em relação à formação social das diversas regiões que compõem o território nacional, é possível perceber a partir de uma rápida pesquisa em repositórios acadêmicos, o quão variado e diversificado, por motivos e interesses múltiplos, é a presença e as ações de diversos movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada atuantes nas mais diferentes áreas e contextos políticos mais amplos da sociedade.

Embora haja essa multiplicidade de contextos a serem estudados, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul é nossa referência espaço-temporal de investigação. Assim como as demais áreas do território nacional, esta Mesorregião possui características próprias que são fruto do contexto político-social regional, dos processos de colonização, da apropriação da terra e das políticas públicas no decorrer do século XX. Principalmente a partir da década de 1970, este território tem se firmado como o berço (nascimento) dos principais movimentos sociais agrários do Brasil. Com isso, nas últimas décadas, a região vivenciou a insurgência de inúmeros movimentos sociais e sindicais ligados à “questão agrária” e aos trabalhadores do campo.

Figura 1. Mapa da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.



Fonte: Fórum Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (2011).

Do ponto de vista geográfico, conforme especifica o mapa à cima, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, compreende 396 municípios, sendo 223 no norte do Rio Grande do Sul, 131 no oeste de

Santa Catarina e 42 no sudoeste do Paraná. Possui uma área total de 120.763 quilômetros quadrados e uma população estimada de 3.815.791 habitantes, dos quais cerca de 35% vivem no campo (FÓRUM MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA MERCOSUL, 2011). Verifica-se, também, uma grande disparidade socioeconômica desta região em relação ao restante da região Sul. Apesar de a Mesorregião compreender um quarto (1/4) do território e abrigar um quarto da população da região, o seu Produto Interno Bruto (PIB) representa pouco mais que um décimo (12%) do Produto Interno Bruto da Macrorregião Sul. Além disso, o PIB *per capita* da Mesorregião (US\$ 3.285) é 40% menor que o da região Sul (US\$ 5.320), segundo dados oficiais (LIMA; EBERHARDT, 2010). As disparidades econômicas, assim como, as diferenças socioculturais que demarcam os limites existentes em relação ao “centro”, foram determinantes para a construção social de um projeto regionalista, como veremos mais adiante.

A partir dos processos de colonização, o contexto regional de desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião, tem sido ao longo das décadas, palco de permanentes lutas pela posse da terra. Trata-se de uma região – como todas as demais localizadas na “faixa de fronteira” –, que historicamente esteve marcada pela precariedade de condições e pela escassez de recursos e investimento público. Olhando para a história regional – século XIX até as primeiras décadas do século XX –, percebe-se que por muito tempo o Estado brasileiro fez-se presente de maneira fraca e distante, exceto nos momentos em que julgou necessário intensificar sua presença militar, a fim de controlar os territórios e assegurar o controle legítimo da violência. Neste período, em vez de garantir e promover direitos sociais, ele se fez operante por meio da militarização do espaço. Desta forma, por muitos anos, a Mesorregião ficou privada de investimentos em rodovias, ferrovias, aeroportos, estrutura de comunicação, saúde, habitação, assistência social e educação, o que tornava muito mais difícil a vida da população que ali residia longe dos grandes centros.

A posse da terra e mesmo os documentos de posse provisórios expedidos por órgãos governamentais não eram garantias de uma vida tranquila. Acirrava ainda mais a insegurança dos colonos, pois temiam perder o que fora conquistado mediante sacrifícios e resistências, ora por ação de outros colonos, ora por ações de jagunços e mesmo do poder público, dos militares, que teriam, num primeiro momento, a função de proteger, amparar e assegurar a sobrevivência e a vida desta população.

A história da ocupação não-indígena da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul retrata períodos que ficaram marcados pela violência. No século XVIII, as disputas entre Portugal e Espanha (envolvendo também os jesuítas da região de Assunção, os bandeirantes e as populações indígenas) pelo território, acabaram por desencadear a Guerra Guaranítica e, com ela, um sangrento genocídio que dizimou milhares de índios Guaranis que viviam em reduções autogestionadas no território das Missões Jesuíticas. No final do século XIX, a região foi objeto de nova disputa envolvendo os governos do Brasil e da Argentina. O litígio em questão envolveu a região oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina. A “Questão de Palmas”, como ficou conhecida, foi submetida ao arbitramento do então presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, que decidiu a favor do Brasil, estabelecendo que a fronteira entre os dois países se daria, a partir de 1895, pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio e não pelos rios Chapecó e Chopim (LOPES, 2002; HEINSFELD, 1996, 2007).

No século XX, entre 1912 e 1916, nova disputa foi travada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, resultando na Guerra do Contestado (MACHADO, 2004; VALENTINI, 2009). A definição das questões territoriais entre Paraná e Santa Catarina se deu com o término da Guerra do Contestado, período de criação dos municípios de Chapecó/SC, Cruzeiro (posteriormente denominado de Joaçaba/SC), Porto União/SC e Mafra/SC em 1917.

A “luta pela terra” prosseguiu e se aprofundou a partir da década de 30 do século passado, com a chegada das companhias colonizadoras e, com elas, de descendentes de europeus (italianos, alemães e poloneses), que vieram em busca do sustento e da prosperidade. Índios, caboclos² e colonos³ passaram a disputar cada palmo de chão, alguns defendendo a posse da terra como base da subsistência, outros lutando pela apropriação privada dos recursos naturais como forma de alavancar o desenvolvimento capitalista na região (RENK, 2000; RADIN, 2009).

² Marcos Gerhardt (2012, p. 243) explica que, “caboclo é um dos nomes dados ao povo que descendeu do cruzamento de luso-brasileiros pobres, de indígenas e de africanos vindos ao Sul como escravos. Eles também eram chamados de brasileiros, nacional, moreno, pelo duro ou “pessoa de cor”. A ele foram associados, preconceituosamente, atributos como: pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevidente, relapso, perigoso, intruso e posseiro”.

³ Formas como o pequeno agricultor imigrante europeu e seus descendentes eram/são chamados de forma socialmente hierárquica.

A comercialização dos lotes pelas companhias colonizadoras, especialmente, no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, foi atraindo milhares de famílias de colonos oriundas do Estado vizinho Rio Grande do Sul (RADIN, 2012), dispostas a organizar uma pequena propriedade agrícola de base familiar. Durante o Estado Novo (1937-1945), o Território Federal do Iguazu – o qual teve como capital o município de Laranjeiras do Sul/PR que hoje possui um *campus* da UFFS – foi criado justamente para tentar sanar a condição de abandono denunciada pela população local.

A atuação das companhias colonizadoras na Mesorregião, desde o final do século XIX, colocou em evidência as tensões entre os diferentes grupos sociais e suas diferentes maneiras de organização. As populações indígenas e os caboclos passaram a conviver com uma realidade pautada na pressão sobre seus territórios tradicionais. A situação criada, principalmente após a Lei de Terras de 1850, trouxe a necessidade de titulação das propriedades e a consequente expropriação de caboclos e povos indígenas, que tentavam reconquistar áreas imemorialmente ocupadas como estratégia de manutenção de suas identidades.

O processo de colonização intensificado pela modernização da agricultura em curso, desde a década de 1960, resultou não apenas na expropriação das populações tradicionais, mas na mecanização e na adoção de processos modernos de produção agrícola impulsionados pela instalação efetiva de agroindústrias, gerando também, processos migratórios das populações rurais para os grandes centros urbanos, impactando tanto os caboclos como os colonos.

No decorrer do século XX, mediante tais circunstâncias, a conjuntura social, econômica e, sobretudo, política, abriu espaço para que grupos organizados da sociedade civil constituíssem movimentos sociais em prol de direitos sociais e da qualidade de vida do trabalhador do campo. Nesse contexto, junto à formação de movimentos sociais, nasce também o movimento que ficou conhecido como “novo sindicalismo”, que combatia o antigo modelo sindical criado pelo Estado.

É justamente para formular uma teoria que busque uma explicação do porque determinados movimentos sociais nascem num certo período histórico e não em outro que os teóricos da chamada Teoria do Processo Político – TPP apoiam-se numa perspectiva macro-histórica para pensar a ação social e a mobilização política.

Charles Tilly (1978; 1993), um dos nomes mais influentes da TPP, faz uma crítica contundente à sociologia de sua época por não

incluir na análise dos movimentos sociais a disputa entre elites, afirmando que ambos os fenômenos pertencem a uma mesma lógica, e que só se diferenciam em termos de organização e uso da violência, na qual uma dessas formas pode sobrepor-se a outra levando em consideração parâmetros políticos ou histórico-culturais. Com isso, o que sustenta a análise dos parâmetros políticos na TPP é o conceito de “Estrutura de Oportunidades Políticas – EOP”. Tal conceito parte do pressuposto de que mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político possibilitam que grupos sociais de fora da política (sociedade civil) encontrem canais de expressão para suas demandas. Com isso, criam-se canais onde diversos grupos organizados podem expressar suas insatisfações na arena pública. Entretanto, pode-se dizer que o conceito de EOP apresenta-se de forma muito abrangente e, por decorrência, pouco explicativo. O fato de Tilly não haver especificado o que seriam tais oportunidades, fez com que quase toda ação política por parte do Estado pudesse ser vista como uma oportunidade ou uma restrição à ação coletiva, criando certa fragilidade ao conceito.

O fato concreto é que, ainda que presentes ao longo de grande parte do século XX, apenas na década de 1970 que alguns movimentos sociais assumem organicidade e se institucionalizam na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. As “lutas pela posse da terra” e pela reforma agrária, organizadas inicialmente de forma tímida, precária e sob forte repressão do Estado, foram, com o tempo, ensejando outras lutas com agendas e estratégias de ação muito variadas. Com isso, nos últimos quarenta anos, o ambiente político tem favorecido certa proliferação de movimentos sociais de pequeno, médio e grande porte, assim como, uma série de sindicatos locais e regionais na Mesorregião.

Levando em consideração a atuação de tais movimentos no cenário político-social local, e também, a relevância de suas atuações para o objeto de pesquisa deste trabalho, entende-se a necessidade de que, neste momento, se faça uma breve apresentação de alguns movimentos que, durante a pesquisa de campo, aparecem como sendo os protagonistas de um movimento mais amplo denominado “Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF” que aqui é investigado.

Durante a década de 1960, no Rio Grande do Sul, constitui-se o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER, movimento organizado e liderado por lideranças políticas ligadas ao Governador Leonel Brizola (ECKERT, 1984). Anos mais tarde, após algumas conquistas, o MASTER se reestrutura, fortalece sua organicidade e dá origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que

começa a despontar no final da década de 1970 e início de 1980 com a ocupação das Fazendas Macari e Anoni no Estado do Rio Grande do Sul (CARINI; TEDESCO, 2012) e da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê em Santa Catarina. Da década de 1980 até agora, o movimento passou por muitas fases, mas vale destacar a importância dos anos 1980 na estruturação política organizativa deste movimento. Era o momento da redemocratização do país e de intensos debates – o que alguns entendiam como crise de um modelo –, no setor agrário, frutos da modernização na agricultura e dos impactos da “revolução verde”. Como os demais movimentos sociais gestados na região no mesmo período histórico, o MST obteve apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e das correntes progressistas da Igreja Católica. Na década de 1990 ocorre a luta mais decisiva pela reforma agrária e dos anos 2000 até agora, o MST discute aspectos para além de uma distribuição de terras, com temas ligados, entre outros, à educação do campo.

Outro movimento que possui grande atuação e relevância política na região é o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Este movimento surgiu a partir das mobilizações de agricultores contra a construção de usinas hidroelétricas na região do Alto Uruguai, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 1979, quando foram publicados os primeiros estudos de aproveitamento do potencial hidroelétrico da região, uma reunião promovida pela Comissão Pastoral da Terra levou à criação de uma Comissão de Barragens, que mais tarde se tornou a Comissão Regional de Atingidos por Barragens – CRAB. A luta contra as desapropriações se expandiu nos anos seguintes, com a constituição de comissões regionais. Em 1985, as comissões passaram a atuar sob o nome de Movimento dos Atingidos por Barragens, realizando a sua primeira assembleia em 1986. Entre os dias 19 e 21 de abril de 1989, foi realizado o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em Goiânia. Em março de 1991, o I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens aprovou a fundação formal do MAB.

Na década de 1990, no contexto de surgimento da Via Campesina⁴, movimentos sociais do campo de pequeno e médio porte da região, surgem e se renovam a fim de ampliar a luta pela qualidade de vida no campo. Este é o caso do Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

⁴ A Via Campesina é uma organização internacional composta por movimentos sociais do campo e outras organizações de todo o mundo. Sua organização visa articular o processo de mobilização social dessas entidades em nível internacional.

O MMC é fruto de um movimento mais antigo que se denominava Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA, que havia sido criado no ano de 1983 no distrito de Nova Itaberaba, que era pertencente à Chapecó/SC, no bojo da criação de outros movimentos sociais rurais na região. Num primeiro momento o objetivo principal era o reconhecimento do papel das mulheres na agricultura. Assim, uma das primeiras reivindicações do MMA foi o reconhecimento da profissão de agricultora e, com isso, também a conquista dos direitos trabalhistas, como a aposentadoria especial para as trabalhadoras rurais. Nas décadas de 1980 e 1990, o foco deste movimento foi a garantia de direitos às mulheres. Já a partir dos anos 2000, o MMA passa a discutir temas mais abrangentes ligados à produção e a alimentação. Neste momento há uma mudança no nome do movimento passando este a se chamar, a partir de 2004, de Movimento das Mulheres Camponesas. A partir desse momento o MMC aproveita seus debates para incorporar a discussão do feminismo, exaltando o papel das mulheres na produção de alimentos livres de insumos químicos e no cuidado com a saúde, tanto dos agricultores como dos consumidores urbanos. Além disso, a própria mudança no nome, de agricultoras para camponesas carrega consigo o novo momento dos movimentos sociais na pós-modernização da agricultura.

Neste mesmo contexto, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA surge das “lutas” e “resistências” organizadas pelos pequenos agricultores nos anos 1995 e 1996 na região noroeste do Rio Grande do Sul (Região Celeiro), numa ocasião de grande estiagem. Seu objetivo principal era discutir – no sentido de recriar – o mundo do trabalho, da cultura e da vida dos camponeses, ou seja, recuperar a identidade camponesa⁵. Surge com o propósito de “resistir” na terra, lutar por crédito subsidiado como forma de organizar os camponeses e aumentar a capacidade de “resistência”; defender a agricultura camponesa; um jeito de viver, em que o pequeno agricultor pudesse controlar sua vida e sua produção; lutar contra o modelo agrícola que só favorecia os grandes produtores e os produtos de exportação; construir um novo modelo de agricultura, pelo qual a produção de alimentos fosse feita por uma multidão de pequenos agricultores e não por um número reduzido de grandes empresas estrangeiras; enfim, lutar pelos direitos e reivindicações dos pequenos agricultores (CADONA, 2004).

⁵ Diferentemente dos termos “colono” e “caboclo” também utilizados nesse trabalho, a nomenclatura “camponês(a)” carrega consigo forte significação político-ideológica ligada a movimentos do campo de esquerda, mais precisamente a Via Campesina.

Como dito anteriormente, a Mesorregião é berço não apenas de movimento sociais, é também, uma região que se destacou pelo protagonismo em relação à criação de movimentos sindicais rurais que, mais tarde, tornaram-se entidades representativas de abrangência nacional.

O movimento denominado “novo sindicalismo” rural emergiu em meados da década de 1970 como um intenso movimento de forte oposição aos sindicatos limitados pelo Estado. Esse movimento está em consonância com o sindicalismo operário que desencadeou nesse período uma onda de greves e contestações ao regime militar. Antigas bandeiras de “luta” como a reforma agrária são retomadas e novas reivindicações como, por exemplo, os direitos trabalhistas e previdenciários entram em pauta questionando a estrutura e representação sindical vigente.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT teve um papel importante na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul na formação de novas lideranças camponesas, combativas e engajadas, cujas ações se tornaram referência nacional dos movimentos sociais do campo (FAVARETO, 2006). O surgimento, no campo, dos movimentos de oposição sindical no final da década de 1970 coincide com o surgimento e o fortalecimento de outros movimentos sociais ligados à “questão rural”. No oeste catarinense, o movimento de oposição sindical tem sua primeira grande vitória em 1982, quando a oposição vence as eleições para o maior sindicato de trabalhadores rurais da região, o Sindicato de Chapecó/SC. Desde os anos 1980, o novo sindicalismo gestado nesta região teve papel decisivo ao ampliar o campo dos sindicatos de oposição ao modelo sindical vigente no período militar. Além disso, o movimento de oposição sindical foi o responsável pela criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina – FETRAFESC, que mais tarde comporia a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-SUL. Essas transformações no campo de luta do movimento sindical rural acompanharam desdobramentos políticos ocorridos na agricultura brasileira nas últimas décadas, como a incorporação do conceito de agricultura familiar em substituição ao conceito de pequena produção. Desta forma, a partir de 2001, com o objetivo de articular, de maneira integrada, a “luta” política, econômica e social, a fim de construir alternativas concretas para os agricultores familiares, a FETRAF-SUL – que hoje é uma federação de abrangência nacional – tornou-se uma das principais instituições que dão sustentação política e social ao MPUF, objeto de análise deste trabalho.

Por fim, é importante destacar que a presença de povos indígenas na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul é parte fundamental da história da “luta pela terra” nos três Estados do sul do país. Nesta Mesorregião vivem os povos Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng, os quais ocupam diversos territórios indígenas nos três Estados. A presença destes povos na região gerou graves conflitos ao longo do período de colonização, diminuindo drasticamente o espaço antes ocupado.

Na década de 1980, assim que a ditadura militar deu sinais de abertura à democracia, as lideranças indígenas buscam retomar suas ações para a reconquista de suas terras. No campo político, os povos indígenas estabeleceram alianças com novos atores da sociedade civil que defendiam ativamente suas causas valendo-se da ideia de direitos humanos e pelo engajamento de amplos setores sociais nas causas dos pobres e marginalizados.

Instituições como a Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI, Conselho de Missão entre Povos Indígenas – COMIN e Conselho Indigenista Missionário – CIMI são exemplos de instituições criadas nesse período. Recentemente, os povos indígenas passaram a criar suas próprias instituições de representação, entre elas a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL, fundada em 2006. Entre os principais personagens das “lutas indígenas” da região, merece atenção a história do líder Kaingang Ângelo Cretã, assassinado em 1980 no estado do Paraná. Ao lado de tantos outros líderes indígenas assassinados no Brasil, neste período, Ângelo foi uma das mais importantes lideranças da região sul, ultrapassando suas fronteiras pela sua capacidade de inserção nas “lutas pela terra” no contexto mais amplo das “lutas indígenas” desencadeadas em todo o Brasil (CASTRO, 2011).

Ainda que seja difícil identificar a organização dos povos indígenas como um movimento social sólido e, sobretudo, de relevância na constituição do objeto aqui estudado – o Movimento Pró-Universidade Federal –, não seria correto deixar de mencionar a história desses povos e de seus agentes sociais na Mesorregião, até porque, num segundo momento pós-criação da universidade, esses atores vêm participando ativamente dos debates internos da instituição, a fim de discutir o desenvolvimento regional/comunitário e os rumos da educação superior pública na região, juntamente com os movimentos sociais e sindicais que, desde o início, tomaram à frente do MPUF.

Figura 2. Conflito entre índios Kaingang e colonos em Nonoai/RS em 1978, o qual promoveu a expulsão dos colonos intrusados no interior da reserva indígena.



Foto: Assis Hoffman – arquivo pessoal. Disponível em:
<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/287>

Para fins de uma análise mais ampla, é de fundamental importância a compreensão de que, embora a solidariedade, assim como, as afinidades entre os movimentos – afinidades político-partidárias e de pautas ligadas ao campo – sejam apontadas como fator importante para a ação coletiva, elas por si só não seriam capazes de gerar mobilizações. Para tanto, seria necessário contar com “estruturas de mobilização”. Tais estruturas são entendidas como recursos formais (organizações civis) e informais (como, por exemplo, sites e outras redes sociais) que favorecem o processo de organização. Dito isso, a tabela a baixo apresenta, de forma breve, um pouco da estrutura e dos recursos pertencentes aos movimentos (estruturas de mobilização).

No decorrer da pesquisa de campo, fica claro que a presença e o acesso a uma universidade federal, por muito tempo foi parte das preocupações e desejos daqueles que vivem na Mesorregião, assim como, dos movimentos sociais que ali se constituíram. A luta pela construção de IES públicas na região apresentou-se como um projeto que gozava do apoio tanto da sociedade civil como da sociedade política, pois estes entendiam a educação como fator importante para o desenvolvimento regional.

Quadro I. Movimentos sociais que integram o Movimento Pró-Universidade Federal e seus recursos.

RECURSOS:	SEDE PRÓPRIA	PROFISSIONAIS CONTRATADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	Trata-se do maior movimento social da América Latina, presente nos 24 estados das cinco regiões do país. Possui sedes em todos os estados, sendo em São Paulo a sede nacional.	O movimento possui onze setores/departamentos. Em todos eles atuam profissionais contratados e voluntários.	Existe dentro do movimento um setor de Finanças, responsável pela captação de recursos. Estes, possuem diversas origens (doações, repasses de cooperativas, partidos políticos e editais públicos).
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB	O MAB é um movimento de grande porte, presente em diversos estados. Possui algumas sedes regionais sendo em São Paulo a sede nacional.	O movimento conta com um quadro de funcionários que atuam nas sedes regionais, além de contar com profissionais contratados e voluntários no desenvolvimento de pesquisas.	O financiamento do movimento se dá através de doações, partidos políticos e editais públicos.
Movimento das Mulheres Camponesas – MMC	Sua organização se dá nos níveis municipal, regional e nacional. Existem algumas sedes em nível regional, sendo o Escritório nacional em Brasília/DF e a Secretaria nacional em Passo Fundo/RS.	A Direção Executiva do movimento conta com sete equipes/departamentos. Em todos eles trabalham pessoas contratadas e militantes voluntários, assim como nas sedes	O financiamento do movimento se dá através de doações, partidos políticos e editais públicos.

		regional e nacional.	
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA	<p>Trata-se de movimento que vem ganhando espaço e visibilidade nos últimos anos. Hoje, está organizado em 17 estados do país com sedes regionais.</p>	<p>O movimento integra a CLOC e a Via Campesina, contando com apoio profissional dessas organizações. Também mantém em suas sedes estaduais um quadro de funcionários contratados e também militantes voluntários.</p>	<p>O financiamento do movimento se dá através de doações, partidos políticos e editais públicos.</p>
Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL	<p>Atua nos três estados da região Sul do país. Possui sede nacional em Curitiba/PR. Não foi possível identificar sedes regionais.</p>	<p>Em seus projetos conta com o apoio profissional da ANAI, COMIN e CIMI em seus projetos. Possui pessoas contratadas e voluntárias atuando na sede nacional.</p>	<p>O financiamento do movimento se dá através de doações, partidos políticos e editais públicos.</p>
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-SUL	<p>Representa 93 sindicatos que abrangem cerca de 290 cidades nos três estados da região Sul do país. Possui diversas sedes municipais e regionais. A sede nacional localiza-se na cidade de Chapecó/SC</p>	<p>É vinculada a CUT, contando com auxílio profissional desta instituição. Conta também com pessoal especializado nas sedes regionais e na nacional. Basicamente todos são remunerados.</p>	<p>O financiamento da federação se dá através de doações de partidos políticos, editais públicos e da Arrecadação Sindical paga pelos agricultores de forma não obrigatória.</p>

Durante uma das entrevistas, ao falar sobre a história dos movimentos sociais ligados ao campo e, também, sobre o histórico de formação do novo sindicalismo rural na região, R.⁶ demonstra como, a incorporação de novas agendas, como por exemplo, a “luta pela educação superior pública”, sempre esteve presente no debate regional, servindo tempos mais tarde para a formação de um movimento mais amplo que contou com a participação de múltiplos atores – o MPUF.

“Isso fazia parte de uma estratégia ou de um desejo tanto nosso da FETRAF-SUL quanto da Via Campesina – falo muito mais pela FETRAF-SUL –, aonde que nós tínhamos muito claro alguns eixos de atuação, um deles era o campo sindical e outro era de você também construir alguma coisa no sentido de um projeto, um modelo de desenvolvimento um pouco mais alternativo do que esse que está aí, principalmente na agricultura que veio com todo esse pacote de novidades dos anos 1970, como os agrotóxicos, a mecanização e tudo mais que na nossa concepção... é inegável que isso contribuiu com algumas coisas, como o aumento da produção, mas, que por outro lado, causou o êxodo rural, a destruição do meio ambiente, e isto é verdade, então pra você fazer frente a isso, pra você entender e conseguir propor e construir novas alternativas, uma universidade é muito importante. Pois vem pra ajudar as regiões a construir um modelo de desenvolvimento, principalmente na agricultura, com outra vertente de produção, outra visão de produção, por isso que nos campus têm hoje a Agronomia com ênfase em agroecologia, que é uma ciência um pouco diferente, e este era o desejo, a espinha dorsal, e aí foram se agregando todas as outras áreas do conhecimento porque senão seria uma universidade muito restrita, e nesse mesmo tempo foi se agregando outras áreas porque também eram demandas das comunidades e das regiões”.

⁶ Atual Presidente do Conselho Estratégico Social da UFFS; Coordenador da FETRAF-SUL na região do Alto Uruguai.

Embora hoje a realidade seja bem diferente, a história da educação superior na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – assim como em todo Brasil – é marcada pela fraca atuação do Estado em relação à investimentos voltados para tal área. Devido à forte presença da Igreja Católica na região e ao que alguns afirmam ter relação com a cultura dos imigrantes europeus que colonizaram aquele território, a Mesorregião ao longo do século XX, foi palco da criação de inúmeros centros educacionais e faculdades isoladas que posteriormente foram reconhecidas como Universidades Comunitárias⁷. A figura número 3 demonstra como as décadas de 1980/90 se apresentaram como um período de relevante crescimento no número de Universidades Comunitárias e também empresariais.

Figura 3. Universidades e décadas de seu reconhecimento.

DECADAS	PÚBLICAS			PRIVADAS	
	Federais	Estaduais	Municipais	Comunitárias	Empresariais
20	1				
30		1			
40	4			3	
50	6	1		4	
60	19	3		7	1
70	4	5	1	2	2
80	3	5	3	6	13
90	2	11	2	8	26
TOTAL	39	26	6	30	42
TOTAL GERAL					143

Fonte: Elaborado com base nos dados do Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior associadas à Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES, 1997.

Enquanto as universidades federais, em sua grande maioria, foram criadas nos grandes centros urbanos, as universidades privadas aproveitavam esse nicho de mercado para atender o interior dos Estados. Em sua grande maioria, essas Universidades Comunitárias foram criadas a partir de iniciativas de setores da Igreja Católica e se diferenciavam das outras universidades privadas. Segundo Carlos Benedito Martins (1991, p. 1), até a década de 1960, as instituições confessionais estariam “mais preocupadas em reproduzir seus esquemas de pensamento e suas visões de mundo do que em fazer da educação um empreendimento lucrativo”.

⁷ Diferencia-se das universidades privadas empresariais devido seu caráter filantrópico; sem fins lucrativos.

Para fins deste trabalho, resta destacar que, mesmo havendo sido criada uma quantidade expressiva de Universidades Comunitárias na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul como, por exemplo, a URI e a UNIJUÍ no Estado do Rio Grande do Sul e a UNOCHAPECÓ em Santa Catarina – regiões da Mesorregião que receberam os *campi* da UFFS –, o dilema do financiamento estudantil não deixou de ser um tabu para os seguimentos sociais menos favorecidos economicamente. Ou seja, estudar numa instituição comunitária não isenta seus alunos do pagamento de mensalidades, o que limita o acesso ao ensino superior. E é justamente esse fato, aliado ao cenário político das últimas décadas, os responsáveis pela insurgência do atual movimento que defende a interiorização e a expansão das universidades federais do país.

1.1. A construção social de um modelo regionalista: processos de politização de questões e políticas públicas.

“O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto”
Bourdieu, 1989, p. 118.

Embora o território tenha sido ocupado há décadas atrás pela ação das companhias colonizadoras, como demonstrado anteriormente, a experiência da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul como “espaço diferenciado”, com características econômicas e sociais distintas das demais regiões do país, apresenta-se como fenômeno histórico relativamente recente.

Pensar sociologicamente a construção social de determinada região, requer uma análise dos aspectos materiais e simbólicos que sustentam e dão força aos princípios de *di-visão* que criam “fronteiras” socioeconômicas e geográficas. Toda fronteira se apresenta como fruto de um ato jurídico/político a fim de delimitar algo, produzindo diferenças culturais ao mesmo tempo em que é fruto das mesmas. Portanto, a análise sociológica deve reconhecer que

“a ciência que pretende propor os critérios mais bem alicerçados na realidade não deve esquecer que se limita a registrar um *estado* da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, com ela, frequentemente invocam a

autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor” (BOURDIEU, 1989, p. 115).

Partindo desta afirmação, entende-se o peso e a importância dada ao protagonismo das Universidades Comunitárias pertencentes à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul ao iniciarem todo o processo de estudo das características regionais que culminou na criação de uma Mesorregião diferenciada e, reconhecida institucionalmente como tal. Porta-voz da ciência e do conhecimento, a eficácia de seu discurso performativo explica-se pelo grau de autoridade que lhes são atribuídas – embora não seja impossível, dificilmente se questionaria a representação do real produzida por essas instituições de ensino superior.

Esta representação do real que é atribuída à realidade local foi capaz de gerar manifestações sociais no intuito de manipular as imagens mentais em torno da mesma, produzindo a imagem de uma Mesorregião estigmatizada. De acordo com a Cartilha do PROMESO⁸, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

“apresenta empobrecimento relativo, pressão dos sistemas produtivos sobre os recursos naturais; crescente perda de dinamismo da economia regional ante o contexto de globalização e empobrecimento social, decorrente da dificuldade de inserção das pequenas propriedades rurais no mercado e das precárias condições de moradia de parcela significativa da população, caracterizadas pela deficiência de saneamento básico e falta de acesso à saúde e educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de absorção de mão-de-obra e retenção da população, que leva ao êxodo rural e a emigração regional” (p. 31).

Desta forma, o estigma social torna-se o elemento aglutinador de uma reivindicação regionalista, oferecendo assim, as determinantes simbólicas e os fundamentos econômicos capazes de unir certo grupo a partir de questões objetivas que dão sustentação a ação social organizada. Isso explica o potencial de mobilização de tudo que diz

⁸ Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. Ver em: http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=55ad7cc0-c050-4a56-af51-52f638f47b08&groupId=10157

respeito à identidade, pois os grupos e os indivíduos investem nas “lutas” de classificação a partir da ideia que eles têm de si mesmos, das imagens mentais que constituem seu ser social e que, a partir das lutas simbólicas, os constitui como “nós” em oposição a “eles”, aos “outros”. Dito isso,

“se a região não existisse como espaço estigmatizado, como “província” definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao “centro”, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objetivas de sucesso e ganho) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo econômicos – assume a forma da reivindicação regionalista” (BOURDIEU, 1989, p. 126-127).

Trazendo essa discussão para a realidade concreta, a reivindicação regionalista gerou na prática uma experiência que teve como referência inicial de sua institucionalização a elaboração do “Plano Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai” que ocorreu durante o que se convencionou chamar de “Consenso de Chapecó/SC”, no ano de 1997. No entanto, este fenômeno é fruto de experiências anteriores que datam de 1967 (PERIN, 2004), quando o mesmo plano – em fase inicial de desenvolvimento – foi apresentado ao então Ministério do Planejamento e Orçamento e, posteriormente, à extinta Secretaria de Políticas Regionais. De início, o referido plano abrangia apenas os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tendo como elemento estruturador e referência geográfica os municípios que integravam a bacia hidrográfica do Rio Uruguai. Posteriormente, identificou-se que os municípios vizinhos do Estado do Paraná compartilhavam de características culturais semelhantes, além das mesmas dificuldades econômicas.

passou a abrigar oito COREDES e nove Associações de Municípios que agregam 238 cidades no Rio Grande do Sul, nove Associações de Municípios em Santa Catarina que contemplam 130 cidades, além de quatro Associações de Municípios do Paraná, que reúnem outras 47 cidades. Até este momento, este foi o Consenso mais amplo em matéria de participação social, nele esteve presente grande quantidade de representantes de organizações civis, movimentos sociais, os COREDES, as associações de municípios dos três Estados, deputados estaduais e federais e a equipe do Ministério da Integração Nacional que, nesta data, apresentou o mapa da Mesorregião integrando os três Estados e, também, debateu a implementação dos primeiros projetos.

Em junho de 2001 acontece o Consenso de Francisco Beltrão/PR, neste momento o desafio estava em pensar as articulações entre as ações programáticas propostas pelo Fórum Provisório da Mesorregião – instituído no ano anterior – com aquelas previstas no recente Programa das Mesorregiões Diferenciadas do Ministério da Integração Nacional. Ainda em 2001, no mês de julho, ocorreu o “Novo Consenso de Chapecó/SC”,

“no qual foram definidas as Instituições Executoras (proponentes) dos programas da Mesorregião para a etapa inicial. Foram designados o Conselho de Desenvolvimento Regional do Norte/RS (CREDENOR), com sede em Erechim, o Instituto Saga, com sede em Chapecó e a Agência de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, com sede em Francisco Beltrão. Este Consenso delineou o papel do Fórum que seria institucionalizado como órgão de representação da Mesorregião, de articulação institucional, de formação de políticas de desenvolvimento, e o papel das instituições executoras como braços operacionais do mesmo. Foi consensuada também uma comissão com representantes dos três Estados envolvidos para a elaboração do Estatuto da Mesorregião” (PERIN, 2004, p. 37).

O ano de 2002 é central na história da Mesorregião, pois, neste momento, articula-se um grande Consenso no intuito de institucionalizar, de forma definitiva, o Fórum da Mesorregião como instância jurídica de representação da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Este grande consenso tomou forma a partir de três

seminários que ocorreram nas cidades de Ijuí/RS (UNIJUI), Francisco Beltrão/PR e Chapecó/SC (UNOCHAPECÓ). Neles, produziu-se o Estatuto que definiria os critérios de representação, os órgãos do Fórum, os componentes da Assembleia Geral e os demais elementos necessários para uma organização dessa natureza, em condições de ser reconhecida como personalidade jurídica. Desta forma, em 28 de novembro de 2002, ocorre o Consenso de Erechim/RS, no qual o Fórum da Mesorregião, composto por 72 instituições, foi institucionalizado definitivamente como instância maior de representação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Para além da questão jurídica, este Consenso produziu a “Carta da Mesorregião”, documento que apresenta um rápido histórico, relata resultados alcançados e, sobretudo, aponta para as macrodireções que definiam os rumos a serem seguidos pelos agentes institucionais articulados no Fórum da Mesorregião.

Desde então, o Fórum da Mesorregião tem trabalhado para desenvolver projetos regionais – principalmente na área da agricultura familiar –, articulando iniciativa pública e privada, com o intuito de promover o desenvolvimento social e econômico da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Embora o Fórum da Mesorregião tenha conseguido executar diversos projetos – inclusive sendo uma das entidades mais importantes para a luta e consolidação de uma universidade federal na Mesorregião –, ele também passou por momentos de dificuldade institucional oriunda de políticas governamentais. Em entrevista com o Secretário Executivo da CREDENOR, ele conta um pouco sobre o envolvimento e o papel dos COREDES nos trabalhos do Fórum da Mesorregião, e também, como, devido aos problemas institucionais, o CREDENOR que sempre esteve participando ativamente de todo o processo de institucionalização do Fórum, acabou por se afastar desse projeto. Diz ele:

[...] nos afastamos um pouco do Fórum da Mesorregião, entregamos a direção... aí o próprio Fórum passou por outras diretorias, e nós de um tempo pra cá estivemos um pouco afastados deste movimento, e eu diria que, um pouco da frustração se deu quando num determinado momento, o Ministro da Integração Nacional que naquela época assumiu, tinha seus olhos voltados totalmente para a Bahia... aos seus correligionários lá de onde o ministro pertencia, então ele meio que virou as costas para a Mesorregião, achou que isso fosse uma coisa sem

a importância que estavam dando e, por mais de seis anos nós não conseguimos mais implementar nenhum projeto. Então você vê como é importante né... a troca de um ministro quebra, interrompe todo um trabalho de muito tempo. [...] isso não foi uma questão de política partidária, era um problema de política de governo, do Ministério da Integração Nacional, então a gente percebeu que vários outros projetos que eram de vital importância que iriam acontecer, pois eram importantes para o crescimento e para a retomada da economia dessa grande mesorregião, ele simplesmente não quis conversar com a mesorregião, queria projetos direcionados a sua região de abrangência política, e assim é isso o que acontece, a gente sabe que isso pode ocorrer em todos os governos mas daí a mesorregião parou...

Mesmo com a existência de problemas referentes à organização e execução de projetos mais amplos junto ao Ministério da Integração Nacional, o Fórum da Mesorregião permaneceu ativo com a execução de projetos em menor escala, promovendo debates em torno do desenvolvimento regional e dos meios para alcançá-lo. Com relação ao MPUF que deu origem à Universidade Federal da Fronteira Sul, o Fórum da Mesorregião consagrou-se como importante interlocutor político deste processo, pois foi capaz, devido à amplitude de sua representação, de abarcar e centralizar as lutas e reivindicações pré-existentes que demandavam por ensino superior público nas regiões dos três Estados, como veremos adiante.

1.1.1. Novas bandeiras de luta: a “educação superior” entra em pauta.

Como se pôde observar até aqui, as lutas em torno de questões que envolvem a terra e a produção agrícola – principalmente a agricultura familiar e de subsistência no caso das comunidades indígenas – têm-se demonstrado como núcleo central das principais demandas da grande maioria dos movimentos sociais que surgiram na Mesorregião nas últimas décadas. As lutas iniciais pela reforma agrária que datam do final da década de 1970, ainda no contexto da ditadura,

ensejaram novos movimentos na região que, progressivamente, tornaram-se representativos em âmbito nacional. A partir e em torno da “luta pela terra”, várias outras agendas e organizações foram emergindo e se conectando ao longo dos anos, algumas ligadas estritamente à demarcação e à posse, outras ligadas à produção de alimentos, à justiça social, à promoção de direitos de cidadania e à defesa/promoção das identidades.

Entre as agendas formuladas/incorporadas/assumidas pelos movimentos sociais do campo, uma delas é particularmente importante para os propósitos deste trabalho. Trata-se do direito à educação. Sobretudo a partir da década de 1990, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e as organizações indígenas, de forma pioneira, passaram a priorizar as lutas pela construção de escolas nos assentamentos da reforma agrária e no interior das aldeias.

Ao defenderem as escolas do campo, os movimentos se posicionavam na contramão do processo de fechamento das escolas rurais, de nucleação das unidades escolares e da concentração das mesmas no espaço urbano, como vinha ocorrendo naquela época. Assim, os movimentos sociais insurgiram em defesa da educação do campo e da educação indígena. Formar os jovens e adultos no interior das aldeias e dos assentamentos passou a ser parte estratégica de fortalecimento dos movimentos e da defesa/promoção das identidades culturais e socioambientais. A educação, progressivamente, passou a ser um direito fundamental a ser conquistado.

As reivindicações pelo direito à educação pública e gratuita ganharam novos contornos e perspectivas na primeira década do século XXI. A incorporação da “luta pela defesa da educação básica” em suas agendas proporcionou que, aos poucos, esse debate se expandisse para o ensino superior. A criação de uma universidade pública federal na Mesorregião passou a ser, sobretudo a partir de 2002 com a institucionalização do Fórum da Mesorregião, um projeto compartilhado pela maioria dos movimentos sociais/sindicais rurais e urbanos, associações de municípios, agências de desenvolvimento, partidos políticos, ONGs e outras associações da sociedade civil organizada. Para além das demandas dos movimentos sociais rurais, o ensino superior foi incorporado na agenda sob o argumento (entre outros) de que a apropriação do conhecimento pelos(as) filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade é fundamental para o mundo do trabalho e para a inclusão das camadas “populares” e dos grupos sociais historicamente excluídos. Desde então, a universidade federal passou a ser concebida como um dos caminhos para impulsionar o

desenvolvimento social e econômico da Mesorregião, já que, como dito no começo, a experiência da criação de Universidades Comunitárias não dava conta de suprir as demandas regionais, nem de incluir a camada menos favorecida economicamente da população no ensino superior.

Durante décadas, assim como todas as regiões do país que integram a “faixa de fronteira”, a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, ficou privada de investimento públicos voltados para o ensino superior. Milhares de jovens e adultos, especialmente aqueles que residiam em pequenos municípios, de economia agrícola e alicerçada na agricultura familiar, foram obrigados a buscar sua inserção no mercado de trabalho assalariado, evadindo-se do campo em direção às cidades de maior porte, muitas das quais situadas nas regiões litorâneas. O êxodo rural acentuou o processo de urbanização e, no interior dele, a tendência à “litoralização”. A crise da pequena propriedade agrícola de base familiar, acentuada a partir da década de 1980, reforçou sobremaneira este processo de emigração do campo para as cidades do litoral (TREVISOL, 2014).

Mesmo havendo certa pressão popular por demandas voltadas à educação superior pública, os governos da época, de modo geral, responderam com políticas voltadas ao apoio à criação e expansão de IES privadas – comunitárias e particulares. Principalmente nas décadas de 1980-90, a despeito das pressões, à criação de novas universidades públicas federais não se firmou como pauta na agenda nacional. Com isso, ao invés da expansão do sistema público federal, optou-se por intensificar o investimento nas instituições privadas, consolidando o elitismo que predominava nessas instituições existentes no interior dos Estados (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2001).

Num outro contexto de mudança nas estruturas de oportunidades políticas, impulsionadas pela ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder e, também, pela institucionalização do Fórum da Mesorregião, os movimentos sociais e as demais organizações civis que lutavam por ensino superior público na região, puderam vislumbrar no horizonte, incentivos governamentais. Isso fica expresso da fala de Z. quando o mesmo diz que,

“[...] com a eleição do presidente Lula, nos primeiros dois ou três anos do seu governo, abriu-se a oportunidade de expansão, que era uma luta histórica da classe trabalhadora brasileira, da juventude brasileira enfim, onde a maioria das pessoas com menos condições

financeiras quase não tinham acesso ao ensino superior, ou, quem fez um curso superior teve que optar, que nem eu, em fazer um curso que fosse o mais barato possível [...] Bom, então as lutas sociais indicavam esse diagnóstico da sociedade brasileira, do ensino superior, indicando que o país precisava avançar na criação de novos espaços, porque os espaços do ensino superior estavam todos centralizados geralmente nas capitais, e o interior dos estados, como aqui no Rio Grande do Sul, muito pouca coisa tinha, aqui nessa área da região norte nós não tínhamos ensino superior público...”

Com a publicação do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, regulamentado pelo Decreto Federal n. 6.096, de 24 de abril de 2007, com objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, art. 1º), o governo federal respondeu as demandas latentes que vinham crescendo exponencialmente no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, Maria Célia Borges (2012, p. 132), afirma que, “além do aumento de ofertas de vagas nos cursos de graduação, o programa busca o aumento de ofertas de cursos no noturno, as inovações pedagógicas e o combate à evasão, cuja meta é atenuar as desigualdades sociais no país”.

É preciso destacar também que, esta política pública foi pensada em consonância com o seu momento histórico – início do século XXI –, no qual praticamente qualquer movimento de reforma universitária implantado no mundo inteiro teve, entre outras inspirações e referenciais, o Processo de Bolonha, que se constituiu como uma [...] meta-política pública, de um meta-Estado, iniciada em 1999, de construção de um espaço de Educação Superior na Europa até o ano de 2010, cujo objetivo essencial é o ganho de competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior frente a países e blocos econômicos. Com tal finalidade, esse projeto pan-europeu objetiva harmonizar os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e

adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os Estados membros da União Europeia. (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p. 10).

Desta forma, pode-se dizer que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, produziu mudanças importantes no campo das políticas públicas educacionais, sendo este fato decisivo para a retomada e o fortalecimento das mobilizações em prol de uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Aqueles movimentos que anteriormente reivindicavam educação superior pública, e se articulavam de forma isolada no interior de cada um dos três Estados, a partir deste momento adquirem condições objetivas de ganho em decorrência da a) institucionalização do Fórum da Mesorregião, que centralizou as demandas locais e somou força política para o projeto que, acabou coincidindo com a vitória de Lula nas eleições de 2002 e, b) pela contrapartida do governo federal com a implementação de políticas públicas – o REUNI – voltadas para a criação e a expansão das universidades federais, visando também suprir a carência do interior dos Estados. Todos estes fatores foram decisivos para que se constituísse na Mesorregião um grande movimento que abarcou amplos setores da sociedade civil organizada na “luta pela universidade pública”.

1.2. O Movimento Pró-Universidade Federal: processos de mobilização social e mediação política

A partir da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002, aquelas organizações e movimentos que “lutavam pela educação no campo” e pelo ensino superior público na Mesorregião, retomam o fôlego e passam a se organizar de forma mais ativa para pressionar o governo federal a atender suas pautas. Nos três Estados da região sul, eram organizados diversos grupos que, de forma isolada, pleiteavam a criação de uma universidade – ou de um campus de outra universidade – para suas respectivas regiões. Esse é o caso de Erechim/RS, Ijuí/RS e Palmeira das Missões/RS, como explica I.:

“[...] na verdade, sobre o tema da universidade federal, eu vou te dar alguns detalhes, eu era Deputado Estadual... já ouviu falar do Frei Sergio Gørgen? Ele era Deputado Estadual também, a

gente era vizinho de porta de gabinete e um dia ele veio lá no meu gabinete e disse: “I, nós estamos na luta pra trazer uma extensão da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM para Palmeira das Missões/RS, porque que vocês não entram na pauta e pedem uma extensão pra vocês também de Erechim/RS? “Acho que seria uma boa ideia”. Ele disse também: “eu conversei com Jairo Jorge que era chefe de gabinete do Tarso Genro (nosso ex-governador) Ministro da Educação e ele disse que acha que tem espaço pra isso”. Bah tchê, mas se tu me dizes isso então é uma baita ideia! Aí eu vim pra cá e começamos a trabalhar com as entidades aqui da região e chamamos uma Audiência Pública aqui, pra fazer um debate sobre trazer uma extensão da Universidade de Santa Maria. Era pra vir pra cá o Ministro da Educação Tarso Genro, pra abrir o debate e pra apresentarmos pra ele a proposta, a reivindicação pra trazer um campus da UFSM pra Erechim/RS e Palmeira das Missões/RS. Enquanto nós fomos abrindo o debate por aqui, o Lula tira o Tarso Genro da Educação manda ele pra pasta da Justiça e no lugar dele sobe o Ministro Fernando Haddad pra Educação. Aí nós chamamos a Audiência Pública que já estava agendada com o Tarso, mas como houve a troca de ministros acabou vindo apenas o Jairo Jorge, e o Ministro da Educação (o Haddad) disse pra ele: “você pode ir pra lá mas não está autorizado a abrir essa pauta porque não está no cronograma e não temos condições de colocar campus da UFSM lá”. O Jairo já tinha se encarregado de falar com o reitor da UFSM que também viria pra cá... enfim. Fizemos a Audiência Pública, veio o Jairo Jorge e não apareceu o Reitor da Universidade de Santa Maria, não apareceu o Ministro, mas, a ideia se espalhou como um... e aí bem, veio todo um processo de discussão e dissemos: gente, se não pode uma extensão de uma universidade, acho que deveríamos abrir um debate pra que se crie uma universidade nova então”.

A possibilidade de expansão da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, levando um campus para outra cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, era uma possibilidade concreta de ganho. No entanto, como essa era uma pauta que envolvia diversas regiões interessadas, não foi possível atender a todas. Por fim, depois de muitos debates e pressões políticas, o município de Palmeira das Missões/RS foi contemplado com a extensão da UFSM. Neste período, os municípios de Ijuí/RS, Erechim/RS, Santo Ângelo/RS, Vacaria/RS, assim como, os demais municípios de menor porte que compõe suas regiões, mobilizaram grandes manifestações populares a fim de ganhar apoio político, como demonstra a próxima imagem.

No entanto, este não era um fenômeno que vinha ocorrendo apenas no Rio Grande do Sul, os Estados vizinhos, Santa Catarina (Chapecó/SC) e Paraná (Francisco Beltrão/SC e Laranjeiras do Sul/SC) com o apoio de associações de municípios, agências de desenvolvimento, movimentos sociais e outras entidades, também vinham discutindo em assembleias locais, a necessidade de uma universidade federal em suas regiões.

Imagem 5. Mobilização Regional do Movimento Pró-Universidade Federal, em Ijuí/RS, no dia 14 de julho de 2005.



Fonte: <https://www.facebook.com/comiterregionaldomovimentoprouniversidadefederal/>

Em outubro de 2003 ocorre um fato decisivo na história do MPUF. Antes de completar o seu primeiro ano de mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a cidade de Chapecó/SC, por ocasião da abertura da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de

Chapecó – EFAPI, que ocorreu em consonância com um grande encontro que reuniu cerca de dez mil agricultores familiares, que foi organizado pela FETRAF-SUL. A presença do então presidente desencadeou ampla mobilização por parte das lideranças políticas e dos movimentos sociais. As articulações realizadas na véspera renderam uma manifestação pública do Presidente da República, proferida no discurso de abertura como explica I.:

“Então o que nós fizemos, articulamos com nossos Deputados Federais que viessem no avião com o Lula e dissessem a ele, “olha presidente... (nós já havíamos conversado com o presidente sobre a necessidade de uma universidade aqui, mas ainda não tinha nenhuma posição), mas aí o pessoal subiu no avião com ele e falaram: “o que os agricultores querem ouvir é uma frase sua apenas, dizendo que aquela região vai ter uma universidade federal”. Aí o Lula pensou e pensou, não disse nada para os deputados, e chegou lá no discurso pra dar a saudação, o Lula fez toda uma fala sobre a agricultura, política econômica e tudo mais e disse, “eu sei que vocês têm uma grande expectativa aqui em torno da criação de uma universidade federal, e se vocês querem, então terão uma universidade federal”.

Ao acenar positivamente a criação de uma universidade federal na Mesorregião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva provocou grande alvoroço e expectativas entre os participantes do evento. Na semana seguinte, já havia comitivas dos três Estados do sul do país indo à Brasília/DF para pleitear uma universidade em suas regiões. I. conta que:

“tinha a nossa região aqui que queria uma universidade, tinha a região de Santo Ângelo/RS que também estava pleiteando no governo federal uma universidade, aí tinha o pessoal de Chapecó/SC pleiteando uma universidade pública, aí tinha o pessoal lá do Paraná que também estavam na briga por uma universidade e cada pouco ia um grupo sentar com o ministro. Um dia nós estávamos numa audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad e ele diz

o seguinte, já depois de muitos debates, audiências públicas, mobilizações de rua enfim, ele diz: “o problema da universidade é que eu não sei com quem tratar, cada semana eu tenho uma comitiva lá do sul que vem pra cá e quer universidade, não tem como fazer uma universidade em cada cidade, então vocês se acertem pra podermos abrir esse debate”, muito bem... mas a gente sabia que ele falava isso também pra ganhar tempo”.

Após cada comitiva voltar à sua região, se depararam com uma grande confusão. Necessitavam de organização, caso quisessem ter chances objetivas de ganho. Foi então que, a partir desse momento, definiram-se as formas como o processo seria conduzido. Criou-se um consenso entre as diversas entidades dos três Estados envolvidas na disputa pela universidade, no qual se concordou que, para ser bem sucedido, esse processo precisaria ser conduzido pelos movimentos sociais, enquanto que, aos políticos, caberia o apoio institucional. Desta forma, elegeram-se a FETRAF-SUL e o MST como os dois movimentos que seriam responsáveis por conduzir todo o processo de defesa e mobilização social pela universidade. Estes dois movimentos foram escolhidos – entre outros fatores – por estarem presentes de forma significativa em toda área de abrangência da Mesorregião.

Feito este acordo, as reuniões de trabalho e as articulações foram intensificadas, dando origem, no ano de 2005, ao MPUF, coletivo de agentes sociais e políticos, composto pelo Fórum da Mesorregião, movimentos sociais, universidades, setores da Igreja Católica, movimento estudantil, sindicatos, associações de municípios, lideranças políticas (vereadores, prefeitos, deputados, senadores) e imprensa dos três Estados.

Embora o Fórum da Mesorregião não tenha sido escolhido como entidade responsável pela condução das mobilizações, sua participação no MPUF foi um fator decisivo nas conquistas, ganhos institucionais e apoio político. Em paralelo com as manifestações e comícios “oficiais” organizados pelo Movimento, o Fórum da Mesorregião também se organizava através de assembleias, principalmente no Estado do Paraná, a fim de discutir os rumos do movimento e o projeto da universidade. Para além do apoio político conquistado pelo Fórum, outras questões fazem desta instituição um dos principais agentes sociais de todo processo. Por ser uma entidade

voltada para o desenvolvimento regional, o Fórum da Mesorregião foi capaz de produzir uma série de pesquisas e diagnósticos referentes ao contexto socioeconômico da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul que, mais tarde, serviria como subsídio para a defesa da universidade nesta região junto ao governo federal. Estes diagnósticos demonstraram a existência de certa identidade regional, apresentando aspectos culturais, formação econômica, perfil de propriedade, potencial produtivo, a ausência de ensino superior público, etc.

Figura 6. Manifestação organizada pelo Movimento Pró-Universidade Federal.



Fonte: http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85

Assim que o MPUF ganha organicidade, intensificam-se as idas de seus representantes à Brasília/DF para dialogar com o Ministro da Educação, como demonstra a imagem a baixo.

Apesar do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proferido em Chapecó/SC, e de toda agitação política que vinha ocorrendo na Mesorregião devido à possibilidade da implantação da universidade federal, não existia até aquele momento nenhum projeto de viabilidade para que se concretizasse a construção. O que existia naquele momento, era a discussão em torno da criação da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA, situada no município de Foz do Iguaçu/PR. No início houve grande confusão e dificuldade de aceitação, por parte do MEC, para a construção de uma nova universidade. Durante entrevista, I. conta que,

Figura 7. Matéria do Jornal Hora H, de Ijuí/RS, sobre a reunião da comitiva do Movimento Pró-Universidade Federal com os representantes do MEC.



Fonte: <https://www.facebook.com/comiteregionaldomovimentoprouniversidadefederal/>

"[...] o Haddad em determinado momento disse, "gente, onde é que vocês estão com a cabeça? Vocês estão enganando as pessoas da região, porque não está no cronograma do ministério, não têm nenhuma universidade prevista para aquela região". E ainda eles criaram toda uma confusão, porque têm a UNILA, lá de Foz do Iguaçu/PR, e eles confundiam... e nós dissemos, não, não tem nada a ver com a UNILA, nós queremos uma universidade dentro dessa mesorregião pra produzir conhecimento e desenvolver o perfil econômico que esta região tem. E eles diziam, "pra isso que vocês querem, pode ser uma escola técnica", e nós, "não, nós não queremos escola técnica, nós queremos uma universidade federal pública naquela região". E ele mais uma vez disse, "olha, eu quero dizer pra vocês o seguinte, vamos ser bem francos aqui, vocês estão enganando as pessoas lá". Nós não estamos enganando ninguém, porque quem anunciou a universidade lá foi o Presidente Lula. Bom, aí ele sentou pra trás, e nós dissemos, "e vamos sair daqui porque ainda temos uma audiência marcada com o presidente hoje", então tá bom, ele disse, se o presidente determinar eu vou fazer, mas se não..."

Confusos, a comitiva que representava o MPUF seguiu até o Palácio do Planalto, pois já haviam marcado uma reunião com o Presidente Lula para tratar da prometida universidade. Nessa reunião, o grupo utilizou-se de todos os dados que dispunham – dados concedidos pelo Fórum da Mesorregião – para convencer o Presidente da necessidade de se construir uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Ao mesmo tempo, questionaram o presidente dizendo que não tinham certeza se ele cumpriria sua palavra, pois nada tinha sido encaminhado ao MEC até aquele momento e contaram o que o Ministro da Educação tinha lhes dito horas antes. Foi então que o Presidente Lula, conforme relatou I., mandou chamar o Ministro da Educação Fernando Haddad para participar também daquela reunião. Ao chegar na sala onde a reunião estava ocorrendo, Lula teria dito a Haddad, “analisei tudo o que eles me trouxeram e não tem jeito, vamos ter que fazer a universidade lá”. A partir desse momento, cria-se uma comissão de implantação responsável pelo processo de pensar institucionalmente a construção da Universidade Federal da Fronteira Sul e, de decidir junto com o Movimento, as cidades que seriam contempladas pelo projeto. I. conta que,

“bom, aí veio a disputa por onde ficaria a universidade [...] então o Ministro disse o seguinte: “ela terá que ser uma universidade multicampi, vai ter que contemplar os três estados, e tudo mais...”, então vamos ter que fazer um campus no Paraná, um em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul têm que ser dois, pois a metade norte é muito grande. Aí fomos falar com o Paulo Bernardo (aquele que tá com a polícia atrás agora), que era o Ministro do Planejamento do Lula... porque depois do projeto pronto o Haddad disse que o Ministro do Planejamento precisaria assinar, pois sem a autorização dele não teria como implementar, aí fomos lá falar com o Paulo Bernardo e ele disse: “eu só assino se tiver um campus na minha cidade, Realeza/PR”. Nós tínhamos definido que a outra teria que ser Laranjeiras do Sul/PR, então por fim ficou dois campus no Paraná, em Santa Catarina ficou apenas um como sede em Chapecó/SC. Na verdade esse campus de Realeza/PR deveria ser de Francisco Beltrão/PR, pois o MST é muito forte lá e foi lá que se deu toda a movimentação

pra se discutir a universidade, mas como o ministro é de Realeza/PR acabou tirando deles. Aqui no Rio Grande do Sul tinha a região de Vacaria/RS, tinha a nossa região aqui e a região das missões. Por fim se decidiu por Erechim/RS aqui e lá, depois de um grande processo de discussão, se escolheu Cerro Largo/RS. O pessoal de Santo Ângelo achava que era certo que a universidade iria pra lá, nem foram na última reunião que chamamos, aí o pessoal se reuniu e definiu Cerro Largo/RS (risos) e o campus foi pra lá, depois o que o pessoal incomodou... entraram na justiça, mas não adianta, o ministro disse, “pode entrar na justiça, nós dissemos e estava acordado que vocês que iriam definir a localização”, enfim, aí se definiu e o campus tá funcionando lá em Cerro Largo/RS”.

Após seis anos de muita mobilização e discussões, no dia 16 de julho de 2008 o então Presidente da República assinou o Projeto de Lei que propunha a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, remetendo-o para o Congresso Nacional. Após tramitar e receber parecer favorável na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, na de Finanças e Tributação, na de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados e nas Comissões de Justiça e de Educação do Senado Federal, a lei de criação foi sancionada no dia 15 de setembro de 2009 (Lei nº 12.029/09), assumindo desde então as características de uma universidade multicampi e interestadual, com presença nos três Estados da região sul conforme demonstra a próxima imagem.

Ao criar a UFFS o Estado brasileiro respondeu de forma afirmativa às demandas que vinham sendo formuladas e apresentadas há anos pelos movimentos sociais e pelo conjunto das lideranças sociais e políticas. A implantação dessa universidade pública federal, numa região de fronteira, é parte e resultado de um processo singular, que pode ser considerado *sui generis* no conjunto das IES públicas¹⁰ e no interior da própria história da educação superior brasileira (TREVISOL; CORDEIRO; HASS, 2011).

¹⁰ Durante três anos, na graduação, fui bolsista e participei de projetos que se dedicavam ao estudo da história e perfil das universidades brasileiras. A partir de nossas pesquisas, é possível afirmar que a presença de movimentos sociais na constituição de universidades federais, é visível apenas nos casos da UNILA e da UFFS.

A UFFS é, notadamente, uma instituição nascida de “fora para dentro”. Sua origem se deu no âmago da sociedade civil organizada. Trata-se de uma universidade oriunda dos processos de participação social e política dos movimentos sociais e das redes do associativismo civil. Ela é, neste sentido, fruto da mobilização dos agentes sociais que há décadas lutam em defesa dos princípios democráticos, da igualdade, cidadania, direito à educação pública, sustentabilidade e justiça social.

Figura 8. Presença da UFFS em sua região de abrangência.



Fonte: Diretoria de Comunicação/UFFS, 2014.

Mesmo após a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul, o MPUF continua, de forma menos expressiva e regionalizada, atuante. Exemplo disso foi a criação de um sexto campus da universidade implantado na cidade de Passo Fundo/RS, para receber o curso de medicina, tempos depois que a universidade já estava funcionando. Embora Passo Fundo/RS, de início, tenha sido uma das cidades envolvidas na disputa pela universidade, organizando mobilizações de rua, comícios e oferecendo apoio político, a criação desse novo campus gerou uma acalorada discussão no interior da comunidade acadêmica. Grande parte dos professores e técnicos administrativos atacou o projeto dizendo ser muito estranha a criação de um *campus* para receber apenas um curso, sem dizer que esta decisão foi tomada “de cima pra baixo”, num acordo político entre o MEC e a reitoria, sem o aval do Conselho Superior Universitário – CONSUNI, instância máxima de deliberação da universidade. I. conta um pouco como se deu o processo de criação desse campus:

“Quando vem a crise da falta de médicos no Brasil, o pessoal de Passo Fundo/RS nos procura, [...] o Airton Dipp era prefeito e o vice era do PT, ele era do PDT, e tinha uma parceria enorme junto com o governo federal, o vice era do PT, o Ceconello que depois concorreu a deputado, eles articularam junto com o pessoal da Secretaria da Saúde do município, com alguns médicos, montaram uma organização ali... enfim, nos procuraram e disseram o seguinte, “nós temos toda uma estrutura montada lá em Passo Fundo/RS”, e eles têm mesmo, o Hospital São Vicente atende 80% SUS, tem residência médica, têm todas as condições necessárias pra criar um curso de medicina em Passo Fundo/RS vinculado à federal. Aí eu analisei a ideia, eu mesmo sempre tive muitos votos em Passo Fundo/RS e disse, “vamos lá”. Marcamos uma reunião com o Ministro Aloísio Mercadante, que estava na Educação na época, e apresentaram o projeto. Eles mostraram que tinham 800 leitos do SUS, que já tinham uma faculdade de medicina ali (UPF), que tinham hospital com todas as condições, residência médica, enfim, todas condições pra criar um curso de medicina público. Aí o Mercadante olhou pra nós e disse, “e vocês, o que dizem?”. Olha, diante de tudo isso não temos como ser contra, é uma demanda, uma necessidade a formação de mais médicos e eles tem toda a estrutura montada, os três maiores centros de saúde do Sul são Curitiba/PR, Porto Alegre/RS e depois é Passo Fundo/RS, então é evidente que lá existe todas as condições necessárias pra ter um curso de medicina público. Aí disseram que iam analisar e logo deram um retorno aprovando a proposta”.

Hoje, a Universidade Federal da Fronteira Sul, com seus seis *campi*, vêm desenvolvendo seu papel, contribuindo para o desenvolvimento regional. O MPUF, que desde sua formação havia pensado uma universidade composta por onze *campi* nos três Estados, permanece de forma tímida – como veremos no terceiro capítulo – participando de discussões isoladas no interior dos conselhos da universidade e em determinadas cidades que teriam sido cotadas para

um segundo momento/ciclo de expansão. No entanto, esse debate perdeu força diante do cenário de crise econômica e política que atinge o país e, conseqüentemente, a universidade pública.

CAPÍTULO 2. Apontamentos em torno do estudo dos movimentos sociais e do engajamento político

Embora este seja um campo de análise bastante difundido no interior das Ciências Sociais, os estudos em torno da ação coletiva e dos movimentos sociais são relativamente novos em termos de ciência – principalmente, na Sociologia. Pode-se dizer que, até a primeira metade do século XX, não existiam conceitos amplamente difundidos a respeito da organização política ou identitária dos movimentos sociais. O que existia até então, eram discussões em torno de teses revolucionárias por parte de teóricos inspirados pelo marxismo e pelas mudanças sociais pós-revoluções francesa e industrial, dando bastante atenção à capacidade de mobilização da classe trabalhadora, assim como, a organização e ação sindical; por outro lado, existiam os estudos influenciados por correntes e teóricos funcionalistas que, assim como Émile Durkheim, enxergavam os movimentos sociais como resultado da anomia e/ou desordem social¹¹.

É sabido que, no que concerne o estudo dos movimentos sociais, o marxismo superou, em números de adeptos, a corrente funcionalista. No entanto, a sociologia frustrou muita gente entre os anos de 1930 a 1960 quando um conjunto heterogêneo de teóricos – dentre eles marxistas, como Adorno, por exemplo – abandonaram as teorias revolucionárias e migraram para outras vertentes a fim de conhecer as causas que levavam ao fenômeno da desmobilização política¹².

As teses da desmobilização apoiavam-se em fatores culturais em correlação entre a personalidade do indivíduo e as estruturas de uma sociedade moderna. A perda ou diminuição no grau de solidariedade e o alto grau de individualismo eram apontados como fatores principais da apatia política. No entanto, a partir da década de 1960, tais teorias se depararam com mobilizações tanto na Europa quanto nos EUA que colocavam em cheque alguns de seus postulados a respeito dos fatores de desmobilização política.

Se algum teórico saudosista das teorias revolucionárias chegou a crer que tais mobilizações significariam o retorno do movimento operário, esse foi um equívoco que logo entenderia. Tais movimentos

¹¹ Essa questão pode ser mais bem aprofundada a partir da leitura do livro de Maria da Glória Gohn (2007) em que a autora faz uma excelente análise dos paradigmas clássicos e contemporâneos em torno do estudo dos movimentos sociais.

¹² Ângela Alonso (2009) aborda essa questão ao escrever sobre as teorias sociológicas clássicas que buscavam respostas a desmobilização política do movimento operário.

não se enquadravam nos moldes classistas de antes, e sim, apresentavam pautas muito peculiares, desdobrando-se em questões étnicas, na luta por direitos civis, de gênero e de estilo de vida, como, por exemplo, no movimento pacifista e no ambientalista.

Tais movimentos nasciam (e permaneciam) na sociedade civil, demonstrando pouco interesse pela política institucional e menos interesse ainda pela tomada do poder. Suas ações dirigiam-se em primeiro lugar a própria sociedade civil, no intuito de promover mudanças culturais mais amplas. Sendo assim, estas demandas “pós-materiais” não poderiam mais ser analisadas nos termos do funcionalismo nem do marxismo do século XX, o que gerou a necessidade de novos esquemas teóricos que pudessem dar conta de explicar a nova realidade que se apresentava.

A partir da década de 1970, surgem três grandes escolas de pensamento – Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria dos Processos Políticos e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais – empenhadas em conceituar de forma mais sistemática a organização política e a ação dos movimentos sociais. Grande parte de tudo que se produziu de lá para cá, a respeito da ação coletiva, encontra-se atrelado a umas destas três vertentes teóricas.

Sendo as teorias dos movimentos sociais fruto do pensamento científico que se desenvolveu nos países Ocidentais, vinculadas principalmente a determinados contextos sociais – como o norte americano e o francês –, pode-se perceber que, ainda hoje, tais vertentes são predominantes neste campo de investigação. Pode-se perceber também que, grande parte das inovações teórico-metodológicas a respeito da ação coletiva, provém do confronto entre estas abordagens.

Especificamente no caso da produção acadêmica brasileira, nas últimas décadas, a vertente norte-americana destacou-se, embora – por questões políticas –, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais venha ganhando espaço nos últimos anos. A questão central é que a incorporação de problemáticas políticas – principalmente aquelas que envolvem um ideal e o funcionamento de regimes democráticos –, como a constante transposição de teorias e modelos dominantes para a realidade especificamente brasileira, ainda hoje se apresenta como uma dos principais fatores que contribui para a não renovação das pesquisas a respeito das condições objetivas que levam os indivíduos ao engajamento político. Com isso,

“não é de hoje que a ausência de uma atitude reflexiva em relação ao próprio universo de pesquisa tem sido considerada um dos principais

fatores que têm contribuído para que, na linguagem de Bourdieu (2003), a análise seja substituída pelo “slogan” e a “ausência de teoria, de análise teórica da realidade”, coberta pela “linguagem de aparelho”, faça “nascer monstros” (OLIVEIRA, 2013, p.143)”.

Nos últimos anos, pode-se perceber um esforço por parte da sociologia do engajamento e da militância, que busca apreender as condições específicas, e também, as diversas modalidades e formas de engajamento político (SEIDL, 2009), disputando espaço com um conjunto de outras perspectivas que seguem vinculadas a determinados valores e concepções políticas que perseguem um “ideal de democracia” como valor universal (OLIVEIRA, 2013). Este ideal de democracia está culturalmente e historicamente ligado à ideologia fundadora dos regimes ocidentais, e traz consigo categorias como, por exemplo, a “participação” – que é um conceito/categoria amplamente difundido nos estudos a respeito do associativismo, por exemplo –, entendida como um pressuposto fundamental de tal modelo político.

“A participação é então uma produção cultural historicamente datada, geograficamente e politicamente situada, o que não é sem efeito para a compreensão dos comportamentos e da produção politológica. Além do mais, a participação não é uma representação neutra: é uma norma (...) Fundamento teórico da democracia, a participação é não somente legítima: ela é desejável” (MEMMI, 1985, p. 316,325 Apud OLIVEIRA, 2013, p. 144).

A história do pensamento político nos leva a crer que este “desejo de participar” provém das insatisfações políticas e do próprio desejo da burguesia do século XVIII, em obter o controle do Estado, o que, por sua vez, proporcionou mudanças significativas em termos de modelo político-institucional. Assim, a participação “constitui uma das categorias que estão nas bases da atribuição de uma “competência política” ao indivíduo” (OLIVEIRA, 2013, p.144). O problema é que, com base nos fundamentos histórico-culturais da ideologia fundadora dos regimes ocidentais, a grande maioria dos estudos produzidos recentemente pela sociologia tende a associar as condições e as dinâmicas da participação à existência e ao funcionamento dos regimes democráticos. Com isso, tais estudos acabam se colocando, de uma

forma ou de outra, numa perspectiva legalista e normativa de sustentação do “ideal democrático”.

Este fato foi um dos principais responsáveis pelo lento desenvolvimento de estudos com base nas investigações das condições e das lógicas próprias que levam os indivíduos a se engajarem politicamente, pois, inicialmente, os estudos se dividiam entre, de um lado, aqueles que tinham uma adesão apaixonada pelos movimentos sociais (e viam neles uma forma de transformação da sociedade), e, do outro, os que os rejeitavam como uma das formas de participação política (ALONSO, 2009).

Na América Latina, assim como no Brasil, os estudos a respeito dos movimentos sociais e da ação coletiva, se iniciaram em meio a um contexto político desfavorável a democracia. Este fato, fez com que parte dos trabalhos produzidos aderisse a vertente teórica francesa e se inserissem na lógica, citada anteriormente, dos que viam nos movimentos sociais uma forma de luta e resistência, visando transformar a realidade política e social. Sendo assim,

“ao lado dessa reflexão sobre os limites da mudança política insuflada por esses movimentos, a pesquisa sobre movimentos sociais organizou-se na América Latina em torno da questão da autonomia em relação às estruturas sociais e políticas do autoritarismo. E também com base nessa questão que ela buscou avaliar sua capacidade de mudar os sistemas políticos e as sociedades, e de construir espaços públicos democráticos” (GOIRAND, 2009, p.337).

Por outro lado, as inovações teórico-conceituais que foram produzidas nos EUA, a partir da década de 1970, trouxeram significativos avanços para a análise das relações entre estruturas, processos e interações no estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva. Num primeiro momento, através da Teoria da Mobilização de Recursos, a ênfase recaiu sobre a investigação dos recursos materiais e humanos que contribuem para o surgimento e a permanência de determinado movimento, e, num segundo momento, com a Teoria dos Processos Políticos, nas estruturas formais e informais, assim como os processos propriamente políticos que favorecem o surgimento de novos canais e formas de visibilidade política, “dando voz” aos diferentes seguimentos sociais.

Estas duas perspectivas são utilizadas neste trabalho e ajudam há pensar e refletir a respeito das condições que viabilizaram, nos

últimos anos, a constituição do Movimento Pró-Universidade Federal, levando em consideração a análise das estruturas de mobilização, dos recursos e das oportunidades políticas que são fruto da conjuntura daquele momento. No entanto, durante o desenvolver da pesquisa, mesmo entendendo a relevância e se utilizando de alguns aspectos destas vertentes teóricas, este trabalho optou por se afastar de tais perspectivas. Por sua vez, optou-se aqui, por outras perspectivas teórico-conceituais que buscam entender o “sucesso” de um movimento partindo da análise da militância daqueles que o compõe, privilegiando a apreensão das desigualdades de condições e dos respectivos capitais e recursos em relação às trajetórias sociais de cada militante e na investigação dos processos de engajamento individual. Parte-se da perspectiva sociológica bourdiesiana, com foco nos espaços de socialização, na formação de disposições a militar e na constituição de carreiras políticas para entender a importância da atuação destes indivíduos para o sucesso da causa. A adoção de tal perspectiva justifica-se, pois,

“quando se passa da “representação democrática” que faz da participação uma competência igualmente distribuída a todos os indivíduos para a investigação concreta das “práticas efetivas em matéria de participação”, observa-se que a concentração e o acúmulo em proveito de alguns, assim como a separação entre “espectadores” e “especialistas”, como marca da “divisão do trabalho” e da “competência política”, constituem alguns dos traços mais constantes do engajamento político” (OLIVEIRA, 2013, p. 153).

A pesquisa de campo apontou para o fato concreto de que é sempre uma minoria que adere e participa ativamente de mobilizações e outras atividades organizadas pelos movimentos sociais. O que nos colocou diante do desafio de identificar os principais agentes do campo e “medir” o volume e a intensidade da dedicação que cada um dos militantes atribui às atividades políticas. Desta forma, podem-se encontrar parâmetros para distinguir e classificar as diferentes categorias de militantes – embora, apenas as lideranças interessem a esse trabalho. Este é o trabalho inicial para todos aqueles que pretendem se dedicar ao estudo das condições que possibilitam e levam ao engajamento político. Este exercício serve também, para levantar um questionamento a respeito do porquê de uns grupos se mobilizarem enquanto outros não o fazem. Para responder essa questão, recuperar os conceitos e

metodologias produzidos pelas teorias da mobilização de recursos e dos processos políticos constitui, ainda hoje, uma alternativa profícua (TARROW, 2009; McADAM, McCARTHY E ZALD, 1996).

Nos momentos em que se utiliza desta perspectiva teórico-metodológica, este trabalho busca investigar a natureza e a intensidade dos laços e vínculos (formais e informais) entre os membros/dirigentes do MPUF e as estruturas, organizações comunitárias, partidos políticos e diversas autoridades sociais. Isso é importante, pois, identificar os vínculos estabelecidos entre os indivíduos, ou, entre os indivíduos e as organizações sociais, permite a apreensão do conjunto de “recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos” (ALONSO, 2009, p. 52), que favoreceram a organização do Movimento. Desta forma, três aspectos são de fundamental importância para o estudo das estruturas de oportunidade política:

“Primeiramente, dar conta da multiplicidade de formas organizacionais disponíveis para associação e cooperação em determinado contexto sócio-histórico; em segundo, as transformações no decorrer do tempo das organizações, dos tipos de engajamento demandados de seus participantes e dos fins perseguidos, através da reconstrução de trajetórias organizacionais; por fim, os graus de autonomia/dependência, que definem as relações das organizações dos movimentos sociais com outros tipos de organizações sociais (militantes, políticas, partidárias, sindicais, etc)” (OLIVEIRA, 2013, p.155).

Se, por um lado, o esforço em investigar e catalogar o conjunto de recursos (internos e externos), assim como, a relação que estes mantêm com o ambiente político-social do qual fazem parte é essencial para que se compreenda sob quais bases e condições a ação coletiva se desenvolve, por outro lado, não se podem deixar de fora da análise, as relações propriamente políticas que podem servir como incentivo ou como obstáculo ao surgimento de movimentos sociais (TARROW, 2009). Sendo assim, a pesquisa deve considerar as características específicas do modo de funcionamento do Estado, de suas instituições políticas e administrativas e a relação que estas mantêm com determinados agentes e grupos sociais, observando os conflitos e

divisões entre os diversos grupos políticos e as elites dirigentes (ALONSO, 2009).

Ao mesclar a investigação dos recursos disponíveis a determinado grupo/agente com as relações propriamente políticas que definem o modo de funcionamento do Estado e de suas instituições, esta pesquisa tenta dar conta da influência positiva que o sistema político nacional exerceu sobre o surgimento e a perpetuação do MPUF. Por exemplo, pesquisas recentes produzidas no Brasil, têm demonstrado que, com as transformações ocorridas no cenário político, fruto do processo de “redemocratização” das últimas décadas, modificaram-se de forma significativa, quantitativa e qualitativamente, as formas de mobilização e ação social, assim como, o *modus operandi* de determinados movimentos sociais (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

No entanto, é preciso ressaltar que, apesar da relevância da investigação que visa destacar os pontos favoráveis para os processos de mobilização com base na estrutura organizacional do sistema político e das instituições que compõem o Movimento, entendidas como estruturas de mobilização, tal análise não apresenta um instrumental teórico-conceitual adequado para a apreensão das condições e das lógicas próprias que levam os indivíduos ao engajamento e à militância política (OLIVEIRA, 2010), que é o foco deste trabalho. Para tanto, torna-se muito mais produtora, a utilização de um aparato conceitual e metodológico de perspectivas sociológicas que privilegiam o problema das relações entre condições de classe, dinâmicas de participação e disposições individuais. Partindo deste ponto de vista, deve-se,

“primeiramente, verificar em que medida as disposições individuais para a participação política estão estreitamente ligadas às desigualdades das condições sociais de origem e dos respectivos capitais (sociais, econômicos, políticos e culturais) possuídos pelos diferentes agentes sociais, devendo ser apreendidas em relação à posição e trajetória social dos militantes (Oliveira, 2010; Bourdieu, 1979). Tal análise possibilita examinar o peso das características sociais dos militantes e dirigentes para o surgimento de mobilizações e protestos coletivos. No entanto, deve-se evitar sobrevalorizar o peso dos determinantes de posição social na geração das disposições e do gosto pelo engajamento e participação em movimentos sociais. Tal desafio

está no âmbito do tipo de “análise processualista” da ação militante que considera a multiplicidade de fatores e de lógicas sociais que concretamente tornam possível a participação. O ponto de partida de tal análise é a ideia de que cada ator social incorpora uma “multiplicidade de esquemas de ação”, pois eles estão inseridos em múltiplos mundos e submundos sociais que, por sua vez, estão submetidos a normas, regras e lógicas diversas e conflituosas e que podem, ocasionalmente, entrar em conflito (Lahire, 2004)” (OLIVEIRA, 2013, p.159).

Este modelo de análise relacional nos permite apreender a lógica dos “atores plurais” (LAHIRE, 2002), na qual os indivíduos aparecem como fruto de processos de socialização múltiplos, heterogêneos e conflitantes. Partindo deste pressuposto, serão analisados os itinerários individuais de militantes do MPUF, a fim de apreender como se estruturam os gostos e as disposições a militar nessa causa/movimento. Esse processo deve ser entendido como resultado de constrangimentos específicos relacionados aos locais, as trajetórias individuais e aos espaços de pertencimento e socialização dentro dos quais eles estão inseridos. Ao optar por esse tipo de análise relacional, é importante manter-se atento para não cair na armadilha do determinismo dos condicionantes estruturais, direcionando o olhar para o exame dos laços interpessoais e das redes preexistentes que influenciam tanto na adesão, como na longevidade do engajamento político. E que, por sua vez, fornece elementos para se entender o surgimento e perpetuação de um movimento social.

O uso de uma perspectiva processual/relacional nas análises do recrutamento político individual é, sem dúvida, uma estratégia metodológica essencial a toda pesquisa que pretende romper com certas posturas que privilegiam o olhar sobre as estruturas em detrimento do indivíduo, e também, com certa visão que tende a nivelar, desconsiderando suas trajetórias, os grupos e indivíduos que compõe determinado movimento social. Por isso, a socialização deve ser entendida como um processo biográfico, no qual os indivíduos inseridos em múltiplos contextos e espaços sociais incorporam disposições que, por sua vez, geram ações que caracterizam um estilo de vida próprio de uma classe de agentes. Isso nos leva a crer que, a sociologia que busca apreender as lógicas próprias do engajamento político, deve considerar a militância como um sistema de ação e uma atividade social específica,

“constituída tanto pelos “sistemas de sentido” que são operados pelos atores a partir de “escolhas práticas realizadas no curso da ação” (Agrikoliansky, 2002:141), quanto pela constante tensão entre as diferentes lógicas sociais que se entrecruzam em sua constituição (Fillieule, 2001)” (OLIVEIRA, 2013, p. 160).

Nas últimas décadas, o uso da noção de carreira política mostrou que esta é uma excelente ferramenta para o tratamento conceitual-metodológico dessa dimensão processual da ação militante. Neste sentido, é possível demonstrar que a participação efetiva se dá através de diversos canais, situações e contextos práticos da vida cotidiana, constatando que as trajetórias que levam os indivíduos ao engajamento nem sempre são as mesmas. Embora o trabalho vá mostrar mais adiante que grande parte dos militantes entrevistados tenham trajetórias bastante parecidas, a intensidade do engajamento, as motivações, assim como, a percepção de retribuições, jamais serão homogêneas.

Ao negar que a ação humana não é simplesmente mero reflexo de normas sociais, de papéis e de coerções estruturais, a perspectiva processual que se utiliza da noção de carreira política, passa a privilegiar a forma como as atividades se desenvolvem no tempo e no espaço, com suas dinâmicas e regularidades próprias.

Indo na contra mão de perspectivas que sobrevalorizam o peso dos condicionantes estruturais, os estudos da sociologia do engajamento e da militância têm obtido sucesso em demonstrar empiricamente que, durante o processo de socialização os militantes adquirem as técnicas necessárias para militar da forma mais conveniente possível, servindo a uma causa e se servindo dela ao mesmo tempo, percebendo as possibilidades de ganhos e os resultados práticos e, com isso, adquirem “um sistema estável de categorias de percepção que estruturam a percepção e o gosto pelas sensações, efeitos e resultados que a participação em mobilizações e organizações coletivas lhes proporcionam” (OLIVEIRA, 2010, p. 59). Por exemplo, este é o caso de I. que nos anos 80 se engajou num movimento contrário a construção de barragens no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A participação nesse movimento lhe proporcionou não somente retribuições simbólicas, no sentido de estar lutando por uma “causa nobre” e reconhecimento social, mas também retribuições materiais, como cargos importantes e a

possibilidade de ingressar na política partidária, visando disputar eleições.

Por fim, como veremos mais adiante, pode-se dizer que o trabalho de campo foi, sem sombra de dúvidas, essencial para que este trabalho pudesse “entender as lógicas do jogo”, compreendendo como, de fato, os gostos e as disposições a militar em determinada causa/movimento são construídas socialmente. O trabalho de campo serviu também para demonstrar a existência das múltiplas possibilidades da atividade militante em relação com os diferentes grupos e espaços sociais, o que só foi possível após a constatação da variedade de organizações que compõem o MPUF e da forma como seus integrantes ingressaram na militância.

Isso nos leva a perceber que a ação política é algo muito mais amplo que, em muitos casos, foge de uma visão estritamente fechada daquilo que se entende, ou não, por “político”, sem desconsiderar o peso e a importância de outras dimensões do social. Sendo assim, é de bom tom que, o sociólogo que pretenda ir a campo para investigar as condições e as lógicas próprias que levam os indivíduos ao engajamento político, dispa-se de posturas “politicistas” e “estatistas” que tentem de forma automática enquadrar seu objeto de pesquisa em “pré-construções” teórico-conceituais, não tomando como referência inicial as “formulações e delimitações formais do Estado” (BEZERRA, 2009, p.12).

2.1. Trajetórias individuais, “carreiras” políticas e militância múltipla

Se, por um lado, este trabalho se propôs a investigar um pouco da história da Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul, tentando entender os diversos conflitos sociais em torno da disputa pelo território, da terra e das condições de desenvolvimento social no decorrer de sua história recente, por outro lado, entende-se também a necessidade de compreender, para além dos movimentos sociais gestados nessa região, a história e as condições sociais que tornaram possível uma nova geração de indivíduos interessados pela militância em movimentos sociais e sindicais ligados às “causas do campo”. Como já dito anteriormente, a compreensão do “interesse” ou, da criação de disposições a militar em determinada causa/movimento, pode ser alcançada a partir da análise dos itinerários individuais, relacionando os diversos tipos de capitais e experiências adquiridas nos mais diversos

espaços de socialização com a conjuntura político-social em que estes indivíduos vivem. Desta forma, é possível entender o processo no qual “se opera a construção social do desejo de dedicar-se a alguma causa, de que maneira ela é vivenciada e quais são as lógicas que operam os investimentos na militância” (SEIDL, 2009, p. 22).

Neste momento, o trabalho passa a se deter na análise das trajetórias individuais, utilizando-se da noção de carreira militante para apreender o conjunto de elementos e fatores que tendem a explicar a posição social que cada um dos indivíduos entrevistados ocupa em determinado espaço – movimento social ou sindicato –, e a importância de cada um destes indivíduos para o objeto aqui estudado – o Movimento Pró-Universidade Federal –, assim como, a importância e o peso político-social destes indivíduos na região/comunidade onde vivem.

Por se tratar de um fenômeno social bastante recente, a pesquisa pôde ser realizada a partir de entrevistas que, para além do processo de constituição do MPUF e da articulação política entre as diferentes entidades, buscou explorar a trajetória de vida/social de cada um dos entrevistados, se detendo em questões como, por exemplo, o perfil familiar e a passagem por diversos espaços sociais que influenciariam no gosto e na formação de disposições para militar. Estes, em sua maioria, são hoje políticos e/ou dirigentes/coordenadores de diferentes movimentos sociais e sindicais que, de forma mais ou menos intensa, participaram das discussões em torno da criação da UFFS, da unificação do MPUF e, posteriormente, ocuparam cargos importantes dentro do Conselho Estratégico Social (CES) e dos Conselhos Comunitários (CC) da universidade.

Se tratando de uma pesquisa que engloba agentes sociais envolvidos em diferentes movimentos sociais, sindicais e partidos políticos que compartilham de certa postura político-ideológica e, em grande medida, são identificados com as mesmas causas – os “problemas do campo”, a “agricultura familiar”, etc –, os resultados tendem a demonstrar que a grande maioria desses militantes transitou pelos mesmos espaços de socialização. Estes espaços, de certa forma, podem ser entendidos como “espaços tradicionais” de formação política e de iniciação ao militantismo: família, igreja, grupo de jovens, comunidade.

Para que se compreenda de forma mais adequada a ascensão desses indivíduos dentro dos espaços políticos a qual pertencem, Matonti e Poupeau (2006) nos ajudam a refletir sobre a necessidade de o sociólogo se interessar por aquilo que se denomina *capital militante*.

Essa perspectiva confere certo grau de importância às aprendizagens adquiridas pelo/no militatismo, pelas competências adquiridas nos rumos da ação e nas práticas cotidianas. Para os autores, o capital militante é adquirido no interior do campo político, sendo valorizado nele e se reconvertendo fora dele. Por isso, é necessário que se faça a distinção entre capital militante e capital político.

“Falar em capital militante é insistir em uma dimensão do engajamento da qual o capital político dá conta de maneira insuficiente. Com efeito, o capital político pode ser considerado como uma forma de capital simbólico, crédito fundado nas inúmeras operações pelas quais os agentes conferem a uma pessoa socialmente designada como digna de crédito os próprios poderes que lhe reconhecem. [...] O capital militante se distinguiria então do capital político que é, em boa parte, um capital de função nascida da autoridade reconhecida pelo grupo e, por isso, “instável”: incorporado sob a forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obdecer, ele abrange um conjunto de sabers e de *savoir-faires* mobilizáveis no momento das ações coletivas, das lutas inter ou intra-partidárias, mas também exportáveis, passíveis de conversão para outros universos, e, assim, suscetíveis de facilitar certas “reconversões” (MATONTI; POUPEAU, 2006, p. 130).

Entretanto, alguns trabalhos vêm apontando que, devido às transformações ocorridas nas últimas décadas – transformações estas que modificaram as estruturas sociais e, em decorrência disso, influenciaram transformações no campo político –, houve certa redefinição do que chamamos aqui de capital militante¹³. Deste feito, a sociologia da militância tem enfatizado os aprendizados, as “expertises” e, principalmente, o peso dos recursos escolares como forma de reconhecimento e capacitação. Isso serve para demonstrar como, durante as últimas décadas, a transmissão do capital militante tem se dado cada vez menos naqueles lugares entendidos como “tradicionais”,

¹³ Ver, por exemplo: CANÊDO, L. Herdeiros, militantes, cientistas políticos: socialização e politização dos grupos dirigentes no Brasil (1964-2010). In: TOMIZAKI, K.; CANÊDO, L.; GARCIA, A. (orgs.). Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 2013.

fazendo com que, novamente, os recursos escolares se apresentem como a base de sua aquisição.

Em todos os casos analisados nessa pesquisa, apenas dois dos indivíduos apresentaram ter baixa escolaridade (apenas os primeiros anos do ensino fundamental). Entretanto, suas trajetórias de vida, e política, estão entre as mais surpreendentes dentre todas as outras. Suas ascensões políticas não se explicam através da mobilização de capitais econômicos ou culturais, se explicam justamente pelo capital militante – assim como em outros casos –, pelos aprendizados que a militância os proporcionou e pelo capital simbólico reconvertido em capital político. Como veremos mais adiante, em suas trajetórias de vida, estes indivíduos circularam por diversas instituições sociais. Os aprendizados práticos do dia-a-dia os serviram como um “capital escolar de substituição” (MATONTI, POUPEAU, 2006; GAXIE, 1978), que proporcionou certa capacidade de se orientar no espaço político, inclusive o partidário.

Se, os investimentos escolares mantêm relação direta com a probabilidade de sucesso nas carreiras políticas, este fato não deve ser entendido levando em consideração apenas questões individualistas. Conforme explicam Matonti e Poupeau (2006, p.132), na verdade, isso é apenas um “produto de transformações das relações entre universos sociais que modificam a estrutura da distribuição dos capitais entre os agentes, oferecendo-lhes assim (ou obrigando-os) novas possibilidades de investimento”. Desta forma, a reconstituição dos itinerários individuais nos ajuda a apreender elementos importantes da carreira política e da militância, assim como, a formação de disposições que são incorporadas pelos agentes nos diversos espaços de socialização, evitando cair em perspectivas individualistas. Isso mais uma vez reforça o que foi dito anteriormente, a respeito de analisar a militância a partir de uma perspectiva processualista, pois esta permite que se trabalhe de forma articulada questões como as das “predisposições a militância, da passagem à ação, das formas diferenciadas e variáveis ao longo do tempo adquiridas pelo engajamento, da multiplicidade dos engajamentos ao longo do ciclo de vida e da retração ou ampliação dos engajamentos” (SEIDL, 2009, p. 23).

Durante a análise dos casos aqui estudados, podem-se observar nos itinerários individuais, elementos de socialização que foram fundamentais para o processo de engajamento associativo destes indivíduos. Na grande maioria dos casos, esses elementos de socialização se apresentaram ainda na juventude, através de locais como, por exemplo, a família, a escola e a igreja. Espaços de formação

marcados por fatores ideológicos que, de certa forma, os “preparavam” para o ativismo.

De acordo com a análise dos dados, dos sete entrevistados, dois cresceram em famílias onde o pai e outros parentes mantinham vínculos partidários, ocupando cargos e disputando eleições. Também é visível em alguns casos a imagem da “liderança comunitária” presente na família, o que, em maior ou menor grau, influenciou no gosto pela política e pelo ativismo. No entanto, a pesquisa demonstrou que, em grande parte dos casos a socialização primária que leva ao engajamento destes indivíduos, se deu através da escola e da Igreja Católica. Por exemplo, todos os sete entrevistados se declararam católicos, dentre eles, três foram seminaristas quando jovens e cinco destes citaram a Pastoral da Juventude como o início da militância nas causas sociais (movimentos sociais e sindicatos).

Quadro II: Algumas propriedades sociais dos entrevistados.

Militante	Sexo	Idade	Associação	Profissão dos pais	Escolaridade dos pais	Escolarização	Profissão/Ocupação
Z.	M	53	Partido dos Trabalhadores	Pequenos proprietários de terras	Primário - 5ª série do ensino fundamental	Mestrado em História	Professor / Político
R.	M	49	FETRAF - SUL	Pequenos proprietários de terras	Não alfabetizados	Gestão Agro-industrial com pós-graduação	Agricultor
D.	M	27	FETRAF - SUL	Pequenos proprietários de terras	Ensino Fundamental	Administração pós em gestão de cooperativas	Sindicalista

M.	M	57	Movimento dos Atingidos por Barragem	Pequenos proprietários de terras	Não alfabetizados	Primário – 5ª série do ensino fundamental	Agricultor
J.	M	64	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	Pequenos proprietários de terras	Primário - 5ª série do ensino fundamental	Mestrado em História	Bancário / Professor universitário
E.	M	56	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	Pequenos proprietários de terras	Primário incompleto	Mestrado em Desenvolvimento regional	Professor universitário
I.	M	65	Partido dos Trabalhadores	Pequenos proprietários de terras	Não alfabetizados	Fundamental incompleto	Aposentado / político

Fonte: produzido pelo autor.

A análise da posição social de origem do grupo familiar, assim como, suas relações com certo patrimônio social de recursos, serve para compreender em parte, a socialização primária destes militantes. No que diz respeito aos recursos culturais e escolares, a maior parte dos sete entrevistados são provenientes de famílias cujo pai e a mãe possui no máximo o ensino fundamental (completo ou não). Com isso, ao transitarem pelo Seminário, pela Pastoral da Juventude, pelas reuniões familiares/comunitárias etc, tudo indica que, a passagem por estes espaços sociais proporcionou a estes indivíduos a oportunidade de “incorporação de um sistema de valores pautado por noções de

“cooperação”, “ajuda”, “caridade”, “devoção” e “comprometimento pessoal”” (SEIDL, 2009, p. 24) que, em última instância, favoreceu a elaboração de projetos individuais que os levariam a algum tipo de engajamento. Por exemplo, R. diz que sua atuação entre as cooperativas e o sindicato começou através do desejo de melhorar a qualidade de vida dos pequenos proprietários de terra; I. atribui sua militância à igreja e à teologia da libertação; D. por sua vez, diz que participar do sindicato e do MPUF é parte de seu projeto de vida e que precisa “tirar um tempo para contribuir” com a sociedade.

Comparados a seus pais, no que diz respeito aos recursos escolares, fica evidente a grande disparidade entre os graus de escolaridade. Dentre os sete entrevistados, cinco possuíam formação superior com algum tipo de pós-graduação, enquanto os outros dois possuíam o mesmo grau de escolarização de seus pais (ensino fundamental). Embora a maioria dos entrevistados tenha demonstrado certo grau elevado de investimento em recursos escolares e culturais, como se poderia imaginar, esses recursos não são homogêneos. Basicamente, os investimentos escolares deste grupo tenderam por duas áreas: humanas (história) e humanas aplicadas (administração, gestão, desenvolvimento). Recentemente, uma série de trabalhos¹⁴ vem sendo desenvolvidos e, confirmando, “tendências de associação entre aumento e diversificação da titulação escolar e probabilidades de sucesso em carreiras políticas e em militâncias variadas” (SEIDL, 2009, p. 25).

A posse de títulos escolares e de saberes acadêmicos, aparece em diversos momentos de fala como uma das formas de legitimação de suas posições, assim como, do trabalho exercido durante a militância. Conforme afirma R., é “*importante não omitir, eu sou formado em Gestão Agro-Industrial e tenho também duas especializações... tenho uma e estou fazendo uma segunda, pois eu acho que é importante isso*”. Essa preocupação também é encontrada na fala de outros entrevistados, principalmente entre aqueles que a militância não se apresentou apenas como algo secundário, e sim, como uma forma de sobrevivência. Este é o caso de um sindicalista e de um professor que, em determinado momento de sua vida, trabalhou em um instituto ligado ao MST. Estes são casos exemplares daquilo que chamamos de “militantes profissionais”.

¹⁴ Em todos estes trabalhos podem-se encontrar análises que associam a posse de recursos escolares com o sucesso nas carreiras militantes (CORADINI, 2001; 2002; GRILL, 2007; 2008; OLIVEIRA, 2007; 2008A; 2008B; TAVARES DOS REIS, 2007; 2008).

É possível perceber também que, no conjunto dos entrevistados, existe um caso que destoa um pouco dos outros em relação ao uso/mobilização dos recursos escolares. Embora Z. tenha se graduado e feito mestrado em História, a obtenção dos títulos – nesse caso em específico – traduziu-se apenas em incremento na estrutura e volume de capitais político e militante que até o momento vinham sendo acumulados via participação em outros espaços, como a igreja, o sindicato e o partido político. Embora Z. se denomine como sendo professor por profissão, o mesmo está a anos envolvido com a militância sindical e partidária, não havendo registros de sua atuação como docente, ou colaborador de algum movimento através de aulas ou oficinas nas quais o mesmo se utilizaria de seus saberes acadêmicos.

Outro achado da pesquisa que merece destaque diz respeito ao fato de que, na quase totalidade dos itinerários analisados nessa pesquisa, é grande a vinculação entre militância social e militância partidária¹⁵. Importante destacar também que, no que dizem respeito às vinculações partidárias, todos os casos convergem para um mesmo partido. Dentre os sete casos analisados, apenas um não possui vínculo partidário, no entanto, no começo da militância houve filiação.

Mesmo no caso dos militantes que, atualmente, não atuam diretamente na política partidária, os dados demonstraram uma forte vinculação entre a militância nos diversos movimentos sociais e sindicais com partidos políticos. De certa forma, isso já era esperado no início da pesquisa, justamente por conhecer a proximidade dessas organizações com o Partido dos Trabalhadores. Dentre os casos aqui analisados pode-se dizer que: seis entre os sete entrevistados possuem filiação partidária (na mesma sigla), quatro entre os sete entrevistados se dizem fundadores do partido; dentre os seis casos de filiados temos: um ex-deputado estadual, um vereador, um vice-prefeito, um ex-assessor de deputado, um “convidado” a se candidatar vereador, mas que negou o convite e um militante que nunca se envolveu em disputas eleitorais. Como se pode perceber, os pesos de tais pertencimentos não são homogêneos, isso é fruto das diferentes formas que cada indivíduo investe em sua carreira política, levando em consideração os diferentes momentos de suas trajetórias de vida.

¹⁵ Neste sentido, vale citar o trabalho de Coradini (2007) que, desenvolveu uma pesquisa com cerca de dois mil participantes do 5º Fórum Social Mundial, que ocorreu na cidade de Porto Alegre/RS em 2005. Dentre os achados de sua pesquisa, a investigação dos laços políticos mostrou que 81,6% dos entrevistados participavam de algum tipo de movimento ou organização social e mantinham filiações partidárias.

Quadro III: Política, experiências e socializações.

Militante	Sexo	Associação	Grupo familiar e relações com a política	Espaços de socialização e experiências	Relação com partidos políticos	Atributos e orientações
Z.	M	Partido dos Trabalhadores	X	Igreja (seminarista)/ grupo de jovens / escola sindical / Cooperativa / Sindicato da Alimentação / CUT / PT	Fundador do partido / Vereador por vários mandatos pelo PT	“Humanista Cristão”
R.	M	FETRAF – SUL	X	Sindicato dos Trabalhadores Rurais / Cooperativas de produção e crédito	Já foi filiado e não é mais	<i>“é preciso se qualificar para fazer melhor a luta social”</i>
D.	M	FETRAF – SUL	Tio que foi candidato; primo vereador por vários	Grêmios Estudantil / Sindicato dos Trabalhadores	Filiado ao Partido dos Trabalhadores	<i>“tenho um pouco esse perfil de liderança”</i>

			mandatos	Rurais / Cooperati va de produção		
M.	M	Moviment o dos Atingidos por Barragens	Pai foi “comissá rio” na Arena	Igreja / Pastoral da Juventude / Moviment o dos Atingidos por Barragens / PT / Sindicato dos Trabalhad ores Rurais / Governo do Estado / Prefeitura	Fundador do partido / Vice- prefeito pelo PT	“lutador das questões sociais, em defesa dos direitos dos atingidos pelas barragens, da política agrícola e dos direitos sociais dos trabalhado res”
J.	M	Moviment o dos Trabalhad ores Rurais sem Terra	X	Igreja (seminaris ta) / PT / CUT / Sindicato dos bancários / Escola Sindical / Via Campesin a e MST	Filiado ao Partido dos Trabalhad ores / participou da criação do partido / Foi assessor de Deputado	“Humanist a Cristão” / atuou com Dom José Gomes
				Igreja		

E.	M	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra	X	(seminarista) / Pastoral da Juventude / Movimento Estudantil / Movimento Comunitário / Sindicato Rural / PT	Filiado ao Partido dos Trabalhadores	“Humanista Cristão”
I.	M	Partido dos Trabalhadores	X	Igreja / Pastoral da Juventude / Sindicato dos Trabalhadores Rurais / MAB / PT	Fundador do partido / Candidato a Prefeito / Deputado Estadual pelo PT	“Humanista Cristão”; “ <i>nosso trabalho era filiado a corrente da Teologia da libertação</i> ” / Atingido por barragem

Fonte: produzido pelo autor

A seguir, serão apresentadas sínteses que dizem respeito aos itinerários individuais e a carreira política de cada um dos militantes aqui estudados, na tentativa de demonstrar como, cada um deles, ao longo do tempo investiu na militância. Tais sínteses priorizarão os espaços sociais frequentados, os aprendizados adquiridos, as redes de sociabilidade construídas ao longo do tempo, os recursos mobilizados etc, o que nos ajuda a pensar tudo o que foi dito até aqui sobre o engajamento político. Da mesma forma, nos oferece elementos para

problematizar a posição que cada um destes indivíduos ocupa nos espaços de poder, na hierarquia social/institucional tanto de seus movimentos “de origem”, como no MPUF.

2.2. Das particularidades de cada itinerário: socialização e investimentos militantes

Buscando demonstrar de maneira empírica como uma multiplicidade de eventos biográficos pode influenciar na aquisição de disposições a militar em determinada causa/movimento, passaremos, a seguir, à apresentação dos itinerários individuais dos militantes que compõem este trabalho. Em todos os casos, é importante destacar o envolvimento pessoal em mais de um espaço de socialização/militância e a constituição de redes de relacionamento durante os itinerários em questão. Sendo assim, a passagem pelo catolicismo (JOC, Pastoral da Juventude), sindicatos variados, movimentos sociais do campo, cooperativas comunitárias, partidos políticos e etc, assim como, a mobilização de recursos escolares, oferecem algumas pistas para a compreensão dos deslocamentos destes indivíduos no espaço social e nas estruturas de hierarquização interna das entidades que são associados. Ao visualizar esta questão, é possível compreender que o sucesso do MPUF está diretamente relacionado com a presença de militantes de outras organizações, cuja participação foi essencial para o processo de mobilização e pressão política.

2.2.1. Engajamento “tradicional”: catolicismo, militância social e partido

Caso número 1.

Filho mais novo de um casal de agricultores, Z. e seu irmão nasceram e cresceram numa família de poucas condições financeiras que residia e trabalhava numa pequena propriedade rural no interior do município de São Valentim/RS, este, localizado no norte do Estado do Rio Grande do Sul a alguns quilômetros de Erechim/RS (cidade polo da região norte do Estado). Devido às condições familiares, iniciou os primeiros anos de estudos na escola rural de sua comunidade, intercalando o trabalho precoce na roça com a rotina de estudos. *“Vivíamos aquela vida do filho que vai pra roça, tipo, com seis anos de idade nós íamos acompanhar os pais na roça e ajudar eles no que*

precisasse e no outro turno a gente estudava”. Pertencente a uma família católica, após concluir os primeiros anos do ensino primário, e devido à impossibilidade de continuar os estudos na escola da comunidade, Z. muda-se para Erechim/RS e passa a estudar, na condição de seminarista, no Seminário Nossa Senhora de Fátima, onde conclui o ensino fundamental e médio. Embora estivesse morando num município vizinho, durante os períodos de férias (de três a quatro meses por ano), retornava à propriedade rural para ajudar seus pais com os trabalhos domésticos.

Ao completar o ensino básico, decidido a não dar continuidade ao sacerdócio (mas sem perder os vínculos com a igreja), no ano de 1981 Z. passa a trabalhar no Mercado Cotrel que pertencia a maior cooperativa agrícola do município. Durante os anos de trabalho nesse estabelecimento, passou por diversos cargos: começou como auxiliar nos caixas do mercado (empacotador), depois foi promovido para trabalhar no balcão de atendimento aos associados da cooperativa (posto que lhe rendeu visibilidade e contatos) e, por fim, passou a trabalhar na contabilidade. Enquanto trabalhava na cooperativa durante o dia, a noite Z. ia para a faculdade comunitária, pois passara no vestibular para o curso de licenciatura em Estudos Sociais (curso de humanidades que formava professores para os anos iniciais). Anos mais tarde, se graduou em história pela mesma instituição e concluiu o mestrado, também em história, na Universidade de Passo Fundo, no município vizinho.

Logo após deixar o seminário e começar a trabalhar na Cotrel, por influência do Padre Valter Girelli (famoso por sua liderança social na região), Z. é convidado para ajudar na criação de um grupo de jovens no bairro Espírito Santo em Erechim/RS.

“Ajudei a criar esse grupo de jovens, ajudava nas liturgias dos fins de semana e, a partir desse grupo de jovens eu fui convidado para participar de reuniões da Pastoral Operária da JOC (Juventude Operária Católica), organizamos o terceiro congresso nacional de jovens trabalhadores em Erechim/RS e participamos em 1983 do Congresso de jovens trabalhadores em São Paulo/SP, era um período que a gente estava debatendo lutas importantes como uma nova constituição para o país”.

Filiado ao setor progressista da Igreja Católica, a militância religiosa na JOC o aproximou de outros espaços e entidades, como por exemplo, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e o sindicalismo.

Enquanto trabalhava na Cotrel e, em decorrência de seu envolvimento com a JOC, foi convidado para participar da ESAU (Escola Sindical do Alto Uruguai) em Erechim/RS e da ESMA (Escola Sindical Margarida Alves) em Chapecó/SC, que existia nos três Estados da região sul. Com isso, Z. iniciou sua participação, como representante da cooperativa, nas reuniões do Sindicato da Alimentação de Erechim/RS, no qual, em 1984 passou a integrar a direção. Dessa data em diante, inicia-se sua trajetória de doze anos de sindicalismo (1984 – 1996).

“Nós conseguimos fazer chapa única entrando meio que por dentro da diretoria que ali estava e fomos fazendo as modificações, nós descobrimos que o presidente do sindicato estava desviando dinheiro da arrecadação do sindicato, eu e o secretário geral, aí o secretário geral assumiu a presidência do sindicato e eu que era suplente assumi a tesouraria e a partir disso fizemos mudanças e transformamos o Sindicato da Alimentação na linha do “novo sindicalismo”, da CUT e tudo mais”.

Nesse período, Z. foi presidente da CUT Alto Uruguai, foi presidente do Sindicato da Alimentação por nove anos, foi diretor da CUT-RS, foi secretário de formação política e foi diretor da Federação dos Sindicatos da Alimentação do Rio Grande do Sul.

A década de 1980 foi um período de intenso investimento e militância na vida de Z. Juntamente com os trabalhos desenvolvidos junto a Igreja e ao sindicato, começa a participar das reuniões que discutia a criação do Partido dos Trabalhadores na região. Certo de suas orientações político-ideológicas, em 1985 filia-se ao partido e, em 1986 trabalha em prol das eleições, apoiando os candidatos Paulo Paim e Olívio Dutra no Estado do Rio Grande do Sul.

Após doze anos de sindicalismo e militância no partido que ajudara a criar, em 1996 concorre pela primeira vez às eleições municipais e se elege vereador no município de Erechim/RS, cargo que ocupa até hoje, em seu quinto mandato consecutivo, como vereador mais votado do município. A partir de 2009, além de vereador também ocupou os cargos de Secretário da Educação (na época da luta pela

UFFS) e de Secretário do Planejamento, onde foi responsável por organizar e implantar o Orçamento Participativo no município.

Em sua trajetória na política, sempre apoiou a bandeira da educação, participou das discussões que levaram a implantação de um campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS em Erechim/RS. Anos mais tarde, foi uma importante liderança política regional na luta pela conquista de *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS e da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, também para Erechim/RS. A esse respeito, atribui o sucesso da conquista destas instituições para o município, ao seu partido e as políticas públicas desenvolvidas nos últimos anos por ele. Ressalta também a importância dos vínculos mantidos com outros políticos para se “antecipar” na briga pela conquista de um *campi*. Isso fica mais claro na parte onde Z. comenta um pouco da história inicial, quando o movimento, de forma mais regionalizada, tentou adquirir uma extensão/*campi* da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM para a região.

“Nós começamos a fazer audiências com o Ministro, o Secretário do Ensino Superior, o próprio Jairo Jorge atual prefeito de Canoas era... o Tarso Genro que foi Ministro da Educação depois o Fernando Haddad assume né... então nesse primeiro momento nós fomos levando essas reivindicações, começamos fazer abaixo-assinados na região, fomos criando lideranças e comitês nos municípios”.

Por ser um personagem político considerado importante no que diz respeito ao processo de mobilização social, e por sua participação no Movimento Pró-Universidade Federal, Z. foi nomeado como 1º Presidente do Conselho Estratégico Social da UFFS, espaço que, num primeiro momento, agregava apenas as principais lideranças políticas e sociais da luta pela universidade. O CES também pretendia ser uma instância deliberativa da instituição, como afirmou durante a entrevista, o que não foi possível devido à legislação vigente.

Caso número 2.

M. nasceu e cresceu junto de seus cinco irmãos, numa pequena propriedade rural situada no interior do município de Charrua/RS, no norte do Estado do Rio Grande do Sul, não muito distante de

Erechim/RS. Tanto M. como seus irmãos são agricultores e ainda residem na propriedade herdada de seus pais, ou, em seus arredores. Filho caçula de um casal de agricultores não alfabetizados, M. e seus irmãos frequentaram a escola rural que existia em sua comunidade, concluindo apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental (única opção oferecida). Casado, é pai de um menino que está cursando o Ensino Médio e de uma menina que está no Ensino Superior.

“Frequentei o ensino primário que na época eram cinco anos de aula, meu último ano de aula foi em 1971. Conclui meu ensino lá no interior, numa escola no interior, na comunidade, hoje ela não existe mais pelo processo de nucleação e o processo de esvaziamento do campo, então se não tem mais aluno não tem mais escola, e com doze anos parei minha aula, minha escola, e comecei o serviço na roça, na lavoura, pequeno agricultor”.

Ao completar dezoito anos, se alistou e foi convocado para prestar serviços militares na cidade de Uruguaiana/RS. *“Minha saída de casa foi um impacto em 1978 quando eu prestei serviço militar no exercito em Uruguaiana/RS, onde fui selecionado, e lá eu percebi a dificuldade, a lacuna de não poder ter estudado, e mesmo porque as condições econômicas estruturais não davam condições pra frequentar o ensino médio como tem hoje”.* Um ano depois, ao retornar para a propriedade rural, dá início a sua trajetória militante que, num primeiro momento, esteve atrelada a Pastoral da Juventude da Igreja Católica devido à forte ligação religiosa de sua família com a igreja. *“Voltei início de 1979 e comecei a militância na Pastoral Social, a Pastoral da Juventude Eclesial, com os primeiros cursos de agente pastoral, depois surgiu o primeiro Curso de Treinamento de Ação Pastoral (TAPA), lá em 1982”.*

No ano seguinte de seu retorno do quartel, no mesmo período em que iniciava sua militância religiosa, M. e sua família foram informados da possível construção de uma barragem na região que, provavelmente, atingiria sua propriedade, assim como as demais propriedades de sua comunidade. Ainda com poucas informações e sem saber o que fazer, seu pai foi quem buscou levantar maiores informações num primeiro momento.

No ano de 1983, líder do grupo de jovens e detentor de certo prestígio na comunidade, foi “eleito” representante local, para participar

das reuniões daquilo que tempos mais tarde, após a divulgação dos primeiros estudos da barragem, se formalizaria como Comissão dos Atingidos por Barragem – CRAB. A participação nesse movimento foi intensa, M. ajudou a coordenar uma série de assembleias locais, passeatas, protestos e abaixo-assinados contra a construção das barragens. Todo esse envolvimento lhe possibilitou a ampliação de sua rede de contatos, parcerias e aproximações com outros movimentos solidários à causa.

“Em 1984 teve aquele trabalho dos abaixo-assinados contra as barragens da bacia do Rio Uruguai e em agosto de 1984 surgiu aquela audiência em Brasília/DF para a entrega dos abaixo-assinados, foi mais de um milhão de assinaturas coletadas na época, e nessa viagem eu fui indicado também pra participar da caravana e entregar os abaixo-assinados para o Ministro de Assuntos Fundiários da época, ainda no governo Figueiredo, o Danilo Venturini”.

Seu envolvimento com esta questão e a militância na CRAB o aproximou de lideranças políticas e sociais de outros municípios, assim como, sindicalistas e professores da FAPES (agora URI) em projetos que estavam sendo pensados naquela época. Em decorrência disso, deixa de ser representante da comunidade e passa a representar o município no movimento que não parava de crescer.

Embora não tivesse nenhum tipo filiação partidária naquele período, durante a entrevista M. relata que sua família tem histórico político junto à antiga Arena, seu pai, segundo ele, foi “comissário” do partido em Tapejara/RS (Charrua/RS pertencia a Tapejara/RS nessa época). Afirma nunca ter se envolvido muito com a política e com o partido de seu pai, até porque, nos tempos de juventude, sua aproximação com a Igreja e os trabalhos desenvolvidos no grupo de jovens o fez assumir uma posição “mais progressista”, alinhada com certa corrente do catolicismo e que se identificava mais com o MDB (partido de oposição à Arena).

“Nós tínhamos uma visão e enxergávamos que, para a formação dentro da luta, havia a necessidade de construir algo diferente, uma proposta, um modelo de sociedade mais democrático, e aí surgiu o movimento social na CRAB e tendo clareza que a igreja era progressista, tanto a Católica quanto a ISLB, a

CUT e depois surge também o Partido dos Trabalhadores que tinham um horizonte, tinham um rumo, um projeto e acabamos nos envolvendo nessa visão de projeto de sociedade”.

Durante a década de 1980, envolveu-se de maneira intensa com a militância social. Igreja, e movimento social foram as portas de entrada para que, em seguida, começasse a se interessar pelas discussões sindicais e pela participação no movimento de consolidação do Partido dos Trabalhadores na região. Após passar algum tempo apenas acompanhando as discussões em torno do partido, em 1992 decide se filiar. Junto de alguns amigos, criam uma comissão provisória que resultaria na formalização do comitê regional do Partido dos Trabalhadores em Charrua/RS. Após a consolidação do partido, M. torna-se presidente regional do mesmo, cargo que ocupou por muitos anos.

No final dos anos 80, como era conhecido por ser o coordenador da CRAB na região, foi indicado para ser tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara/RS. Junto com esse cargo veio uma segunda proposta para assumir a coordenação política do Centro de Tecnologia de Alternativas Populares – CETAP (órgão que desenvolvia projetos na área de agroecologia) que era ligado ao sindicato. Nesse mesmo período, participou da criação da COOPAGRICOLA – Cooperativa Agrícola de Charrua/RS, que funcionou de 1988 até 2012. Nela, fez parte do Conselho de Administração por dois anos, 2001/02.

Em 1993, devido à sua experiência anterior como tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara/RS, ajudou na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Charrua/RS, onde foi presidente até o ano de 1999. Ao deixar a presidência do sindicato, foi convidado para ir à Porto Alegre/RS trabalhar na Secretaria da Agricultura do Estado no departamento de reforma agrária que era coordenado pelo Deputado Estadual Frei Sérgio Görden, cargo que assumiu por dois anos e o aproximou de diversos movimentos sociais do campo ligados ao departamento rural da CUT e da Via Campesina.

Ao retornar de Porto Alegre/RS, dedicou-se ao cargo de coordenador regional da CRAB, o que pouco tempo depois o levou a assumir a coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. De 2000 a 2012, M. conciliou a militância no movimento com o trabalho na propriedade rural. Conta que, nesse

período, teve a oportunidade de representar o movimento em diversos eventos nacionais e internacionais.

“Tive oportunidade de conhecer vários países, um dos encontros dessa comissão mundial foi em Washington nos EUA, eu estive várias vezes em Genebra na Suíça nos encontros da comissão, tive atividades no Chile, tive outras também no Peru, participei sempre indicado pelo movimento, e também a nível nacional tive uma atuação em 2005/06 quando foi criada uma comissão especial pela Secretaria dos Direitos Humanos vinculada ao Ministério da Justiça do governo federal, que criou uma comissão especial para o estudo da violação dos direitos dos atingidos pelas barragens [...]representando o MAB na discussão dos direitos humanos, estive num encontro em 2012 em Angola. Em abril de 2011, teve um roteiro onde fui representando o MAB juntamente com uma comissão que representava a rede de advogados populares, o movimentos de mulheres, o movimentos indígena e eu fui pelo MAB e fizemos um roteiro pela Noruega, por Berlin, Zurique e Genebra, fizemos a denuncia da criminalização dos movimentos sociais, então foi um envolvimento muito forte”.

Atualmente, embora diga não acreditar muito “na capacidade de transformação social da política institucional” e que, nunca pretendeu concorrer a cargos eletivos, M. ocupa hoje o cargo de vice-prefeito de seu município. Durante a entrevista foi possível perceber que, foi justamente através de seus contatos dentro do espaço político, que M. acabou se aproximando e se envolvendo das discussões em torno do objeto aqui estudado – a luta pela criação de uma universidade federal da região.

Caso número 3.

Foi na comunidade de Rio Azul, no interior do município de Aratiba/RS (divisa com Erechim/RS), que I. nasceu e cresceu junto de seus dez irmãos e irmãs. Filho de um casal de pequenos agricultores herdou a profissão de seus pais, assim como alguns de seus irmãos. Devido ao trágico episódio do falecimento de seu pai aos cinquenta e poucos anos de idade, se viu obrigado a assumir a “chefia” da família

enquanto outros irmãos optavam por deixar o lar materno em busca de outras oportunidades, pois a pequena propriedade não dava conta de sustentar os onze filhos. Proveniente de família de descendentes italianos cresceu em um lar onde a proximidade com a Igreja Católica foi incentivada desde cedo.

“Comecei minha militância junto à Pastoral da Juventude, eu sou de religião católica, a Igreja Católica organizava as chamadas Pastorais da Juventude, e na época quando eu comecei era período da ditadura militar nos anos 70, então tinha que ter toda a cautela necessária. Foi nesse período que surgiu dentro da Igreja Católica a teologia da libertação e nós nos envolvemos com este setor da igreja [...]era uma família católica e a igreja tem uma influência muito grande sobre a opinião das famílias, a família até tolerava que alguém saísse em dia de serviço pra reunião junto com o padre, se não fosse a reunião com o padre aí não dava porquê tinha que ir pra lavoura trabalhar. Por causa disso eu fui adquirindo alguns conhecimentos na vida prática”.

Já em meados da década de 1980, enquanto I. se dedicava a militância junto à Pastoral da Juventude, dá-se início na região do Alto Uruguai as discussões em torno da criação das barragens de Itá/SC e Machadinho/RS que afetaria milhares de famílias que seriam expulsas de suas terras, pois estas seriam alagadas. Seu envolvimento com as Pastoral da Juventude o levou a militar também na Pastoral da Terra que, após algum tempo, resultou em sua participação na criação de uma comissão para se discutir os direitos das pessoas que seriam atingidas pelas barragens (a CRAB, citada também no caso 2).

Por ser de uma família conhecida em sua pequena cidade e, devido ao seu envolvimento em uma questão tão delicada para aquele momento como a defesa dos agricultores, tornou-se uma figura reconhecida não só em sua cidade, mas em toda a região devido seu perfil de liderança e seu grande envolvimento com o processo de mobilização. *“Foi todo um processo de longas lutas e mobilizações lá nos anos 82 até 86, a região do Alto Uruguai viveu grandes mobilizações e eu fazia parte do processo de coordenação desse movimento”.* Como as discussões na CRAB envolviam diversas entidades sociais, sua participação nesse espaço lhe proporcionou novas experiências que o aproximou da base do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de seu município, entidade que, após algum tempo, comporia a direção por três anos como secretário e três anos como presidente.

Assim como nos casos anteriores já mencionados, a década de 1980 se apresenta como um período de grandes mobilizações, que demandaram muito investimento por parte destes militantes que, na grande maioria dos casos, envolviam-se com mais de uma organização/movimento. Sendo assim, o caso de I. não foge à regra. Durante alguns anos de sua vida dedicou-se, simultaneamente, a militância nas Pastorais da igreja, na CRAB – que após algum tempo cresce e torna-se MAB – de forma muito intensa e no sindicalismo rural.

Filho de um casal de agricultores que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, I. e seus irmãos cursaram apenas até a quinta série do ensino fundamental, pois era o máximo que a escola de sua comunidade oferecia. Dentre seus dez irmãos, apenas dois chegaram a cursar o ensino superior, o irmão mais velho que saiu cedo de casa para trabalhar e conseguiu se formar em agronomia e uma irmã, que já em idade adiantada, conseguiu concluir um curso superior (não informado qual). No entanto, a baixa escolarização não se constituiu como um empecilho para que I. se orientasse no campo político. Durante sua “carreira”, a militância política em movimentos sociais e no sindicalismo lhe proporcionou aprendizagens que, na prática, se converteram em novos conhecimentos que o ajudaram a transitar por estes espaços.

No final da década de 1980, um grupo de militantes no qual I. fazia parte decide criar uma comissão para discutir a implantação o Partido dos Trabalhadores em seu município. Era um momento no qual a partido começava a se estruturar e ganhar adeptos, principalmente entre os sindicalistas e ativistas de movimentos populares. Foi nesse momento de fundação e expansão do partido que, pela primeira vez, filia-se e se aproxima da política partidária, inclusive com pretensões eleitorais.

“Em 1988, um grupo de militantes criou o PT em Aratiba/RS e me convidaram pra concorrer a prefeito [...] saio do movimento sindical e vou pra política partidária, me filio ao PT e dispuo as eleições em Aratiba/RS pelo partido. Perdemos a eleição lá por 31 votos, foi uma disputa muito acirrada onde todos os demais partidos se juntaram e nós ficamos só o PT disputando contra eles”.

Após a perda da disputa eleitoral pela prefeitura, e com importantes contatos no partido, em 1989 se muda para Porto Alegre/RS, pois é convidado para assumir o cargo de “secretário agrário” junto à direção estadual do Partido dos Trabalhadores, no qual faria um trabalho de articulação entre o partido e os movimentos sociais do campo. *“Passei a trabalhar na direção do partido porque nós tínhamos uma concepção de partido, que o partido só teria futuro se ele se articulasse com o movimento social e eu fazia este papel dentro do PT como secretário estadual, articulando o movimento social e as ‘lutas sociais’”*.

Um ano após sua ida para Porto Alegre/RS, decide, sem mesmo acreditar na possibilidade de êxito, se candidatar para o cargo de deputado estadual, num momento onde o partido ainda engatinhava. Para a surpresa de todos, elegeu-se logo em sua primeira tentativa graças ao número de votos que conseguiu na região norte do Estado, local onde adquiriu grande prestígio através de sua militância no MAB e FETRAF.

Ao final de seu mandato tenta se reeleger, sem êxito. Volta para sua cidade e passa os quatro anos seguintes trabalhando na direção regional do partido. No ano de 1998 tenta novamente se eleger deputado estadual, dessa vez com êxito, inclusive ficando por três mandatos consecutivos. Em seus quatro mandatos enquanto deputado estadual tornou-se um dos principais e mais influentes nomes dentro do partido em nível estadual. *“Em 2009 fui o primeiro petista a assumir a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, durante um ano, fizemos um acordo que seria um ano cada partido e pelo PT eu fui indicado pra ser o Presidente da Assembleia”*. No entanto, quando tentou se eleger para o cargo de deputado federal nas eleições de 2010 e 2014, mais uma vez não obteve êxito.

Principalmente em seu último mandato enquanto deputado estadual foi um dos principais políticos que apoiou, de uma forma ou de outra, a luta por uma universidade federal na região norte do Estado. Além de estar vinculado ao partido da situação responsável por políticas públicas que visavam expandir e interiorizar a rede federal de universidades, também era bem relacionado com as entidades escolhidas pelo Movimento Pró-Universidade Federal para fazer as mobilizações locais.

“Pra poder ter como conduzir esse processo e ele ser bem sucedido, esse processo precisaria ser conduzido pelos movimentos sociais, aí elegemos

a FETRAF e o MST como os dois movimentos que iam conduzir o processo de defesa de uma universidade pública aqui na região [...] então vocês coordenam o processo e nós os políticos que quiserem apoiar, entidades, movimentos, quem quiser entra neste apoio”.

Hoje, já aposentado, dedica-se a pequena propriedade de terra que possui e se diz desanimado com o sistema político. No entanto, mesmo sem pretensões de concorrer novamente, continua fazendo articulações e apoiando candidatos da região que fazem parte de sua corrente no partido.

“Não pretendo mais disputar eleições. O sistema político que está aí, pra quem pretende ser sério na política é muito difícil. Vale muito é a máquina eleitoral [...] Como eu nunca quis entrar nesse jogo, pois não acho que a política têm que ser isso, concorri duas vezes a deputado federal, nas últimas duas eleições, nas duas vezes fiz quase 60 mil votos, fazer esse número só entregando santinho enquanto os outros entregavam dinheiro é difícil”.

Caso número 4.

Filho de um casal de pequenos agricultores que residiam no interior do Estado de Santa Catarina, J. possui uma trajetória de vida e militância que não destoam das demais citadas até o momento. Na década de 1970, residia numa propriedade rural que não oferecia grandes oportunidades, expectativas ou possibilidades de crescimento pessoal. Isso fez com que sua família decidisse enviá-lo para o município de Chapecó/SC onde concluiria seus estudos na condição de seminarista. Aos dezesseis anos de idade, na Diocese, conheceu Dom José Gomes – importante liderança religiosa e social que atuou na defesa de diversos movimentos sociais na região sul do país –, uma espécie de “mentor”, que o levaria a se interessar pelas causas sociais. *“Acho que foi aí que eu comecei a minha escola enquanto militância política, a militância mais na área dos movimentos sociais, porque ele nos levava em todas as suas atividades, ele buscava trazer todos os seminaristas a se envolver com isso e realmente vim crescendo a partir daí, a partir desse momento eu comecei a me envolver com os movimentos principalmente na área da igreja”.*

Entre 1974 e 1980, dedicou-se a militância religiosa e ao apoio aos movimentos sociais do campo e indígenas. Num primeiro momento, sua militância esteve atrelada aos trabalhos desenvolvidos pela igreja, acompanhando as atividades de Dom José Gomes. Posteriormente, convicto da importância da “luta social”, vinculou-se de forma mais direta e intensa ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através das mobilizações que levaram às primeiras ocupações de terras no oeste de Santa Catarina.

“Eu sempre estive na base, sempre fui muito vinculado à questão da organização de pessoas pra ir aos movimentos, como eu trabalhava na questão mais vinculado a igreja, a paróquia, a pastoral e etc, e estava atuando muito na questão das pastorais. Eu fazia a discussão com o pessoal que queria fazer as ocupações e preparava esse pessoal, discutia com eles e arrumava... chegava próximo do dia da ocupação tinha que correr atrás de caminhão, disso, daquilo, arrumar as famílias, preparar elas”.

No ano de 1980 começa a trabalhar como bancário em uma agência do Banco do Brasil em Chapecó/SC, emprego que manteve durante quinze anos. Neste período, para não se afastar das discussões políticas e da “luta social”, J. começa participar das reuniões e atuar junto ao Sindicato dos Bancários e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, num momento de efervescência política no qual CUT e Partido dos Trabalhadores ganhavam espaço e visibilidade.

“Minha trajetória nesse primeiro momento no sindicato do Banco do Brasil eu atuava apoiando os movimentos, internamente nós fizemos ali em Chapecó/SC, na época com o pessoal que era da direção, um trabalho e conseguimos atingir uma coisa que na época se buscava muito que era a inclusão do pessoal. A militância dentro do sindicato que chegou a ter na época quase 95% da base filiada, então isso que a gente buscava”.

Mesmo sem possuir nenhum tipo de pretensão política para além da militância, nesse mesmo período J. filia-se ao Partido dos Trabalhadores, pois acreditava que as pautas defendidas pelo partido eram as que mais se aproximavam daquilo que ele acreditava.

Segundo ele, devido ao “bom ensino” recebido enquanto seminarista, e ao estímulo em se capacitar e dar continuidade aos estudos, ao terminar o ensino básico J. ingressa no curso de história oferecido pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ. Após a graduação, teve a oportunidade de fazer uma pós-graduação *latu sensu* na Universidade Federal de Santa Catarina, e também, um mestrado na Universidade Federal do Paraná. J. ainda foi mais longe. No intuito de agregar mais conhecimento para trabalhar com as questões sociais e, principalmente visando o cooperativismo, em determinado período de sua trajetória participa do curso de Economia Social (ou, economia solidária) na Universidade General Sarmiento em Buenos Aires, na Argentina.

Durante os quinze anos que atuou como bancário, J. dedicou-se também a docência. Foi professor tanto na universidade que se formou quanto nas escolas públicas do município por uma década. Seu envolvimento com o sindicalismo lhe proporcionou não só conhecimentos, mas também, o aproximou de uma gama de pessoas envolvidas em outros movimentos e partidos políticos. Ao deixar seu cargo no banco em 1995, muda-se para Florianópolis/SC, pois aceita o convite para trabalhar como assessor do Deputado Estadual Pedro Uczai. *“Aguentei dois anos a muito “pau brabo”, porque eu não acredito nessa ação institucional, isso é uma questão pessoal, eu não acredito, eu acredito na questão da mobilização social”*.

Após deixar a assessoria do deputado, através da mobilização de todo seu capital escolar e cultural, J. passa a se dedicar integralmente a docência, atuando num primeiro momento junto à Escola Sindical Sul que, na época, desenvolvia projetos voltados para a capacitação de pessoas ligadas a agricultura familiar.

“Comecei a atuar concretamente dentro do Fórum Sul da Agricultura Familiar, com o projeto Terra Solidária, com o movimento de qualificação profissional dos agricultores, e a partir daí eu vim me vinculando com a agricultura familiar e atuei em movimentos para a construção de cooperativas, para a questão do fortalecimento dos sindicatos, atuei muito com assessorias ajudando sindicatos, mas sempre de uma forma mais militante”.

Em decorrência de seu envolvimento com os projetos voltados ao desenvolvimento regional e a agricultura familiar, sem seguida, J. vai pra Francisco Beltrão/PR e passa a trabalhar na Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, onde fica por cinco anos,

deixando a entidade após ter sido selecionado no concurso para professor da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Assim como em todas as outras regiões que compõe a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, o sudoeste do Paraná, principalmente o município de Francisco Beltrão/PR, construiu grandes mobilizações e espaços de discussão em torno da possibilidade de criação de uma universidade federal para a região. Enquanto esteve vinculado a ASSESOAR, J. dedicou-se a essa questão. Participou, enquanto representante da entidade, do Movimento Pró-Universidade Federal, assim como, de suas diversas atividades e mobilizações. *“Eu sempre estive junto nessa questão, coordenando e representando a ASSESOAR, por exemplo, aqui em Francisco Beltrão/PR foram feitos vários seminários trazendo inclusive pessoas do MEC, nós trouxemos em duas ou três oportunidades pessoas do MEC pra fazer o debate sobre as possibilidades e as perspectivas do perfil da universidade que estava se discutindo aí na região”*. Tamanha foi sua dedicação a esse movimento que, hoje, J. ocupa o cargo de vice-presidente do Conselho Estratégico Social da UFFS.

Caso número 5.

E. nasceu em 1960, em Três Passos/RS. Foi criado no interior do município, numa pequena propriedade de terra que garantia o sustento de sua família. Seus pais eram agricultores, pessoas muito humildes, de poucas condições financeiras que, segundo ele, viviam “entre a roça e a igreja”, pois a vida no campo não oferecia muitas oportunidades. Seus pais frequentaram a escola apenas nos primeiros anos do ensino fundamental (provavelmente os quatro primeiros), assim como alguns de seus irmãos. Dentre os sete filhos do casal, apenas E. e um irmão tiveram a oportunidade de cursar o ensino superior, os demais, dois chegaram até o ensino médio e três até o fundamental.

Enquanto criança frequentava a escola multisseriada de sua comunidade pela manhã e a tarde ajudava seus pais com os afazeres da propriedade, assim como seus irmãos. Sendo ele o filho mais novo de uma família católica muito devota, aos doze anos de idade vai para o Seminário dos Franciscanos no município de Três Passos/RS, onde conclui o ensino fundamental. Em seguida, transfere-se para Taquari/RS, onde cursa o ensino médio no Seminário Seráfico São Francisco. Em seguida, é noviciado em Daltro Filho, um distrito de Garibaldi/RS.

Entre 1982 e 1985, passa a morar em Viamão/RS, onde teve a oportunidade concluir o curso de Filosofia. Neste momento inicia sua

trajetória de militância. Durante a graduação envolveu-se com o movimento estudantil, com movimentos comunitários da periferia de Porto Alegre/RS e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, participando destes espaços através de trabalhos voluntários nas secretarias da prefeitura e em atividades de formação nos acampamentos.

Ao concluir o curso de Filosofia, em 1985, dá início ao curso de Teologia na Pontifícia Universidade Católica em Porto Alegre. Após dois anos de curso retorna para a paróquia de Três Passos/RS para fazer seu estágio. Nesse período, E. fortalece sua militância, atuando de forma mais intensa na Pastoral da Juventude Rural, Comissão Pastoral da Terra e no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Seu envolvimento com a igreja e os movimentos sociais do campo o aproximou também do movimento sindical e partidário. Durante alguns anos acompanhou as discussões feitas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, num momento de fortalecimento da CUT e de expansão do Partido dos Trabalhadores, partido que, aliás, é filiado e se considera um “fundador”.

No ano de 1987, decide deixar os Franciscanos. Permanece por um ano no município mantendo seu trabalho junto aos movimentos sociais e a Pastoral. No ano seguinte é convidado para ir para São Paulo para trabalhar na secretaria nacional do MST. E. aceita o convite e passa a colaborar com o trabalho de formação política dos militantes deste movimento e de outros movimentos próximos a ele. Ao ocupar esse cargo, é enviado para diversos Estados do país onde o movimento se organizava e se desenvolvia. Devido à experiência adquirida em dois anos, no final de 1989, vai para o Ceará, ajudar na construção e fortalecimento do MST em todo o nordeste, através da formação de lideranças, organização de frentes de massa para ocupações e organização de assentamentos.

O ano de 1990 foi “*uma experiência inesquecível*” na vida de E., pois teve a oportunidade de passar onze meses na Colômbia, onde fez um intercâmbio com os camponeses daquele país. Ao retornar, volta para a secretaria nacional do MST em São Paulo e, após poucos meses, transfere-se novamente para a secretaria regional nordeste do MST, situada em Maceió/AL.

Em fins de 1992, pede transferência para o MST-PR e começa a atuar no município de Cantagalo/PR com o trabalho de formação de lideranças. Nesse município se deu início ao que é hoje o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação Agroecológica – CEAGRO, localizado no centro de um assentamento e que tem por finalidade a capacitação dos militantes.

“Decidimos em 1994 ocupar o maior latifúndio do sul do país, a Fazenda Giacometti-Marodin, hoje Araupel S/A. Ocupação que efetuamos em 1996, sendo até hoje a maior do país. Após isso se seguiu uma ofensiva contínua de ocupações na região, transformando na maior região reformada do país. Já conquistamos 54 mil hectares de assentamento da Araupel e atualmente ela está toda ocupada com mais de três mil famílias em sete ocupações que contabilizam mais 70 mil hectares. Aí temos o maior polo de escolas do campo do país (rio Bonito do Iguaçu e Quedas do Iguaçu e arredores, com mais ou menos sete mil alunos em escolas do campo do ensino primário ao médio)”.

Nesse mesmo período, E. continuou colaborando com a secretaria nacional do movimento, inclusive atuando em outros países, principalmente no Paraguai.

Em 2005, a militância no MST o faz aderir ao Movimento Pró-Universidade Federal que vinha crescendo e se articulando nos três Estados da região sul do país. *“Hoje temos um campus dentro de um assentamento, o Oito de Junho, em Laranjeiras do Sul/PR, cidade polo da região”*. E. atuou na articulação e direção do Movimento enquanto representante do MST e Via Campesina para o Estado do Paraná. Após todo o processo de reivindicação e a conquista da universidade, foi contemplado com o cargo de coordenador administrativo do *campus* de Laranjeiras do Sul/PR, cargo que ficou por dois anos e meio. Nesse período, de 2011 a 2013, concluiu o Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Ao concluir o mestrado, prestou concurso e foi selecionado para lecionar no curso de Educação no Campo, na universidade que ajudou a construir.

Hoje, professor da UFFS, dedica seu tempo a universidade ao mesmo tempo em que tenta não perder o contato com os movimentos sociais. *“Sigo atuando no MST e Via Campesina como militante de formação política na região, e em várias frentes do MST e outros movimentos sociais parceiros”*. E. conta que o Movimento Pró-Universidade Federal acabou sendo absorvido pelos Conselhos Comunitários de cada *campi* e pelo Conselho Estratégico Social – CES, no qual foi o segundo presidente, ocupando o cargo por um ano.

2.2.2. Do empreendedorismo à militância: um engajamento de ocasião

Caso número 6.

Embora os demais casos apresentados até o momento também tenham demonstrado que o gosto e as disposições a militar em causas diversas são constituídos desde muito cedo na vida destes militantes, este caso em específico merece alguns destaques por se tratar de uma pessoa relativamente jovem – se comparada aos demais – que, embora tenha nascido num ambiente familiar e cultural muito parecido, há de se levar em conta que as condições e o momento político que marcam sua trajetória já não são mais os mesmo dos anos 80 como na maioria dos outros casos, assim como, a forma como os jovens se projetam no mundo também não, sendo que hoje existem diversas possibilidades das quais seus pais, por exemplo, não desfrutaram.

Filho mais velho de um casal de agricultores, D. reside até hoje na pequena propriedade rural situada no interior do município de Aratiba/RS, na divisa com Erechim/RS, junto de seus pais e seu irmão e irmã mais novos. Desde pequeno, ajudou a família com o trabalho na roça no contraturno da escola, assim como seus irmãos. Concluiu o ensino fundamental na escola municipal da cidade, depois se mudou para Erechim/RS onde cursaria o ensino médio e o curso Técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola Estadual, em regime de internato. Nos três anos em que estudou no colégio, teve contato com o Grêmio Estudantil, espaço no qual participou, contribuindo na organização de algumas atividades. *“Lá a gente não discutia muito sobre política, mas teve uma vez que articulamos uma greve dos alunos, fizemos uma barricada e trancamos os dormitórios porque a direção não queria melhorar a qualidade do laboratório de informática”*.

No ano de 2005, após a conclusão do ensino médio e do curso técnico, volta para a propriedade rural de seus pais, no intuito de trabalhar junto da família e desenvolver a propriedade, pondo em prática os conhecimentos adquiridos no colégio agrícola. Diferentemente de seus pais e irmãos, é o único membro da família a cursar o ensino superior. Ao retornar para a casa de seus pais, presta vestibular e é aceito no curso de Administração, numa faculdade situada a cerca de setenta quilômetros de seu município, distância esta que D. percorreu todos os dias de ônibus para poder estudar.

Ao que tudo indica, sua família detém significativo reconhecimento e prestígio na cidade onde vivem, isso se deve ao papel desempenhado por seu pai e outros parentes nas questões locais. D.

conta que durante muitos anos as pessoas doentes, até nos casos mais simples, precisavam se deslocar até Erechim/RS para poder ter acesso a uma consulta médica, pois o município não dispunha de um hospital. Devido à organização e pressão política de um grupo de pessoas, incluindo seu pai, foi possível a construção do Hospital Comunitário do município, no qual seu pai faz parte da direção por doze anos. Conta também que essa luta possibilitou que outros parentes se aproximassem da política partidária, como por exemplo, seu tio que já concorreu ao cargo de prefeito e seu primo que, em mais de um mandato, foi vereador do município.

Entre 2005 e 2010, período em que cursava Administração e trabalhava com sua família, é convidado para fazer parte do conselho administrativo da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai – CRERAL, cargo que ocupou durante três anos. Este conselho reunia líderes de grande parte das comunidades do interior do município e, foi neste espaço, que D. fez seus primeiros contatos pessoais e começou a se interessar pelo sindicalismo, participando de alguns encontros e discussões. *“como eu fazia Administração e estava no conselho, eu era muito curioso, comecei a querer conhecer as organizações, mas apenas como militante mesmo”*. Nessa época, sem nenhuma pretensão política, filia-se ao Partido dos Trabalhadores. *“Tinha um pouco esse perfil de liderança, eu fui procurado algumas vezes nas eleições pra concorrer a vereador e acabei não indo, não queria isso”*.

Formado em Administração, atuante no conselho da cooperativa e já mantendo certa proximidade com o Sindicato Rural do município, em 2010 passa a se dedicar de forma mais intensa ao sindicalismo, atuando na sede municipal da FETRAF. Seu envolvimento nesse tipo de ambiente, assim como o gosto pela militância, é algo que fora construído aos poucos, e que deve ser entendido a partir de sua trajetória, dos espaços de pertencimento, da mobilização de recursos escolares, enfim, de seu itinerário individual.

“A comunidade me apontava como uma das lideranças e é assim que o sindicalista começa. Então foi pelo nosso sindicato, se destacando lá na comunidade e depois no município [...] O sindicato fazia reuniões em todas as comunidades e cada comunidade indicava três nomes, os mais indicados fariam parte da direção, na época o atual presidente coordenador teve sete indicações

em sete comunidades, eu tive em quatro e como ele estava saindo eu acabei assumindo, não foi algo planejado por mim, não disputei pra estar nessa condição e até lá na reunião que fechou a chapa eu pedi uns dias pra pensar porque, de fato, não tinha pretensão de ser sindicalista. Mas aí pelo histórico e pela proximidade da discussão eu acabei topando e de lá para cá me envolvendo cada vez mais, então acho que todo cidadão, toda pessoa, tem um papel na sociedade e eu acho que tenho que tirar um tempo pra contribuir”.

Ao aceitar o convite para compor a chapa que assumiria a direção do sindicato, dá-se início sua trajetória de militância e sindicalismo. Improvável, diria ele, se perguntado sobre essa possibilidade a dois ou três anos antes, pois nunca se imaginou atuando nessa área, apesar de ter a influência do pai que sempre procurou se envolver e participar dos movimentos e encontros que debatiam questões reais do cotidiano da comunidade e do trabalho no campo. Desta forma, de 2010 a 2014 sua atuação se deu de forma mais localizada, promovendo atividades junto à sede municipal da FETRAF. Nesse período, D. sente a necessidade de se qualificar ainda mais para agregar conhecimentos e melhorar sua atuação no sindicato. Passa a cursar uma pós-graduação em agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, para lhe dar condições de assessorar as cooperativas e os próprios trabalhos desenvolvidos pela FETRAF.

Devido seu empenho e entusiasmo, em 2012, é indicado para assumir o cargo de Coordenador da Juventude da FETRAF no Rio Grande do Sul, passando a viajar pelo Estado e se envolver cada vez mais com o sindicalismo e com os projetos desenvolvidos pela juventude em parceria com o governo e outras instituições. No ano de 2015, transfere suas atividades para o município de Erechim/RS, pois, além da coordenação da juventude, passa a acumular mais um cargo de coordenador, dessa vez na coordenação regional norte da FETRAF, posição que ocupa até hoje.

Embora D. não tenha se envolvido com a Movimento Pró-Universidade Federal na época das mobilizações que levaram a conquista da UFFS, pois começou sua militância sindical em 2010 quando a universidade já havia sido criada. A partir do momento que começa a atuar no movimento sindical, enquanto liderança participa das discussões locais e passa a acompanhar mais de perto os debates internos da universidade. Como a FETRAF sempre ocupou cadeiras no

Conselho Estratégico Social, devido à importância de seu papel para a criação desta instituição, em 2012, D. foi convidado a assumir a cadeira de um companheiro que precisou deixar o conselho. Após sua passagem pelo CES, continuou participando das discussões que ocorriam no espaço acadêmico, se interessando pela permanência nesse ambiente. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho Comunitário do *campus* de Erechim/RS, indicado pelo FETRAF-SUL.

2.2.3. Da pequena propriedade à liderança sindical: identidade local, reconhecimento e profissionalização

Caso número 7.

Hoje, aos quarenta e nove anos de idade, R. diz ter se dedicado mais de vinte anos ao movimento sindical. Nascido e crescido numa pequena propriedade rural no interior do município de Erebangó/RS junto de seus pais e seus dois irmãos, ainda hoje reside e trabalha nas terras herdadas da família, junto de sua esposa produzindo grãos e leite. *“De profissão sou agricultor, até porque foi uma decisão pessoal minha, sou agricultor mas a militância política no movimento sindical ela não é profissão, é temporária, apesar de você ficar um tempo mas...”*.

Desde a década de 1990, vinha participando do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Getúlio Vargas/RS (município situado na divisa de Erebangó/RS), o qual foi sua porta de entrada no sindicalismo. Sua adesão a este espaço se deu por motivos pessoais, *“acreditava na importância do sindicato como instrumento de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais da agricultura familiar”*, até porque, vivia esta realidade e sabia das dificuldades de permanecer no campo naquela época.

No ano de 2000, participou de forma mais ativa e, juntamente com um grupo de militantes da região, ajudou a criar o Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF, entidade que congrega diversos sindicatos menores visando maximizar o apoio político e a eficiência dos trabalhos propostos. A partir desse ano, R. passa a ser coordenador e presidente do sindicato recém criado, cargo que assumiu diversas vezes em períodos alternados.

Filho de um casal de agricultores não alfabetizados é a única pessoa de sua família que teve acesso ao ensino superior, seus irmãos estudaram apenas até o ensino médio. No entanto, a busca por um diploma de nível superior se deu com “atraso”, quando R. já possuía

certa idade. Dentro do movimento sindical, percebeu a necessidade de se aperfeiçoar. *“Importante não omitir, eu sou formado em Gestão Agro-Industrial e tenho também duas especializações. Tenho uma e estou fazendo uma segunda, pois eu acho que é importante isso... a “luta social”, a organização social também, é preciso que a gente vá se qualificando como pessoa também pra poder ter condição de fazer uma disputa, uma participação com mais qualidade”*. Essa necessidade é fruto também de sua participação na criação de várias cooperativas na região, vistas como um dos meios de alavancar o desenvolvimento regional pelos sindicalistas.

“Eu fui fundador de cooperativas aqui da região [...] Uma que inclusive teve problemas e foi à falência lá em Floriano Peixoto/RS; a COOPERMATE - Cooperativa dos Produtores de Erva-mate de Getúlio Vargas, o Sistema CRESOL (cooperativa de crédito) eu também participo, sou vice-presidente lá em Getúlio Vargas/RS, também participei da direção da COTRIGO aqui de Erechim/RS... então, eu tenho transitado e colaborado, ou atrapalhado não sei (risos), nesse meio das cooperativas”.

No meio sindical, é comum perceber que, na grande maioria dos casos, a participação ou proximidade com partidos políticos apresenta-se como uma característica quase que generalizada nos itinerários individuais de seus quadros, no entanto, este é um ponto que distingue R. dos demais casos citados até o momento.

Dentre os sete entrevistados, apenas R. apresentou não possuir nenhum tipo de interesse ou ligação com questões partidárias. Diz que, em sua família, também não existe ninguém que possua envolvimento com algum partido político. Ao perguntar se possuía algum tipo de envolvimento com política partidária, apenas riu, dizendo não haver nenhuma. *“Já fui filiado a partido, hoje não sou mais (risos)”*. Sua reação demonstrou certa aversão a esta questão, traço que também pode ser identificado na fala de outros entrevistados, pois estes depositam sua fé nos movimentos e nas “lutas sociais” ao mesmo tempo em que diminuem a importância da política institucional, como se uma coisa não dependesse da outra, o que, a meu ver, cria uma contradição.

Sendo assim, R. atribui sua ascensão no sindicalismo ao fato de ter desempenhado um alto grau de envolvimento e dedicação pessoal com causas que afetavam não apenas a si mesmo, mas a toda

comunidade. Faz questão de frisar sua qualificação (seus recursos escolares), entendida também como um dos motivos que explicariam seu envolvimento tanto no sindicato como nas cooperativas, por exemplo.

Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho Estratégico Social da UFFS, cargo que lhe foi dado devido sua ligação com a FETRAF. Como R. era o presidente do SUTRAF, e existe um movimento de unificação muito forte entre essas entidades, acabou se tornando coordenador e também Presidente da FETRAF-SUL. Devido ao grande poder político que esta entidade possui dentro do conselho, acabou sendo indicado, mesmo sem ter participado de forma mais ativa de todo o processo de mobilizações do Movimento Pró-Universidade Federal. *“A minha participação ela foi periférica nesse momento, porque na época eu coordenava alguns projetos dentro da FETRAF-SUL, e ai tinha essa participação como instituição [...] eu participei de atividades, reuniões, mas não como alguém puxando. Na FETRAF quem puxava era o Tortelli¹⁶, que era coordenador da FETRAF-SUL”*.

Isso nós dá algumas pistas de como se organiza este espaço (o CES), que num primeiro momento, era entendido como fundamental para que os movimentos pudessem participar e ter voz dentro universidade. De certa forma, o fato de ter um presidente que não se envolveu com o Movimento, é apenas um reflexo do “esvaziamento social” do conselho, que passa a ser dominado (como já havia sendo desde o início) por uma ou outra entidade, enquanto os militantes que depositavam suas esperanças nesse espaço se afastam.

¹⁶ Coordenador da FETRAF-SUL e Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Foram feitas diversas tentativas de contato com seu assessor no intuito de agendar uma entrevista, no entanto, não houve interesse por parte do Deputado e sua equipe.

CAPÍTULO 3. Da mobilização à desmobilização: apontamentos em torno dos contextos específicos de transformação nas estruturas de oportunidades de compromisso

Até aqui este trabalho se empenhou em apresentar um pouco da história regional da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, assim como, o surgimento de uma série de movimentos sociais ligados “às causas” e “aos problemas do campo”. Também foi abordada a questão da militância a partir de uma perspectiva processualista que a entende como uma atividade social específica, que permite a inter-relação de questões como, por exemplo, as predisposições a militar e a multiplicidade de formas de engajamento. No entanto, para além do engajamento e da mobilização, neste momento se faz necessária a discussão entre os limites, as possibilidades e os motivos diversos que geraram a desmobilização política, a frustração e o desengajamento militante.

A necessidade de buscar algumas respostas para compreender a desmobilização política e o desengajamento militante se dá pelo fato de que, durante a pesquisa de campo, constatou-se que, o Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF, nos últimos anos, vem se modificando e perdendo forças a ponto de estagnar-se¹⁷. Esse fato se dá por mais de um motivo¹⁸. A partir da análise dos discursos dos entrevistados, é possível identificar ao menos três fatores que, de modo geral, contribuem para a perda de investimentos por parte dos militantes, o que, por sua vez, leva a desmobilização: primeiro, a absorção do MPUF pelo Conselho Estratégico Social e Conselhos Comunitários, o que desestimulou a continuidade das discussões de forma unificada; segundo, pela “frustração pessoal dos militantes” com o próprio Conselho Estratégico Social, pois estes esperavam uma instância deliberativa, e não consultiva; e, em terceiro, as contradições e problemas oriundos da política institucional, como a crise política e econômica que inviabilizou

¹⁷ Ao se afastar de teorizações mais gerais a respeito dos movimentos sociais, este trabalho acabou por privilegiar a análise individual das carreiras militantes dos indivíduos que compõem o MPUF. Neste sentido, a sociologia da militância oferece uma série de elementos para se pensar não só o engajamento, mas também o desengajamento e a desmobilização política. Sendo assim, levando em consideração a pluralidade de fatores e eventos biográficos que podem influenciar na perda de compromisso e levar à desmobilização, este capítulo se dedicará a explorar uma série de questões que nos ajudam a problematizar a desmobilização do Movimento, sem que se caia em explicações gerais ou definitivas.

¹⁸ Importante ressaltar que tais fatores que nos ajudam a pensar a desmobilização do Movimento foram extraídos das perspectivas individuais de cada um dos militantes entrevistados.

a principal pauta do movimento (a expansão) e as decisões centralizadas e verticalizadas como, por exemplo, a criação ou a retirada de um campus por decisão política partidária, o que gerou frustrações e descrença em alguns militantes.

A respeito destes três pontos mencionados, a Teoria do Processo Político poderia contribuir para o esclarecimento de algumas questões que se colocam no debate sobre a desmobilização, principalmente aquelas questões que resultam das estruturas de oportunidade política, dos processos “propriamente políticos” de fechamento dos canais de expressão/participação, das barreiras impostas pelo Estado, etc. No entanto, devido ao caráter recente dos acontecimentos, entende-se que este não é o momento mais adequado para propor este exercício de análise. Sendo assim, este capítulo aborda uma série de questões a partir do estudo individual da militância que, ao invés de pensar o contexto das estruturas de oportunidade política, focará nas transformações das estruturas de oportunidade de compromisso (FILLIEULE, 2010), buscando demonstrar como os elementos que influenciam na perda de comprometimento podem ser atribuíveis a uma série de características que não dizem respeito apenas ao indivíduo, mas também, a fatores externos, como por exemplo, o estado da oferta de compromisso, a intervenção do Estado no domínio das políticas públicas abordadas pela rede mobilizada, ou, até mesmo, a imagem pública da causa.

“Finalmente, argumentamos que qualquer compreensão dos processos de desengajamento deve levar em conta a dialética entre as disposições e os motivos dos atores e suas posições estruturais. Em particular, o nosso modelo baseia-se numa heterogeneidade irreduzível dos processos de desengajamento individual, que depende de fatores tão diversos como a socialização política primária e secundária, a força da "tomada de papéis" e a dependência do grupo ativista, a existência ou não de oportunidades de reconversão e contestação política” (FILLIEULE, 2010, p. 3).

Pode-se dizer então que, a perspectiva teórico-metodológica que se utiliza da noção de carreira, se apresenta como um eficiente meio para diminuir a disparidade entre trajetórias individuais, instituições e estruturas sociais, evitando que se sobrevalorize apenas uma destas

instâncias. Permite também, que se investiguem as interações permanentes entre esses três níveis de realidade. Neste sentido, “nos convida a deixar de lado a “tirania” excessiva da explicação causal nas ciências sociais e a favorecer uma abordagem configurativa, adotando termos eliasianos” (FILLIEULE, 2010, p. 11-12). Com isso, a questão passa não apenas pelo entendimento de como as pessoas se voluntariam em uma causa ou se desengajam depois de um tempo, mas, também, como se dão os comportamentos enquanto estão comprometidas com estas causa, em situações particulares.

A pesquisa que se interessa pelo estudo de organizações políticas como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, depara-se a todo o momento com a grande quantidade de atividades nas quais seus militantes se interessam e participam de forma mais ou menos ativa – o “volume de negócios” – e, conseqüentemente, com a frustração e possível deserção dos mesmos (FILLIEULE, 2005). Dentre a grande maioria dos estudos produzidos nas últimas décadas a respeito do ativismo político, pode-se dizer que prevaleceu a ênfase nas questões que dizem respeito ao recrutamento e a inscrição de novos ativistas, em detrimento dos motivos que determinam a manutenção ou a perda de comprometimento individual de cada um deles, em outras palavras, os diversos motivos que podem levar a deserção. Sendo assim, um número reduzido de pesquisas tem se desenvolvido buscando analisar o desengajamento *per se*. Estas, o entendem mais como algo relacionado a um momento no tempo do que como um processo que contém seus próprios significantes. Com isso, a grande maioria dos trabalhos passou a atribuir muito mais valor aos determinantes da deserção ou, ao futuro dos desertores, do que no processo que leva a frustração e ao desengajamento no interior das organizações políticas.

Os motivos que podem levar ao desengajamento são diversos e nem sempre são fruto da ação voluntária. Como bem demonstra Philippe Gottraux (2002), pode resultar da dissolução natural de um coletivo, como no caso de algumas organizações socialistas francesas no pós-guerra ou, como também demonstra Vera Taylor (1989), ao estudar o declínio do movimento feminista americano que acabou “produzindo órfãs” durante um ciclo de mobilizações. Ao certo, o que se pode afirmar é que, a forma como o desengajamento ocorre pode ser extremamente variada, podendo ser coletiva ou individual, e gerando custos (materiais e simbólicos) maiores ou menores, tanto para as organizações quanto para os desertores.

3.1. A desmobilização política e o desengajamento por um viés interacionista e configuracional.

Como dito anteriormente, nos últimos anos, a sociologia da militância vem sendo renovada através de novas perspectivas que entendem o ativismo político como uma atividade social específica e duradoura, constituída de um “ciclo de vida” representado pelos momentos de adesão, comprometimento e deserção. Foram, por exemplo, trabalhos como os de Everett C. Hughes (1958), Howard Becker (1960; 1966) e Hans Gerth e Charles Wright Mills (1954), que contribuíram para a construção da noção de “carreira militante” ou “carreira ativista”. Tais noções auxiliam na compreensão não apenas dos processos que levam ao engajamento, mas também, aos que contribuem com o desengajamento, ao se trabalhar de forma articulada com o contexto social específico, a história individual e as instituições sociais, evitando cair no personalismo/individualismo ou no determinismo estrutural.

Quando se adota tal perspectiva, é de fundamental importância que se considere dois aspectos que envolvem toda identidade social: “a partir de uma perspectiva diacrônica, a transformação das identidades e os mecanismos sociais em ação nessas transformações; e de uma perspectiva sincrônica, a pluralidade de locais nos quais os atores sociais podem estar inseridos” (FILLIEULE, 2010. p. 4). Toda identidade social está suscetível a transformações que podem desencadear processos de frustração e a perda de compromisso com determinada causa. Geralmente estas transformações são fruto de algum tipo de alteração do status individual de cada militante (emprego, casamento, etc) ou, em decorrência de uma série de outros eventos biográficos (crises, perdas, etc). Estes fenômenos podem levar à processos de desidentificação, produzindo mudanças duradouras e permanentes nas identidades e personalidades individuais, o que não é sem custo para as representações e motivos que levam cada indivíduo a aderir uma causa.

Por outro lado, trabalhos como os de George H. Mead (1934), Philippe Gottraux (2002) e Bernard Lahire (2002), aproximam-se teoricamente ao abordar a pluralidade do social. Em outras palavras, tais autores trabalham com a ideia de que uma das características centrais da vida social contemporânea é que os agentes sociais estão inseridos em múltiplos espaços, que, por sua vez, são dotados de normas específicas que nem sempre são compatíveis umas com as outras. Esta perspectiva entende que os indivíduos são orientados por princípios de socialização heterogêneos e, em alguns casos, contraditórios. Dito isso, é possível

supor que, cada indivíduo incorpora uma multiplicidade de padrões e hábitos de comportamento que, em certos momentos de sua trajetória, pode influenciar no grau de comprometimento em determinada causa.

Levando em consideração as tensões/competições existentes entre as diferentes lógicas e contextos sociais, é preciso entender também, como as organizações, social e politicamente, selecionam e orientam as atividades individuais de seus militantes. Isso nos ajuda a apreender um pouco da lógica de incentivo e formação de disposições. De uma perspectiva interacionista, Hans Gerth e Charles Wright Mills (1954) oferecem um conjunto de ferramentas conceituais que nos permitem examinar as relações entre indivíduos e instituições, assim como, suas consequências. Tais autores afirmam que a intensidade do compromisso varia de acordo com a relação entre oferta e demanda do ativismo. Na busca de explicações ao ativismo que vão além da mera diversidade de causas disponíveis em determinado momento, é preciso dar atenção às maneiras pelas quais as instituições encorajam ou desencorajam o comprometimento individual, seja através da imagem pública ou, através de processos de seleção que criam obstáculos a novos membros, levando estes a desistir ou a assumir um determinado papel que lhe é imposto ao invés de outro. Neste sentido, "as instituições selecionam e expulsam seus membros em função de uma grande variedade de regras formais e códigos informais" (GERTH; WRIGHT MILLS, 1954, p. 165).

Essa "modelação organizacional" aparece em processos seletivos que operam também de maneiras informais, privilegiando alguns grupos em função de certos atributos e características implícitas ou explícitas. Um bom exemplo disso é o estudo de Doug McAdam (1992), ao abordar as questões de gênero no processo de recrutamento de estudantes brancos voluntários para o "Freedom Summer"¹⁹, em 1964. O autor demonstra como, durante o processo de seleção, as mulheres eram fortemente desencorajadas devido a estereótipos sexistas. E, no caso daquelas que persistiam em querer participar, eram sistematicamente excluídas caso não se limitassem às tarefas consideradas femininas.

Estudos como este apontam para a necessidade de análises pautadas na investigação dos métodos de socialização institucional, partindo da observação de três dimensões desse processo: a) a aquisição

¹⁹ Este projeto foi uma campanha de voluntariado nos Estados Unidos, lançada em junho de 1964, para tentar registrar o maior número possível de eleitores afro-americanos no Estado do Mississippi, que historicamente excluía a maioria dos negros das votações.

de “know-how” e aprendizagens (entendidos como recursos); b) uma visão do mundo (ideologia); c) e a reestruturação das redes de sociabilidade em relação à construção de identidades individuais e coletivas (redes sociais e identidades). A partir destes três pontos, poder-se-á identificar fatores que contribuem para o desengajamento a partir dos processos internos de socialização nas organizações políticas.

Participar de um movimento social, ou de uma manifestação, é algo que implica uma série de expectativas por parte daqueles que militam e se comprometem. É preciso levar em consideração que o engajamento é uma ação motivada, também, por ganhos, sejam eles materiais ou simbólicos. Estes ganhos são os recursos; as retribuições que cada um adquire por estar inserido neste processo que é a militância. Por outro lado, é preciso destacar também que a aquisição destes recursos variam em função dos demais recursos que são adquiridos em outros espaços sociais e dimensões da vida, que podem ser até mesmo anteriores ao engajamento. Variam também “de acordo com a evolução dos contextos e das experiências individuais” (FILLIEULE, 2010, p. 8).

As retribuições jamais são homogêneas, elas possuem uma dimensão objetiva e outra subjetiva, podendo nem mesmo ser percebidas em determinados momentos. Em muitos casos as retribuições acabam sendo descobertas no decorrer das ações, enquanto em outros casos, são esperadas antes mesmo do engajamento por aqueles que almejam recompensas mais tangíveis. Conforme salienta Daniel Gaxie,

de um ponto de vista sociológico, a hipótese das retribuições fornece os instrumentos de ruptura com relação às representações espontâneas, frequentemente interessadas e ingênuas, das atividades militantes. Ela dá os meios para compreender e explicar as razões pelas quais o militância dentro de uma organização coletiva importa (ou deixa de importar) para alguns ou, para dizer de outra maneira, de analisar os investimentos no militância (GAXIE, 2005, p. 160-161).

Ao analisar a questão retributiva em relação ao objeto de pesquisa deste trabalho, pode-se dizer que durante a pesquisa de campo, através de entrevistas com militantes²⁰ que se destacaram no Movimento

²⁰ Todos os entrevistados desta pesquisa são militantes/dirigentes de diversos movimentos sociais e sindicais que, devido à posição que ocupam em seus movimentos de origem,

Pró-Universidade Federal, foi possível identificar alguns fatos oriundos de todo o processo que, por sua vez, gerou certa frustração individual em parte dos militantes, contribuindo para o processo de desmobilização do movimento. Um destes fatores está relacionado com o Conselho Estratégico Social, seu perfil e sua efetividade.

Z.: “[...] o Conselho Estratégico Social surgiu de uma reivindicação nossa, dos movimentos sociais. Nós não queríamos o conselho desta forma consultiva, nós queríamos que o conselho fosse deliberativo. Aí nós acabamos nos esbarrando na legislação²¹ que não permite, ou seja, o conselho das universidades tem que ser compostos por dois terços, se não me engano, de professores da universidade. Então nós queríamos que o conselho da universidade fosse deliberativo, que os movimentos sociais tivessem a mesma força que a comunidade acadêmica interna, mas não foi isso que aconteceu por causa da legislação. Nós conquistamos o Conselho Estratégico Social dentro da universidade como um espaço consultivo dos movimentos sociais, das entidades, da comunidade externa para se organizar e participar, reivindicar cursos, discutir o modelo de universidade que a gente quer, enfim... nós também participamos, mas, não da forma como tinha que ser”.

Ficar atento às mudanças que podem ocorrer na oferta de retribuições é fundamental para a apreensão dos processos de

desempenharam importante papel na organização e participação no MPUF. Após 2010, com a criação dos Conselhos Comunitários e do CES, estes militantes passam a ocupar cargos importantes dentro destes espaços. Dos sete entrevistados, seis são/foram presidentes ou vice-presidentes do MPUF ou do CES.

²¹ Este trecho da entrevista de Z. refere-se às intenções iniciais dos movimentos que compõem o MPUF que, antes da criação da universidade, almejavam que o Conselho Universitário – CONSUNI atribuisse à comunidade externa mais representatividade dentro deste espaço. Os movimentos sociais esperavam ocupar pelo menos 25% deste espaço. No entanto, este desejo acabou esbarrando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) que regulamenta a constituição das instâncias deliberativas das universidades, obrigando o conselho a ser composto por 70% de professores, 20% de técnicos administrativos e 10% de alunos e demais participantes. A este respeito, ver o Estatuto e Regimento das IES, disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/eries.pdf>>>. Acesso em janeiro de 2017. Devido a esta restrição, criam-se os Conselhos Comunitários e o Conselho Estratégico Social como instâncias consultivas de participação dos movimentos e comunidade externa.

desengajamento e desmobilização. Possibilita a formulação de respostas para questões como: por que, em determinado momento da trajetória militante e não em outro, o compromisso com o ativismo torna-se possível? Em que condições as retribuições adquiridas com esse compromisso são mantidas e porque elas são, por vezes, esgotadas? Estas são perguntas que se espera responder levando em consideração aquilo que já foi dito em trechos anteriores: os indivíduos estão envolvidos em uma série de espaços sociais e as retribuições percebidas nestas diferentes esferas da vida variam constantemente.

“Essas observações sugerem que a análise da lógica do desengajamento deve prosseguir através da identificação, em diferentes esferas de vida, de momentos críticos que podem se traduzir em uma nova avaliação das recompensas esperadas, sabendo que seu valor em uma esfera co-varia com o valor atribuído em todas as outras esferas. Por exemplo, deixar o mundo profissional, seja por aposentadoria ou perda de emprego, pode desencadear o desejo de se comprometer com uma associação social ou política que permita ao indivíduo redescobrir um "propósito social" e novas formas de responsabilidade” (FILLIEULE, 2010, p. 8).

Se levarmos em consideração a primeira questão levantada no parágrafo anterior, pode-se dizer que a trajetória de vida de D. é um ótimo exemplo para pensar tal questão. O rapaz que estudou administração, filho de pequenos agricultores, que em determinado momento de sua trajetória viu no sindicalismo e na militância político-social a oportunidade de crescimento pessoal, de obtenção de retribuições materiais (emprego, pois acabara de se formar e almejava obter experiência profissional) e simbólicas (no sentido de fazer parte de algo maior; de estar contribuindo para um bem maior). Em suas palavras: *“pelo histórico e pela proximidade da discussão eu acabei topando e de lá para cá me envolvendo cada vez mais, então acho que todo cidadão toda pessoa tem um papel na sociedade e eu acho que tenho que tirar um tempo pra contribuir”*.

No que concerne aos motivos que podem levar ao desengajamento e a desmobilização política, é preciso que se considerem tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos de percepção de ganhos e custos para cada indivíduo. Esta é uma

orientação que tem como finalidade evitar que se caia no erro das explicações restritas sobre o desengajamento e a desmobilização política. Tais explicações se baseiam apenas nos processos de perdas nas retribuições ao analisar o retrocesso de uma organização/movimento social. É preciso pensar questões como a rotina, a institucionalização das atividades ou até mesmo a perda de convicção com a efetividade da causa. Por exemplo, a absorção do MPUF pelos conselhos da universidade (institucionalização das pautas), assim como, a percepção da influência partidária no rumo das negociações, só fez aumentar certo sentimento de “negação da política” nos seus moldes formais/institucionalizados, de forma que, se analisarmos pelo lado da subjetividade de cada indivíduo considerando as expectativas que cada um depositava nos rumos do movimento, explica muito da perda de compromisso com a causa por parte daqueles que compunham o MPUF. Em diversos momentos da pesquisa de campo aparecem trechos de fala que nos levam a esse entendimento. Por exemplo:

R.: “eu tenho certeza na necessidade da continuidade da militância, a necessidade do movimento social organizado é fundamental para o desenvolvimento e a implementação das políticas sociais, mas estamos diante de um novo momento que eu acredito que o processo democrático e de militância tem que repensar a nossa trajetória e construir algo novo, diferente da forma que está, porque acho que chegamos ao limite daquilo que tínhamos como um horizonte”.

J.: “eu não acredito nessa ação institucional, isso é uma questão pessoal, eu não acredito, eu acredito na questão da mobilização social, então tem que atuar nas mobilizações como eu fiz” [...] “eu detestava a possibilidade de pensar em um dia ter cargo em governo, porque eu não acredito que isso muda alguma coisa, isso pode favorecer a militância, mas, sem a ação dos movimentos sociais nunca vai mudar nada, então a gente tem que ter a condição profissional de se sustentar, ter condições de sobrevivência, de estrutura pessoal, mas, nunca acreditei que eleitoralmente a gente vá mudar alguma coisa, eleitoralmente a gente vai só fazer algumas coisas que vai ajudar e favorecer os movimentos crescer ou não, e ainda

vi nos governos Lula e Dilma que os movimentos sociais tiveram ao invés de uma atuação de fortalecimento eles tornaram-se de certa forma dependentes do próprio Estado no sentido do funcionamento, isso foi um prejuízo”.

A importância e o peso dos processos subjetivos que podem influenciar o comprometimento individual, levando ao comprometimento com uma causa ou, a sua perda, não podem ser analisados apenas com base em questões objetivas – o sucesso de um movimento não necessariamente garante os ganhos esperados *a priori*. Odaci L. Coradini (2010), ao estudar as retribuições da militância no MST demonstra como, a “passagem do acampamento para o assentamento”, é um momento crítico da militância que altera subjetivamente as expectativas em torno das retribuições à medida que se avança nas “conquistas” e etapas do engajamento. As questões subjetivas dizem respeito à percepção dos aumentos ou reduções nas recompensas obtidas na vida profissional ou emocional dos militantes. Desta forma, a militância e a participação política são percebidas como um valor social que é construído em torno de uma “causa”, e, assim, as formas de investimento e comprometimento, podem sempre variar em função de transformações que ocorrem em diversos contextos sociais.

O valor social de uma causa, ao passo que o movimento ganha força e expressão na esfera pública, é responsável por transferir a aqueles que militam, certo grau de capital social, político e simbólico. Estas retribuições (recursos) não são homogêneas, e podem ser percebidas de forma distinta dependendo daquilo que cada indivíduo espera receber em troca de seu comprometimento. Mudanças significativas no contexto político podem ser entendidas como limitação da capacidade de se obter aquilo que se busca através de uma causa. Com base nisso, é possível buscar algumas pistas para se entender os prováveis motivos que levaram a desmobilização do MPUF a partir da análise da conjuntura política dos últimos anos.

A pesquisa comprovou que a força/atuação política partidária foi um dos pilares que, desde o início, deu sustentação ao movimento. Foi a partir de políticas públicas implantadas nas gestões do Partido dos Trabalhadores que foi possível vislumbrar a expansão e criação de novas universidades federais no país. Entretanto, o momento de crise econômica que desencadeou também uma crise política, atingiu em cheio não só o país, mas também o partido e sua imagem pública, gerando dúvidas dentro do próprio movimento a respeito de sua

efetividade, principalmente no que se referia a sua pauta principal: a expansão. De acordo com Anderson Alves Ribeiro, diretor do *campus* de Erechim/RS da UFFS, em entrevista concedida no dia 10/07/2016:

“todo esse cenário político nacional que já vem desde o ano passado de restrição orçamentária... antes era só uma crise econômica, agora é uma crise econômica e política, e isso deu uma freada significativa nessa discussão (a expansão e outras pautas do MPUF), pois não se vislumbra um horizonte de que tu vais ter investimento pra construção de novos campi [...] isso aí deu uma freada na perspectiva do movimento, as pessoas olham e pensam que num curto prazo de dois, três anos, menos que cinco anos não ter a possibilidade de fazer um novo ciclo de expansão como foi o ciclo de expansão que deu início a própria UFFS. Não tem essa visualização aí... não se vê essa luz no fim do túnel”.

Para além das respostas que se pode extrair da discussão em torno dos ganhos e retribuições que são esperados no engajamento político, existe uma segunda dimensão que oferece alguns indícios para que se compreendam os processos de frustração, desengajamento e desmobilização de determinado movimento: a dimensão ideológica.

A participação em movimentos sociais carrega consigo a adoção de uma visão de mundo, assim como, do lugar/papel do grupo neste mundo e de seu próprio lugar, enquanto indivíduo, neste grupo. Neste sentido, pode-se dizer que, movimentos sociais são instituições governadas por "regras escritas e não escritas, transmitindo hábitos e sistemas de crenças que, em grande parte, são internalizados por ativistas e líderes" (LEFEBVRE & SAWICKI, 2006, p. 42-43). Como explicar a perda ou enfraquecimento do poder ideológico de um movimento, que pode levar a uma diminuição no grau de comprometimento que alguém está disposto a ter com a causa? Para encontrar respostas a esta questão, é preciso que a análise do desengajamento não deixe de lado o exame do esfacelamento dos aspectos que envolvem a socialização dos ativistas no interior das próprias organizações políticas.

Existem pelo menos dois fatores que são determinantes nessa questão. Em primeiro lugar, as convicções e as crenças em determinada causa podem diminuir através de mudanças que podem ocorrer na conjuntura política – como já foi dito nos parágrafos anteriores –,

podendo ser explicadas por teorias que se dedicam a análise de ciclos sociais ou que se baseiam no pressuposto do esgotamento de um modelo histórico que envolve determinado modo de comprometimento e militância. Em segundo lugar, outro fator que pode levar à perda de convicção ideológica é a ruptura com o consenso interno que foi capaz de unificar o grupo. Geralmente, as rupturas de consenso são acompanhadas pelo aparecimento de facções no interior das instituições, o que eventualmente provoca divisões.

Este segundo ponto merece destaque. A pesquisa de campo demonstrou que, desde que tomou forma e organizou-se, o MPUF é constituído basicamente de um tripé que envolve a) o Partido dos Trabalhadores, b) a FETRAF (representando o sindicalismo) e c) a Via Campesina (MST, MAB, MMC, MPA, etc). Isso ficou claro ao mapear quem foram/são os diversos presidentes do Conselho Estratégico Social e Conselhos Comunitários. Seria imprudente, neste momento e com os dados que esta pesquisa possui, falar em facções internas no movimento ou em certas redes com traços de facções, no entanto, a incapacidade do movimento em agregar novas entidades à “luta social” nos faz questionar se, no caso específico do MPUF, isso também não tenha surtido efeitos negativos, influenciando na perda de compromisso. Observem este relato.

R.: “[...] nós estamos num processo muito grande de tentar agregar mais inclusive, esse é um processo permanente. Quais as duas formas de ter acesso ao conselho? Uma é via o conselho comunitário, que depois indica os membros das entidades pro CES e a segunda, é uma coisa nova que vem de agora, do último mandato do E., entidades que tenham participação nos três estados, não entidades tipo associação do bairro, que não representa quase ninguém, que não tem essa abrangência... agora, entidades que tem essa abrangência, essa característica que atua em vários municípios, em vários locais nessa área de abrangência, ela está aberta a qualquer momento pra fazer parte do conselho, então ele não é um conselho limitado, que entra tantos membros depois não entra mais ninguém, ele é aberto, a entidade que tem essa característica manda um ofício lá e numa reunião de conselho se avalia se minimamente tem essas características e vai pra dentro”.

Esta afirmação nos leva a refletir sobre as barreiras impostas pelos próprios militantes do movimento à entrada de novos ativistas. A chegada de novos membros nem sempre é vista com bons olhos por aqueles que pertencem ao movimento há mais tempo. Em muitos casos, as próprias organizações acabam criando, de forma voluntária ou não, barreiras que dificultam a integração de novos membros ao grupo. Por exemplo, numa pesquisa sobre procedimentos internos de tomada de decisão em movimentos sociais norte-americanos, Francesca Polletta (2002) fornece uma série de exemplos de como isso pode ocorrer. Analisando o movimento de libertação das mulheres, que era baseado em uma estrutura interna que enfatizava a irmandade e rejeitava a hierarquia interna, a autora demonstra como o próprio movimento colocou inúmeras barreiras à entrada de novas mulheres que queriam se juntar ao grupo, de tal forma que a renovação geracional tornou-se quase impossível.

No caso específico do MPUF, ficou claro durante as entrevistas que existe certa preocupação em conservar as “ideias iniciais” que dizem respeito não só ao papel do movimento, mas as características e os horizontes que a universidade deve perseguir. As discussões no Conselho Universitário – CONSUNI que se produziu até aqui, geraram certo receio em parte dos movimentos sociais, pois nem todos que hoje fazem parte da UFFS, conhecem a história de luta por essa instituição ou nem mesmo concordam com algumas das propostas defendidas pelos movimentos. De acordo com alguns entrevistados:

Z.: “[...] a gente percebe também que dentro da universidade tem muitos professores, técnicos enfim... ah nós fizemos concurso, passamos, nós temos o poder de decidir e queremos decidir assim ou assado. Enfim, acham que não precisam dar muita satisfação pra sociedade, acham que porque fizeram concurso, passaram e entraram na universidade por méritos próprios, por causa dos cursos que foram fazendo e tal, pelo concurso que passou... quem são as lideranças sociais pra vir dizer o que querem? Eu sou doutor, mestre, técnico enfim, e nós também queremos nosso espaço, e é desta forma que muita gente pensa, e também pelo fato da universidade não ter um concurso público diferenciado, ela segue as normas da legislação, vem professores que não

tem nenhuma visão de sociedade ligada aos setores menos favorecidos, aos movimentos sociais”.

D.: “[...] tem muito do entendimento das pessoas que estão à frente da universidade, tem pessoas que não acompanharam o processo de criação, a grande maioria dos professores vieram de fora e não entendem esse processo todo que foi colocado ali e que é importante na nossa avaliação para que a universidade esteja muito próxima da realidade da região”.

Pertencer a determinado grupo ou organização não diz respeito apenas à construção de redes de sociabilidade, mas também a construção de uma identidade, de um lugar para si e para o grupo. A constituição de uma identidade própria para o movimento e seus membros, tem se tornado algo muito caro no debate interno do MPUF. O medo de certa “descharacterização²²” da universidade e do movimento a partir da entrada de outras entidades e indivíduos pode, em parte, explicar o “fechamento” do MPUF em torno dos grupos “originais”.

A maneira pela qual o grupo estrutura suas relações de sociabilidade, nos leva a problematizar duas instâncias distintas que nos ajudam a entender um pouco mais sobre a solidariedade do grupo: a renúncia e a comunhão. Um bom exemplo para se pensar isso, são os trabalhos produzidos por James M. McPherson e sua equipe (McPherson, 1981, 1983 e McPherson *et al.*, 1992) que, ao se dedicarem ao estudo das redes de sociabilidade, chegaram a conclusões interessantes a respeito da importância de seu papel na manutenção do compromisso, assim como, o papel das relações intragrupo para o desengajamento e a deserção. Nestes trabalhos, os autores demonstram como os indivíduos que estão envolvidos em múltiplas redes são mais propensos a deixar as organizações, o que nos leva de volta a refletir sobre as diversas "esferas da vida" nas quais cada indivíduo está

²² O MPUF participou ativamente das discussões em torno da construção da grade curricular de alguns cursos da UFFS, a fim de que estes cursos fossem voltados para as demandas locais. Por exemplo, no campus de Erechim/RS criou-se o curso de Agronomia com ênfase em agroecologia e o curso de Engenharia Ambiental com ênfase em recursos renováveis. No entanto, após os primeiros anos dos cursos houve uma pressão muito grande por parte dos professores e alguns alunos para que as ênfases fossem retiradas, o que de fato ocorreu. Esta questão reflete a preocupação dos movimentos sociais e do MPUF em tentar evitar que a universidade se distancie daquele projeto de “instituição popular” no qual foi pensada.

inserido simultaneamente. Eles também mostram que os movimentos sociais perdem membros cujo perfil é atípico mais rapidamente, se comparados com aqueles “mais identificados” com a causa.

Como se sabe, o MPUF é um movimento amplo, constituído de diversos outros movimentos sociais e sindicais que, apesar de terem pautas que se aproximam em determinados pontos, são compostos de outras pautas heterogêneas e indivíduos com trajetórias e interesses distintos. A “questão educacional” e a “luta” por uma universidade federal na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, é apenas mais uma pauta dentre tantas outras que tais movimentos perseguem individualmente. Assim, aqueles que continuaram ligados ao MPUF e, conseqüentemente, assumiram cargos dentro dos conselhos da universidade, acabam por ter que organizar seu tempo e sua militância em mais de uma atividade ao mesmo tempo. Em outras palavras, por estar inserido em diversos espaços, muitas vezes o compromisso dedicado a um destes acaba recebendo certa prioridade. Por ser um movimento recente que nasce e se desenvolve a partir de outros movimentos, a “lealdade” dos militantes está, em primeiro lugar, com seu movimento de origem e isso nos explica a dificuldade de muitos militantes em poder acompanhar mais de perto as discussões internas da universidade, podendo contribuir de forma mais qualificada e trazendo, de fato, as propostas dos movimentos sociais para os conselhos. Esta questão aparece em vários momentos na fala de mais de um entrevistado.

Z.: “[...] na medida que a universidade vai se constituindo e criando instâncias próprias a universidade começa a andar com suas próprias pernas, com sua própria dinâmica né, e os movimentos não conseguem mais acompanhar. Eu sei que as reuniões do conselho é um processo muito permanente e as lideranças do movimento também vão mudando, aí muitos não tem aquela caminhada toda que as lideranças iniciais tiveram [...] vai diminuindo esse poder de articulação que tínhamos e o conselho também acaba se tornando um espaço onde não há uma grande priorização e acaba de certa forma esvaziando aquele espaço”.

D.: “[...] nós temos dificuldade de acompanhar porque a universidade ela é bastante burocrática e tem várias instâncias né, por exemplo, eu hoje

participo do Conselho Comunitário, do Conselho de Campus e do Conselho Estratégico Social, participo do colegiado de agronomia e teve também o caso de solicitação do colegiado de ciências sociais, a universidade estava agora debatendo a questão da priorização de cursos para a expansão, então se cria comissões e tem que acompanhar, não digo eu né, mas a sociedade, então são vários espaços que acontecem ao mesmo tempo que demanda uma participação muito grande da sociedade e nós não temos ninguém liberado pra acompanhar a universidade, os movimentos não tem estrutura pra dizer “não, o D. vai se dedicar a acompanhar esse processo todo”, nós temos uma serie de outras lutas e outras pautas que tem que ser trabalhadas”.

O “choque de prioridades” que é fruto desta inserção dos indivíduos em mais de um espaço social, e que aparece nas falas de alguns dos entrevistados, nos faz refletir sobre o que foi dito anteriormente a respeito da “comunhão” e da “renúncia” que, por sua vez, pode impactar na solidariedade do movimento e influenciar diretamente no desengajamento e na desmobilização política. Ao pensar a comunhão, pode-se perceber a dificuldade do grupo em criar um consenso sobre o que, de fato, deve ser o papel do Conselho Estratégico Social. Nas palavras de D.:

“hoje os conselhos tanto o Estratégico como o Comunitário eles são espaços praticamente isolados de discussão [...] é muito difícil ainda porque nós não temos nenhuma referência em uma outra universidade com este modelo, com esta participação por dentro, orgânica da universidade, tudo tem que se construir, tem gente dentro da universidade que acha que isso é interessante outros que não acham e que só tem que produzir conhecimento mesmo... e isso é uma coisa muito forte, fervendo dentro da universidade”.

Por outro lado, a renúncia está ligada ao que também já foi dito sobre a prioridade da militância quando as lógicas e as pautas do

movimento de origem se chocam com as do MPUF. Este são apenas alguns elementos que podem ajudar na busca pelos motivos que contribuem para o desencajamento militante.

No período anterior a implantação da universidade (2005-2010), o MPUF se apresentava de forma muito mais diversa e dinâmica. As passeatas, comícios e reivindicações do movimento eram capazes de agregar não apenas os militantes dos movimentos sociais e sindicais que tomaram a frente do movimento, mas também, diversas outras entidades da sociedade civil (instituições de ensino, ONG's, prefeituras, igrejas, etc). A partir de 2010, com a criação do Conselho Estratégico Social, o MPUF – e aqui falamos dos indivíduos que estavam à frente da organização do movimento – é absorvido por este espaço. Após este período, não se têm notícias de novas manifestações e comícios do MPUF como era de costume. As atividades e discussões do movimento se restringiram ao CES que, ao longo dos anos, vem perdendo força de atuação e, pelo que tudo indica, de entusiasmo por parte dos militantes. Para ter uma ideia, de 2010 a 2013, o CES realizou quatro reuniões por ano; 2014 três; 2015 duas; 2016 não há registros de nenhuma reunião. De acordo com um dos antigos presidentes do CES, existe a possibilidade da retomada das atividades em 2017. *E.: “Na articulação da segunda Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS prevista para 2017, buscar-se-á uma participação social ampla, tanto quanto foi na primeira, e será um momento bom para o debate em torno da participação do CES que também ajudará nesta articulação do máximo de participação social”.*

A mudança de postura do MPUF após a implantação da universidade é uma forte evidência da desmobilização do movimento, fruto da constituição do CES, do momento político atual e da perda de compromisso por parte dos militantes. É importante lembrar que o movimento buscava conquistar uma instituição com onze *campi*, e conseguiu apenas seis, não dando prosseguimento ao processo reivindicatório da forma como era feita anteriormente. Hoje, as reivindicações e os debates se restringem aos conselhos e a direção do CES está nas mãos de alguém que sequer participou de todo o processo inicial de disputa pela UFFS.

Foi tentando entender a militância como um processo específico na vida de cada um dos entrevistados nessa pesquisa, que este capítulo buscou apreender através de uma perspectiva que se aproxima da microsociologia e do interacionismo, algumas das diversas formas que podem levar o indivíduo a se desmotivar, a perceber a perda ou o ganho de retribuições, a se desidentificar com determinada causa, ou, até

mesmo, a forma como o compromisso se altera de acordo com o contexto político. Em momento algum houve a pretensão de formular questões gerais na busca por respostas homogêneas que tentasse dar conta do fenômeno da desmobilização e do desengajamento de forma universalizada. A meu ver, as questões trazidas aqui, refletem apenas o estado inicial de uma pesquisa que ainda possui muito a ser investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram apontados uma série de elementos que contribuem para a compreensão de processos mais amplos e antigos que foram fundamentais na construção e defesa de pautas em torno da “educação” e da “luta” por uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. O Movimento Pró-Universidade Federal – MPUF, resulta de um conjunto de fatores e processos político-sociais que, de forma mais ou menos direta, aqui foram abordados. Questões que dizem respeito tanto ao nível macro das estruturas, instituições e do Estado, assim como, aquelas que dizem respeito ao nível microssocial das identidades sociais e do individualismo de cada sujeito, se entrelaçam na tentativa de buscar respostas ao objeto em questão.

Vimos que a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul possui um histórico no qual a luta pela posse e pela permanência na terra têm se demonstrado como um fato marcante não apenas em sua história, mas, na vida daqueles que residem e sobrevivem do campo. Os constrangimentos que marcaram a vida de parte da população que lá residia, criou as condições para o surgimento de movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho no campo, direitos de cidadania, a reforma agrária, entre outras questões.

Ao mesmo tempo este trabalho tentou demonstrar como, na década de 1980, esta região foi palco do surgimento do “novo sindicalismo”, movimento que combatia o antigo modelo sindical imposto pelo Estado. Esse movimento buscava construir instituições mais “democráticas” e “autônomas”, tanto no campo como na cidade. Este período foi um momento de intensa mobilização política entre os setores “populares” da sociedade. Foi nesta época que grande parte dos movimentos sociais que hoje compõem o MPUF ganha organicidade e visibilidade na esfera pública, acompanhando, por exemplo, o surgimento da CUT e do Partido dos Trabalhadores.

Tanto o movimento sindical como os diversos movimentos sociais gestados na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, possuem significativa importância na organização social e política da região. Suas atuações serviram para evidenciar a condição periférica que a Mesorregião ocupa se comparada às demais regiões dos três Estados. Foi na tentativa de cobrar uma postura mais ativa do governo no que se refere às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional que, desde os anos sessenta, algumas universidades comunitárias da região juntamente com pessoas ligadas aos movimentos sociais e outras

entidades civis, começam a discutir a identidade regional, os problemas e as características que fazem da Mesorregião uma região diferenciada, no intuito de formular projetos que visassem o desenvolvimento regional com base em características identitárias.

Foi a partir de projetos do Ministério da Integração Nacional que, no ano de 2002, criam-se as condições para que o Fórum da Mesorregião se institucionalizasse como instância maior de representação da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. A própria Mesorregião deixa de ser algo abstrato e passa a existir legalmente, inserida em projetos de desenvolvimento regional promovidos pelo governo federal no primeiro mandato (2003-2006) do Presidente Lula. Com isso, o Fórum da Mesorregião desempenhou importante papel na consolidação, anos mais tarde, do MPUF.

A criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criado em 2007 pela gestão do Partido dos Trabalhadores, deu uma resposta positiva ao MPUF que vinha se organizando desde 2005. No intuito de criar novas universidades no interior do país, o programa deu esperanças aos movimentos sociais, no entanto, colocou a necessidade de unificação das demandas em torno de um projeto de universidade multicampi que contemplasse as regiões dos três Estados. Os movimentos sociais que já possuíam a educação como uma de suas pautas/bandeiras – principalmente o MST que “lutou” pelas escolas itinerantes dos acampamentos e assentamentos e defendeu as escolas do campo contra os processos de nucleação e fechamento das mesmas – encontraram apoio no Fórum da Mesorregião, pois, este era composto por uma série de instituições que, de modo restrito e regionalizado, buscavam através de reivindicações e pressão política, uma universidade federal para suas regiões.

No período anterior ao início das atividades da UFFS (até 2009), o MPUF se apresentava como um movimento muito mais amplo e que agregava em suas atividades um número superior de entidades e lideranças sociais, se comparado ao momento atual. Até porque, nesse período, a atuação do Fórum da Mesorregião – que é formado por mais de setenta instituições diferentes – era muito forte dentro do Movimento. Após 2010, com o início das atividades da universidade, criam-se os Conselhos Comunitários e o Conselho Estratégico Social como instâncias consultivas onde os movimentos poderiam debater sobre os rumos da universidade. Daquele ano em diante, o Movimento não deixa de existir, porém, os debates que antes eram feitos conjuntamente entre os movimentos dos três Estados, passam a ser feitos apenas no âmbito

dos conselhos. A pesquisa constatou que esse fato afastou grande parte das instituições que compunham inicialmente o Movimento. As próprias regras criadas pelo Conselho Estratégico Social referente à participação neste espaço, impossibilitou a renovação dos quadros de militantes e a entrada de novos membros nos conselhos. Desta forma, estes espaços acabam sendo controlados apenas pela FETRAF e Via Campesina que, desde o início, ocuparam lugar de destaque na organização política do Movimento devido sua proximidade com o Partido dos Trabalhadores.

Foi justamente partindo da análise da militância individual de lideranças políticas desses movimentos, exposta no capítulo II, que este trabalho buscou elementos para entender os processos de socialização que levaram estes indivíduos a se engajar na militância política, não apenas em seus movimentos de origem, mas também, no MPUF posteriormente. Entende-se aqui, que os movimentos sociais não existem por si sós. Estes são compostos por indivíduos que se engajam na busca de diferentes tipos de retribuições e que atribuem graus diferentes de importância e comprometimento com a causa. É a partir da atuação destes militantes que o trabalho busca explicações para o processo político que resultou na luta e criação da universidade.

No desenvolver do trabalho, são feitas discussões mais gerais que dizem respeito aos estudos sobre a ação coletiva e os movimentos sociais, assim como, algumas mudanças teórico-metodológicas que ocorreram dentro deste campo de estudos. Num primeiro momento, são abordadas as três principais correntes de pensamento que tentam dar respostas coerentes ao surgimento e perpetuação de movimentos sociais. Em seguida, discutem-se problemas encontrados em nosso campo de estudo, fazendo referências a trabalhos que associavam a participação e o engajamento político à existência e ao funcionamento dos regimes democráticos. Estes trabalhos posicionavam-se na defesa de um “ideal de democracia” e, a partir de perspectivas normativas e legalistas, foram os responsáveis pelo lento desenvolvimento de trabalhos que se dedicavam a investigação das lógicas próprias que levam os indivíduos ao engajamento político.

Nesse sentido, ainda na primeira parte do capítulo dois, existe a tentativa de demonstrar a opção teórico-metodológica deste trabalho. Essa opção consiste em se afastar das teorias mais gerais sobre os movimentos sociais – embora a teoria da mobilização de recursos e a teoria dos processos políticos tenha sido de grande valor ao nosso objeto de estudo – e investir na análise individual da militância, buscando explicações para o Movimento a partir do papel desempenhado por seus membros, da posição que cada um ocupa e como o comprometimento

individual favorece, ou não, a causa. Desta forma, a segunda parte do segundo capítulo foi pensada usando como base a sociologia da militância, principalmente duas perspectivas que se desenvolveram dentro desta área e que tentam dar respostas aos processos de engajamento: em primeiro lugar a perspectiva disposicional que “ênfatiza a importância de atributos/características previamente construídos ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos, os quais tenderiam a gerar a propensão de determinados indivíduos ao engajamento” (SILVA; RUSKOWSK, 2016, p. 196). E, em segundo lugar, a perspectiva retributiva que possibilita colocar a discussão sobre os interesses do/no engajamento no centro da investigação. Conforme salienta esta perspectiva, as retribuições podem ser tanto materiais quanto simbólicas. “Nesse sentido, observa-se que essa literatura rejeita uma visão “economicista”, que reduz as retribuições a ganhos materiais ou financeiros” (SILVA; RUSKOWSK, 2016, p. 210).

As formulações teóricas em torno do engajamento político serviu para sustentar tudo aquilo que seria evidenciado na última parte do capítulo dois através da descrição e análise dos itinerários de cada militante entrevistado. Esta talvez seja a parte mais rica de todo o trabalho. Nela é possível identificar como se constroem as disposições a militar, as lógicas do recrutamento, assim como, os eventos biográficos que aproximam os indivíduos da militância em movimentos sociais. Esta parte do trabalho também ajuda a compreender a ascensão política destes indivíduos dentro de suas organizações, o que fornece respostas para a compreensão da posição que ocupam hoje na hierarquia social/institucional.

Se, por trás de todo movimento social existe um pequeno grupo de indivíduos que participa ativamente e que são responsáveis por sua organização e sucesso, os motivos que levam a decadência e a desmobilização de um movimento também deve levar em consideração a atuação destes indivíduos. Como vimos a partir do capítulo três deste trabalho, a pesquisa de campo mostrou que, nos últimos anos, o MPUF vem perdendo forças e se desmobilizando.

Na tentativa de compreender o processo de desmobilização do Movimento, no capítulo três mais uma vez o trabalho se afastou de teorizações mais gerais a respeito dos movimentos sociais e buscou respostas ao desengajamento político a partir de uma perspectiva interacionista e configuracional. Esta perspectiva entende a militância como uma atividade específica na vida de agentes sociais que mantêm vínculos e transitam por diversos ambientes e espaços sociais ao mesmo tempo, e que muitas vezes, as lógicas/regras sociais destes espaços

tornam-se incompatíveis. Seguindo esta lógica, também são levados em consideração alguns elementos que foram trabalhados no capítulo dois, como, por exemplo, as retribuições (ou a perda delas). Do mesmo modo, são trabalhadas outras questões no intuito de apontar alguns elementos que nos ajudam a pensar os motivos que levam à perda de compromisso e que influenciam diretamente na desmobilização política de um movimento.

Questões referentes à ideologia do movimento ou a “fé na causa” também são apontados como elementos que podem contribuir com a perda de compromisso. A imagem pública do movimento, assim como, as transformações que ocorrem no cenário político, tem o poder de influenciar no grau de dedicação dos militantes. Como foi possível constatar, a crise econômica e política que assolou o país e o governo do Partido dos Trabalhadores, desencadeando o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, frustrou grande parte dos integrantes do MPUF ao apontar para um cenário desfavorável de ajuste fiscal que impactaria na principal pauta do movimento: a expansão.

A absorção do Movimento (seus principais integrantes) pelos Conselhos Comunitários e Conselho Estratégico Social também é um ponto a ser destacado e que levantou algumas questões. As próprias regras criadas nesses espaços a respeito da entrada de novos integrantes e entidades são apontadas como um dos fatores que impediram a ampliação e renovação dos quadros do Movimento. Se pensarmos o Movimento como uma forma de distribuição de recursos e recompensas, quanto mais fácil for a entrada, ou quanto maior for o número de militantes envolvidos, maior será a dedicação daqueles que ocupam cargos importantes. Após 2010 com a criação do CES, as regras criadas pela direção do Movimento garantiram certo monopólio desses espaços à FETRAF e a Via Campesina. A falta de concorrência por cargos e postos na organização do Movimento e de suas pautas pode ser visto como um dos fatores que levou à perda de compromisso e à desmobilização. Também é preciso levar em consideração que estes indivíduos que ocupam estes espaços são ligados a movimentos sociais muito próximos ao Partido dos Trabalhadores, que serviu como uma das bases do movimento e que agora perde forças no cenário político.

Por fim, é preciso dizer que este trabalho em momento algum se propôs a elaborar respostas amplas e definitivas para dar conta de explicar tanto os processos que levam os indivíduos ao engajamento político, quanto ao surgimento e perpetuação de um movimento social. Ao invés disso, tentou-se aqui analisar um movimento específico a partir de um conjunto amplo de elementos que nos oferece condições para

entender os processos que levaram a mobilização do MPUF e, posteriormente, a sua desmobilização. Por ser um fato relativamente atual, a pesquisa não teria condições de produzir respostas definitivas a respeito dos diversos processos que envolvem seu objeto de pesquisa. Sendo assim, é possível dizer que o MPUF continuará sendo, um objeto de pesquisa capaz de despertar curiosidades em todos aqueles que se interessam pelo estudo dos movimentos sociais. Conseguirá o Movimento se reorganizar e retomar a “luta” pela expansão?

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: A experiência na era Lula**. Rio de Janeiro: Rev. DADOS, vol. 57, nº 2, 2014, p. 325 – 357.
- ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. São Paulo: Rev. Lua Nova, nº 76, 2009, p. 49-86.
- BECKER, H. Notes on the concept of commitment. **American Journal of Sociology**. Vol. 66, 1960, p. 32–40.
- _____. **Outsiders**. Glencoe, IL: Free Press, 1966.
- BEZERRA, M. O. Apresentação. Dossiê: **A política e o popular: reflexões sobre militância e ações coletivas**. Niterói: Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia, nº 23, 2009, p. 11-14.
- BORGES, M. C. **Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias**. Rio Claro: Educação, vol. 22, 2012, p. 117-138.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.
- CADONÁ, C. W. **Movimento dos pequenos agricultores – MPA: o novo nasce nas estradas**. 2004. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade de Ijuí, Rio Grande do Sul, 2004.
- CARINI, J. J.; TEDESCO, J. C. O conflito de Nonoai: um marco na história das lutas pela terra. In: ZARTH, P. A. (org). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2012.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, P. A. de S. **Ângelo Cretã e a Retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil**. 2011. Dissertação Mestrado em Antropologia Social - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Escolarização, militância e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, B. et al. (Org.) **Como se fazem eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. Engajamento e militância para os participantes e promotores do Fórum Social Mundial. In: **REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL**, 7ª, Porto Alegre, 2007.

_____. Recursos de Origem, Investimentos e Expectativas de Retribuição na Militância no MST. **Espacio Abierto**, Vol. 19, n. 3, 2010.

ECKERT, C. **Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984. Dissertação de Mestrado.

FAVARETO, A. **Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil.** Rev. Brasileira de Ciências Sociais. 2006, vol.21, nº 62, pp. 27-44.

FILLIEULE, O. Some elements of an interactionist approach to political disengagement. **Social movement studies**, v. 9, n. 1, 2010, p. 1-15.

_____. **Le Désengagement militant.** Paris: Belin, 2005.

FÓRUM MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA MERCOSUL. **Plano de Desenvolvimento Integrado Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, 2011.** Disponível em: <<http://mesomercosul.org.br/downloads.asp>>.

GAXIE, D. **Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique.** Paris: Seuil, 1978.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective. **Swiss Political Science Review**. Vol. 11, nº 1, 2005, p. 157-188.

GERHARDT, M. Os caboclos e a história da paisagem. In: ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato na Fronteira Sul**. 1ed. Chapecó: Letra & Vida; Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012, p. 240-255.

GERTH, H. & WRIGHT MILLS, C. **Character and Social Structure: The Psychology of Social Institutions**. London: Routledge & Kegan Paul, 1954.

GOIRAND, C. **Movimentos Sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada**. Rio de Janeiro: Rev. Estudos Históricos, vol. 22, nº 44, 2009, p. 323-354.

GOHN, M. da G. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 6ª ed., 2007.

GOTTRAUX, P. **Socialisme ou barbarie. Un engagement politique et intellectuel dans la France de l'après-guerre**. Lausanne: Payot, 2002.

GRILL, I. G. “Família”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier. Tomo (UFS), vol. 10, 2007, p. 85-111.

_____. **Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão**. Revista de Sociologia e Política, vol. 30, 2008, p. 65-87.

HAGUETTE, M. T. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HEINSFELD, A. **Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas (de Alexandre de Gusmão a Rio Branco)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no baixo vale do Rio do Peixe-SC**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 1996.

HUGHES, E. C. **Men and their Work**. Glencoe, IL: Free Press, 1958.

LAHIRE, B. **O Homem Plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, R. & SAWICKI, F. **La Société des socialistes: le PS aujourd'hui**. Bellecombe-en-Bauges: Editions du Croquant, 2006.

LIMA, J. F. de; EBERHARDT, P. H. C. **Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: REDES vol. 15, nº 2, 2010, p. 134-151.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. **O Processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova**. Campinas: Rev. Avaliação, vol. 13, nº 1, 2008, p. 7-36.

LOPES, S. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas**. 1912-1916. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MARTINS, C. B. O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos Anos 80. In: **Cadernos CEDES**. Campinas: Papyrus, nº 25, 1991, p. 63-74.

MATONTI, F; POUPEAU, F. **O capital militante. Uma tentativa de definição**. São Paulo: Rev. Plural, nº 13, 2006. p. 127-133.

McADAM, D; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Introduction: opportunities, mobilizing structures, and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. In: McADAM, D; McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Comparative perspectives on social movements**. NY: Cambridge University Press, 1996.

McADAM, D. Gender as a mediator of the activist experience: the case of Freedom Summer. **American Journal of Sociology**. Vol. 97, 1992, p. 1211–1240.

McPHERSON, J. M. **A dynamic model of voluntary affiliation**. *Social Forces*, Vol. 59, 1981, p. 705–728.

_____. An ecology of affiliation. *American Sociological Review*, Vol. 48, 1983, p. 519–532.

McPHERSON, J. M., POPIELARZ, P. & DROBNIC, S. Social networks and organizational dynamics. *American Sociological Review*. Vol. 57, 1992, p. 153–170.

MEAD, G. H. **Mind, Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

OLIVEIRA, W. J. F. de. **Formas precárias de emprego, atuação em ONGs e inserção profissional**. *Rev. Sociedade em Debate*, vol. 12, nº 3, 2007, p. 141-160.

_____. Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008a.

_____. **Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista**. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, 2008b, p. 167-186.

_____. **Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais**. Brasília: *Rev. Brasileira de Ciência Política*, vol. 3, 2010, p. 49-77.

_____. “A arte de resistir as palavras”: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, E; GRILL, I. G. (orgs). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 141-178.

PERIN, Z. Programas estratégicos estruturantes setoriais: subsídios para a qualificação do processo de participação popular e cidadã. In: Fórum da Mesorregião (org). **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção**. Erechim: Edifapes, 2004, p. 59-72.

POLLETTA, F. **Freedom is an Endless Meeting: Democracy in American Social Movements**. Chicago and London: University of Chicago Press, 2002.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-253.

RADIN, J. C. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.
_____. Colonos na Fronteira Sul. In: ZARTH, P. A. (org). **História do campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra e Vida, 2012.

RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Argos, 2000.

SANTOS, B. de S. **Toward a new common sense**. New York: Routledge, 1995.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Afrontamento, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI**. Florianópolis: Rev. Política & Sociedade, vol. 13, nº 28, 2014, p. 13-34.

SEIDL, E. **Disposições a militar e lógica de investimentos militantes**. Campinas: Rev. Pro-Posições, vol. 20, nº 2 (59), 2009, p. 21-39.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B, de O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**. nº 21, 2016, p. 189-228.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da Educação Superior no Brasil. Reforma do Estado e mudanças na produção**. 2. ed. São Paulo: Cortez/UFS-IFAN, 2001.

STONE, L. **Prosopografia**. Curitiba: Rev. Sociologia Política. vol. 19, nº 39, 2011, p. 115-137.

TARROW, S. **O Poder em Movimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TAVARES DOS REIS, E. **Contestação, engajamento e militantismo: da ‘luta contra a ditadura’ à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Ciência Política — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. A arte da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TAYLOR, V. Social movement continuity: the women’s movement in abeyance. **American Sociological Review**, vol. 54, 1989, p. 761–775.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Newberry Award Records, 1978.

_____. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834**. Social Science History, nº 17, 1993.

TONI, F. **Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Rev. Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 52, 2001, p. 79-104.

TREVISOL, J. V.; CORDEIRO, M. H.; HASS, M. **Construindo agendas e definindo rumos**. Chapecó: Edições UFFS, 2011.

TREVISOL, J. V. **Educação e política: movimentos sociais e participação no processo de criação da UFFS**. Chapecó: Editora UFFS, 2014 (DVD. Documentário Institucional - UFFS).

VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra do contestado**. Tese de Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.